

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE

CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU EM HISTÓRIA, PODER E
PRÁTICAS SOCIAIS
NÍVEL: MESTRADO

MARIA CRISTINA DE CASTRO PEREIRA

**TRABALHO, MORADIA E CIDADE: LUTAS DE TRABALHADORES NO
POUSO FRIO DE TOLEDO (DÉCADAS DE 1950 - 1990)**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE

CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU EM HISTÓRIA, PODER E
PRÁTICAS SOCIAIS
NÍVEL: MESTRADO

MARIA CRISTINA DE CASTRO PEREIRA

**TRABALHO, MORADIA E CIDADE: LUTAS DE TRABALHADORES NO
POUSO FRIO DE TOLEDO (DÉCADAS DE 1950 - 1990)**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em História, nível Mestrado, como exigência para a obtenção do título de Mestre em História, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon.

Orientador: Prof. Dr. Vagner José Moreira

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do Instituto Federal do Paraná – Campus Umuarama)

P434t Pereira, Maria Cristina de Castro
Trabalho, moradia e cidade: lutas de trabalhadores no Pouso Frio de Toledo (décadas de 1950 – 1990)/ Maria Cristina de Castro Pereira. – Marechal Cândido Rondon, 2016.
129f. il.

Orientador: Prof. Dr. Vagner José Moreira

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Departamento de Historia – Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

1. Trabalho. 2. Luta de Moradores. I. Moreira, Vagner José. II. Universidade do Oeste do Paraná. III Título.

CDD 21. ed. 981.061



Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.

Programa de Pós-Graduação em História - Nível Mestrado

Reconhecido pela Portaria Ministerial - MEC nº 1.077, de 31/08/2012, publicada no DOU de 13/09/2012.

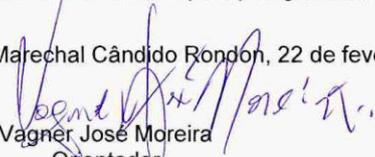


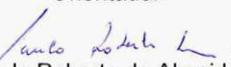
PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

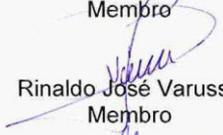
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de 2016, às 8h30min reuniu-se, em sessão pública, a banca examinadora da defesa de dissertação de mestrado em história constituída pelos professores Dr. Vagner José Moreira (Orientador) (UNIOESTE), Dr. Paulo Roberto de Almeida (UFU), Dr. Rinaldo José Varussa (UNIOESTE) e Dr^a Sheille Soares de Freitas para avaliarem o trabalho "*Trabalho, moradia e cidade: lutas de trabalhadores no Pouso Frio de Toledo (décadas de 1950 - 1990)*", apresentado pela pós-graduanda **Maria Cristina de Castro Pereira** para a obtenção do título de "Mestra em História" do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da UNIOESTE, *Campus* de Marechal Cândido Rondon. A banca examinadora considerou o trabalho Aprovado. Nada mais havendo a constar, eu Vagner José Moreira, orientador do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pela pós-graduanda avaliada.

Marechal Cândido Rondon, 22 de fevereiro de 2016.


Vagner José Moreira
Orientador


Paulo Roberto de Almeida
Membro


Rinaldo José Varussa
Membro


Sheille Soares de Freitas
Membro


Maria Cristina de Castro Pereira
pós-graduanda

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, devo agradecimentos a Deus e a minha família, que me apoiou incondicionalmente nestes anos de pesquisa e trabalho. Meu pai e minha mãe, José Luiz e Sonia, meus irmãos, Emanuel e Iuri, minha filha Iasmim e o sempre companheiro Dito.

Outras tantas pessoas ajudaram, com palavras doces e conselhos nos momentos difíceis de reflexão e escrita da dissertação. Entre elas, amigos (as) de longa data e também os que eu conheci cursando os créditos do mestrado: Kátia, Aline A., Nilmara, Tatiane, Hiolly, Cintia W., Cintia M., Mara, Vagner, Rafael, entre outros que talvez não tenha lembrado agora.

Agradeço aos professores das disciplinas do mestrado, pelo comprometimento em construir um espaço de reflexão e interpretação crítica da sociedade em que vivemos. Especialmente os professores (as) Antônio Bosi, Carla Luciana Silva e Geni Duarte. Os professores da Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais também participaram ativamente no amadurecimento teórico e metodológico. No meu caso destacam-se as contribuições da professora Sheille Soares e de seu companheiro Carlos Meneses.

É importante destacar também o papel da querida Iraci na construção deste e de tantos outros trabalhos produzidos neste Programa de Pós-Graduação. Sempre simpática e preocupada com o bem-estar dos discentes. Todos devem muito a ela. E para nós que trabalhamos com fontes orais, é necessário também o reconhecimento da importância dos sujeitos com os quais dialogamos – que permitem que entremos em suas casas e realizemos entrevistas. Meu profundo agradecimento aos trabalhadores que compartilharam comigo suas memórias, expectativas e sentimentos.

Não consigo expressar minha gratidão ao meu orientador, Vagner José Moreira. Acompanhou minha trajetória acadêmica com paciência e dedicação desde o 1º ano da graduação. Devo muito de tudo que aprendi a ele. Além dele, agradeço imensamente o professor Rinaldo J. Varussa, que também me orientou na graduação e acompanhou o desenvolvimento da pesquisa durante o mestrado. Na banca de qualificação, a participação do professor Paulo Roberto de Almeida foi fundamental para estabelecer um momento de revisão e reflexão crítica acerca da dissertação que estava sendo elaborada. Na defesa, indicou desafios e caminhos possíveis para o futuro.

Neste momento, ao recordar minha trajetória e lembrar-me das pessoas que fazem parte da minha vida, me sinto muito feliz pela sorte de tê-los por perto. Espero profundamente que nossas histórias continuem se perpassando.

RESUMO

Esta dissertação discute o processo histórico de transformações na produção rural capitalista que impôs limites à permanência de diferentes sujeitos no campo, no Oeste do Paraná. Enquanto muitos buscaram outras regiões em que a agricultura familiar ainda fosse possível, outros se mudaram para as cidades próximas, procurando terrenos ou aluguéis baratos, frequentemente situados em bairros desprovidos de qualquer infraestrutura. As possibilidades de trabalho também não permitiam melhores expectativas. Diante de todas estas dificuldades, em Toledo, o Pouso Frio e a fábrica constituíram-se como espaços de luta e resistência principalmente nas décadas de 1970 a 1990. Luta por serviços públicos no bairro e por melhores condições de trabalho. Neste processo, a construção de redes de solidariedade entre familiares, amigos e vizinhos contribuiu significativamente para a organização do enfrentamento. Esta dissertação busca justamente compreender as dinâmicas de construção destes processos sociais e movimentos de trabalhadores na cidade de Toledo naquele período.

A área de ocupação chamada de Pouso Frio na cidade de Toledo/PR, nas décadas de 1970-90, foi palco de conflitos e movimentações que, entre outras implicações, provocou a remoção de dezenas de famílias para outros espaços do bairro e da cidade. A chamada “regularização” desta área foi acompanhada, entre outras coisas, do realinhamento, alargamento e abertura de ruas; realinhamento de cercas e muros; drenagem de áreas alagadiças e recuo e transporte de casas. Estes projetos foram elaborados e postos em prática sem a consulta aos trabalhadores do Pouso Frio e sem efetivamente assumir compromissos reais com a melhoria das condições de vida destes sujeitos.

Ao orientar a investigação para a constituição do Pouso Frio e as transformações produzidas neste espaço, privilegio a problematização das experiências dos sujeitos que viveram nesta área: suas estratégias de sobrevivência; inserção no mercado de trabalho; problemas enfrentados; condições de moradia; expectativas; práticas sociais de luta produzidas; e por fim, a interpretação que fazem atualmente deste processo.

Palavras-chave: Moradia; Pouso Frio; Trabalhadores.

ABSTRACT

This paper discusses the historical process of transformation in rural capitalist production which imposed limits on the length of different subjects in the field. While many sought other regions where family farms were still possible, others have moved to nearby cities, looking for land or cheap rents, often located in neighborhoods devoid of any infrastructure. Work possibilities also not allowed best expectations. Faced with all these difficulties, in Toledo, Cold Pouso and the factory is constituted as spaces of struggle and resistance mainly in the 1970s to 1990. Fighting for public services in the district and for better working conditions. In this process, building networks of solidarity among family, friends and neighbors contributed significantly to the organization of confrontation. This work tries to precisely understand the dynamics of construction of these social processes and movements of workers in the city of Toledo that period.

The call occupying area of Frio Pouso in the city of Toledo / PR, in the decades of 1970-90, was the scene of conflicts and movements, among other implications, caused the removal of dozens of families to other areas of the neighborhood and the city. The so-called "regularization" of this area was accompanied, among other things, the realignment, widening and opening streets; realignment of fences and walls; drainage of wetlands and retreat and transport of house areas. These projects were designed and implemented without the consultation of workers Frio Pouso and without actually take real commitment to improving the living conditions of these subjects.

To guide research for the establishment of the Cold Pouso and the changes produced in this space, privilege the questioning of the experiences of individuals who lived in this area: their survival strategies; integration into the labor market; problems faced; housing conditions; expectations; social practices produced struggle; and finally, making the interpretation of this present process.

Keywords: House; Cold landing; Workers.

SUMÁRIO

Apresentação.....	10
1. “Do outro lado do rio”: o terreno compartilhado das dificuldades.....	23
1.1. Mapeando o pouso frio: dinâmicas de construção do bairro.....	40
2. “A gente fez história”: lutas por moradia e direito à cidade.....	52
3. Escrituração dos Terrenos e Reformas Urbanas no Pouso Frio	86
Considerações Finais.....	119
Fontes.....	123
Referências Bibliográficas.....	127

APRESENTAÇÃO

Bernardino da Silva Reis, atualmente com 51 anos, viveu em São José das Palmeiras/PR até 1983, quando se mudou para Toledo/PR. Naquela cidade, trabalhava com a família numa terra arrendada. Na propriedade de 10 alqueires, dividiam o trabalho com outra família, produzindo cada uma em 5 alqueires. Pagavam 30% da produção para o dono da propriedade. Com as colheitas conseguiam “um pouco pra tampa”¹, expressão que indica a insuficiência dos rendimentos. O trabalho que não era fácil foi interrompido pela venda das terras para outro proprietário, que os mandou embora, num processo histórico de transformações no modo de produção capitalista que pressionou outros trabalhadores a sair do campo e marcou tantas outras trajetórias.

Ao narrar a saída do campo Bernardino recorda que “quando ponhamos a mudança na camioneta, sabe aquelas picapinhas? A gente chorava, a gente era pessoas, assim, simples, pessoas humildes. [...] Se dependesse de mim eu nunca estaria na cidade. Se a terra fosse minha eu estaria lá até hoje”². Bernardino reconhece as dificuldades de viver e trabalhar no campo, mas após 31 anos vivendo na cidade, ainda sinaliza que o cultivo da terra compõe o horizonte de possibilidades que orienta a construção de sua trajetória. Certamente, uma possibilidade que apenas se efetivaria em outras condições, que não a que experimentou, e sim como proprietário.

Entre as poucas alternativas vislumbradas por estes trabalhadores, diante das intensas dificuldades de permanecer vivendo e trabalhando no campo, optaram por se mudar para Toledo, cidade na qual viviam os quatro irmãos de Bernardino. Todos trabalhavam nas fábricas da Frigobrás/Sadia³. Veio um de cada vez. O primeiro, Geraldo, alugou uma casa no Pouso Frio, uma grande área próxima a estas fábricas⁴,

¹ REIS, Bernardino da Silva. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 18/12/2014. Duração: 54:50 min.

² REIS, Bernardino da Silva. op. cit.

³ A Frigobrás - Companhia Brasileira de Frigoríficos foi criada no estado de São Paulo, em 1964, pela família Fontana, proprietária da empresa Sadia Concórdia S.A. e do Moinho da Lapa. Esta nova indústria foi criada visando à produção e comercialização de produtos alimentícios, abrangendo desde a industrialização e o comércio de produtos alimentícios até a instalação de matadouros, frigoríficos, fábricas de conservas enlatadas, de carnes, gorduras e laticínios, passando pela exportação de carnes em geral e outras atividades correlatas. No processo de expansão de suas atividades, a Sadia Concórdia S.A. comprou o Frigorífico Pioneiro, em Toledo, no oeste do Paraná, em meados de 1964, quando abatia cerca de 100 suínos por dia. Cf. DALLA COSTA, Armando João. **O grupo Sadia e a produção integrada: o lugar do agricultor no complexo agroindustrial**. 1993. 265 f. Dissertação (mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.

⁴ Parte da propriedade desta fábrica ficava no próprio Pouso Frio. Um de seus proprietários legais vendeu parte de sua área (580.800m²) no “Pouso Toledo” para a Prefeitura Municipal de Toledo representada

com aluguéis mais baratos e onde viviam a maioria dos operários da Frigobrás/Sadia. Certamente, a proximidade ao trabalho e os baixos custos da moradia nesta área, apesar de estigmatizada em relação aos outros bairros da cidade, apresentavam-se como as melhores possibilidades para estes trabalhadores recém-chegados do campo, com poucas economias e pressionados a trabalhar para garantir a sobrevivência de si e da família, muitas vezes numerosa.

Os outros irmãos, quando chegaram, contaram com a solidariedade dos familiares, que cederam espaço na moradia já apertada: “os outros que vinham iam amontoando com eles, morando numa casa só”⁵. A expressão utilizada por Bernardino para caracterizar as condições em que conviviam indica o desconforto de uma ou mais famílias numerosas dividindo a mesma moradia e os mesmos aposentos: “amontoavam-se”.

Da mesma forma, Bernardino, sua esposa e filhos, quando chegaram dependeram do auxílio dos irmãos. Construíram uma pequena casa nos fundos do lote de um dos irmãos que já tinha conseguido fugir do aluguel. Em 1984, Bernardino e sua esposa conseguiram um emprego no frigorífico da Sadia, como auxiliares de produção. Ao descrever seu trabalho enfatiza seu afinco e desenvoltura:

Trabalhava na linha, os frangos iam passando, você tinha que pegar, e tinha que... eu, às vezes, na minha produção, tirava na média, por minuto, 15, 20 frangos, e já cortava os 20 frangos, era uma coisa super rápida. [...] Nós tinha prazer em dar vareio nos outros. Vamos pôr esse pessoal trabalhar. A gente trabalhava mesmo.⁶

Na narrativa, ao enfatizar suas habilidades, que inclusive o permitiam sobrecarregar os colegas da linha de produção, Bernardino não só aponta sua condição de trabalhador, negando quaisquer definições negativas que recaíam sob os moradores do Pouso Frio, como também indica seu valor como trabalhador para o frigorífico da Sadia. Este trabalho de memória é compreensível ao considerar que foi demitido em 1988 por participar do movimento de oposição ao sindicato considerado pelego. As lutas não se restringiam ao espaço fabril: “já fazia as lutas, já participava da comunidade, associação de moradores, Igreja, né? Fazia parte do Conselho de Saúde, fiz

pelo Prefeito Municipal Avelino Campagnolo, no início do ano de 1965. A Prefeitura Municipal de Toledo, por sua vez, doou esta grande área em 1967, dois anos depois, para o Frigorífico Pioneiro S/A.

⁵ REIS, Bernardino da Silva. op. cit.

⁶ REIS, Bernardino da Silva. op. cit.

parte do Conselho de Assistência Social”⁷. Atualmente é funcionário público municipal, atuando como guarda municipal.

As experiências de Bernardino e sua família foram compartilhadas por milhares de outros trabalhadores. As transformações na produção rural capitalista impuseram limites à permanência destes sujeitos no campo. Neste sentido, enquanto muitos buscaram outras regiões em que a agricultura familiar ainda fosse possível, outros se mudaram para as cidades próximas, procurando terrenos ou aluguéis baratos, frequentemente situados em bairros desprovidos de qualquer infraestrutura. As possibilidades de trabalho também não permitiam melhores expectativas. Diante de todas estas dificuldades, em Toledo, o Pouso Frio e a fábrica constituíram-se como espaços de luta e resistência principalmente nas décadas de 1970 a 1990. Luta por serviços públicos no bairro e por melhores condições de trabalho. Neste processo, a construção de redes de solidariedade entre familiares, amigos e vizinhos contribuiu significativamente para a organização do enfrentamento. Esta dissertação busca justamente compreender as dinâmicas de construção destes processos sociais e movimentos de trabalhadores na cidade de Toledo naquele período.

A aproximação com o tema e sua delimitação surgiu com projetos de Iniciação Científica e com a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em 2013⁸. Naquele momento investiguei os sentidos e significados atribuídos pelos trabalhadores às relações de trabalho constituídas no frigorífico da Sadia de Toledo, nas décadas de 1960-1980. Busquei compreender de que forma eles se vincularam ao setor e, após identificar as estratégias criadas pela empresa para estabelecer determinado regime de trabalho, discuti o modo como os trabalhadores lidaram com estas tentativas a partir da problematização de suas memórias sobre suas experiências.

Problematizou-se também como enfrentaram, no conjunto de suas vivências, as pressões e limites que lhes foram colocados, e como trabalharam com estas dificuldades em suas consciências, criando e recriando resistências individuais e coletivas. Neste sentido, investiguei também sobre o processo de constituição da Associação dos Trabalhadores da Indústria Alimentícia de Toledo, em 1981. Um processo conflituoso e permeado por embates entre grupos com projetos distintos de organização sindical.

⁷ REIS, Bernardino da Silva. op. cit.

⁸ PEREIRA, Maria Cristina de Castro. **Trabalhadores da Sadia de Toledo: relações de trabalho e sindicalismo (décadas de 1960 a 1980)**. 87f. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Unioeste. Marechal Cândido Rondon, 2013.

Na produção das entrevistas e no contato com os sujeitos da pesquisa se verificou que um número significativo de trabalhadores daquela fábrica vivia em seus entornos. A pesquisa nos arquivos do Museu Histórico Willy Barth mostrou que a Grande Vila Pioneira, onde viviam parte destes sujeitos, era outrora uma grande área de ocupação, com 2.001.745 metros quadrados, desprovida de infraestrutura básica até a década de 1980. Por ter vivido neste bairro por dois anos e não conhecer suas histórias, pesquisei trabalhos acadêmicos que discutissem o tema⁹. E percebi que a historiografia sobre o processo histórico de constituição e posteriores transformações urbanas no Pouso Frio era escassa, em contrapartida à quantidade exorbitante de monografias, dissertações, teses e livros que versam sobre a atuação da Colonizadora Rio Paraná (MARIPÁ) e as áreas onde promoveu a dita “colonização”.

Não só pesquisadores, como também gestores públicos, têm sido omissos em relação à presença e atuação de milhares de trabalhadores pobres no processo histórico de construção da cidade de Toledo. Trabalhadores vindos de diversas regiões do Brasil e do Paraguai, em busca de melhores condições de vida e trabalho que, em grande número, ocuparam esta ampla área da cidade, chamada de Pouso Frio. O primeiro nome do bairro se deve ao fato de ter sido, por muito tempo, uma parada de descanso para homens e animais que transportavam erva mate até a Argentina. A esta primeira condição de pouso somou-se o fato de que a partir do final da década de 1940 começou a ser ocupado por trabalhadores que não dispunham de escrituração dos terrenos e nem mesmo sabiam de quem era a área. Portanto, “Pouso Frio”.

Num texto, publicado no jornal “Nova Geração”¹⁰, as condições de vida e moradia encontradas no Pouso Frio são apontadas pelos próprios moradores

⁹ CHIBA, Ariça; SOUZA, Ivanor Mann de. **Práticas e representações na urbanização de Toledo – PR**. 1994. 210 f. Monografia (Curso de Pós-graduação em História do Brasil). UNIOESTE/FACITOL, Toledo, 1994; DONASSOLO, Geni Maria. **O processo de seleção social no município de Toledo-PR**. 1994. 82 f. Monografia (Curso de Pós-graduação em História do Brasil). UNIOESTE/FACITOL, Toledo, 1994; OLIVEIRA, Rosemari Aparecida. **O pouso-frio e sua legalização**. 2005. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Sociais). UNIOESTE, Toledo, 2005.

¹⁰ O Jornal **Nova Geração** foi uma fusão de outros dois jornais da cidade, o **Tribuna do Comércio** e o **Atecano**. O primeiro jornal era produzido pela ACIT (Associação Comercial e Empresarial de Toledo), enquanto o segundo pela ATEC (Associação Toledana dos Estudantes em Curitiba). Ambos tinham circulação mensal. **Nova Geração** circulou mensalmente entre os anos de 1973 e 1978, e tinha como redator chefe Oscar Silva e Nelton Friedrich como diretor proprietário, ambos com vínculo com a antiga **Tribuna do Comércio**. Em 1977, constava como diretor geral Edílio Ferreira. Este jornal possui dois momentos: um primeiro em que a pauta era composta por muitas matérias locais e regionais, com a particularidade de haver grande interesse nas relações dessas dimensões com o governo estadual e outro verificado em 1978, quando o jornal apresentava uma pauta diferenciada e, no editorial de cinco de setembro daquele ano, foram apontadas questões que orientariam seu perfil, após ficar um tempo fora de circulação. Nesse momento, o veículo de informação se engajou no processo de abertura política do regime militar e efetuava críticas à ditadura, além de dar visibilidade ao MDB e à lutas, como a “anistia”.

entrevistados pela equipe do jornal: fundos de terrenos mal divididos, comportando até quatro “ranchinhos” de pequeno porte; falta de iluminação pública (gerando gastos com querosene e gás, além de impossibilitar o funcionamento de comércios que necessitavam de energia elétrica na região, obrigando os moradores a se deslocarem até o centro da cidade); medo de reformar ou ampliar casas e perder o investimento (os moradores temiam perder suas casas, já que desconheciam os proprietários legais das terras); entre outras dificuldades.

Em meados do século XX, não só no Oeste paranaense, mas em todo o Brasil foram experimentadas intensas movimentações territoriais de trabalhadores. A população brasileira, antes predominantemente rural, experimentou um rápido crescimento urbano¹¹, caracterizado pela privação de condições básicas de urbanidade e inserção efetiva na cidade à boa parte da população. Outra característica marcante das crescentes cidades brasileiras foi - e ainda é - a ilegalidade, ou seja, a construção destes espaços é marcada pela presença de ocupações, favelas e outros loteamentos ditos “irregulares”. A arquiteta e urbanista Raquel Rolnik aponta que estas ocupações estão presentes em quase 100% das cidades com mais de 500 mil habitantes e em 80% das cidades entre 100 mil e 500 mil habitantes. Até mesmo nos municípios com menos de 20 mil habitantes estes loteamentos aparecem em mais de 30% dos casos¹².

A área de ocupação chamada de Pouso Frio na cidade de Toledo/PR, nas décadas de 1970-90, foi palco de conflitos e movimentações que, entre outras implicações, provocou a remoção de dezenas de famílias para outros espaços do bairro e da cidade. A chamada “regularização” desta área foi acompanhada, entre outras coisas, do realinhamento, alargamento e abertura de ruas; realinhamento de cercas e muros; drenagem de áreas alagadiças e recuo e transporte de casas. Estas transformações foram

Sem abandonar por completo as notícias locais e regionais, a pauta desse jornal passou a ser composta por matérias sobre o Brasil e a América Latina e, dessa maneira, conferia-lhes amplo destaque. Cf. LANGARO, Jiani Fernando. **Quando o futuro é inscrito no passado: “Colonização” e “Pioneirismo”** nas memórias públicas de Toledo-PR (1950-2010). 2012. 470 f. Tese (Curso de Pós-Graduação em História). PUC/SP, São Paulo, 2012, p. 62.

¹¹ O contingente populacional rural em 1950 era de 33.161.506 habitantes, enquanto a população urbana era de 18.782.891 habitantes. Em 1960 esse número cresce para 31.303.034 habitantes, com a população rural mantendo-se em torno de 38.767.423 habitantes. A inversão populacional ficou mais evidente na década de 1970: 41.054.053 habitantes no campo e 52.084.984 habitantes nas cidades. Cf. SANDOVAL, Francielle. **Projeto CURA no Jornal Folha de Londrina: 1973-1977**. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/PDF/francielllesandoval.pdf>. Acessado em: 14/11/2014.

¹² ROLNIK, Raquel. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país – avanços e desafios. **IPEA: políticas sociais – acompanhamento e análise**. 12. Fev. 2006 (p.199-210). Neste artigo a autora avalia os avanços institucionais no campo do direito à moradia, do direito à cidade, do fortalecimento jurídico da noção de função social da propriedade e do reconhecimento dos direitos de posse no Brasil, nas últimas décadas.

viabilizadas por um financiamento realizado pelos gestores públicos junto ao governo federal: o Projeto CURA¹³. Estes projetos foram elaborados e postos em prática sem a consulta aos trabalhadores do Pouso Frio e sem efetivamente assumir compromissos reais com a melhoria das condições de vida destes sujeitos.

Esta forma de conceber a gestão das desigualdades sociais na cidade, que homogeneíza os espaços e territórios ao modo das classes dominantes, infelizmente é prática ainda comum nos centros urbanos brasileiros. Esta “gestão científica” da cidade presume uma racionalidade extrínseca às desigualdades sociais urbanas que deveria nortear a condução não-política, “competente”, “eficiente”, das políticas públicas. Supostamente há uma forma “científica” – isto é, “neutra”, supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral – da gestão dos problemas da cidade e das desigualdades sociais nela existentes. Haveria critérios objetivos, “científicos”, que poderiam nortear as medidas da administração pública – no caso do Pouso Frio ganha relevância a atuação dos engenheiros civis¹⁴.

A remoção das famílias que ocupavam espaços no bairro que seriam utilizados para outros fins (ruas, área de preservação permanente, etc.) significou uma alteração nas redes de sociabilidades construídas por estes sujeitos, interferindo também nas distâncias em relação aos lugares frequentados para o lazer, para o trabalho e para a educação. Os impasses na execução do Projeto CURA no Pouso Frio, promovidos pela atuação dos trabalhadores nas negociações realizadas entre eles e funcionários públicos responsáveis pelo encaminhamento do Projeto, além das pressões e resistências vivenciadas e elaboradas por estes diferentes sujeitos, são elementos problematizados nesta dissertação, no terceiro capítulo.

¹³ O Projeto Cura (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada) foi criado pelo BNH (Banco Nacional de Habitação), no âmbito da política nacional de saneamento, oriundo do Plano Nacional de Saneamento (Planasa), instituído em 1970. Sobre o projeto, Bortolotti (2007, p. 137 apud SANDOVAL) argumenta que os investimentos retornavam através da cobrança de impostos e da contribuição de melhorias à população. Este tipo de projeto era diferente de outras intervenções urbanas pela preocupação financeira e econômica, e não uma proposta de alcance social. Os bairros nos quais o Projeto CURA era aplicado não eram necessariamente os que possuíam infraestrutura precária, mas sim aqueles localizados em regiões estratégicas da cidade, com fluxo significativo e potencial de ascensão dentro do plano urbano, visando tanto o benefício econômico/comercial da cidade, quanto a quitação do empréstimo realizado pelo BNH para o projeto. In: SANDOVAL, Francielle. **Projeto CURA no Jornal Folha de Londrina: 1973-1977**. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/PDF/franciellesandoval.pdf>. Acessado em: 14/11/2014.

¹⁴ Estas práticas da administração pública remontam, no Brasil, ao século XIX. Sidney Chalhoub, ao investigar este processo, aponta possibilidades interessantes na história social para discutir a cidade e os diversos projetos dominantes para a cidade, mas também para historiar os processos de reformas urbanas. A ideologia investigada por ele, construída na segunda metade do século XIX, permitiu (e ainda permite) aos governantes ocultar, ou ao menos dissimular o sentido classista de suas decisões políticas Cf. CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. 3ª Ed. Campinas, SP: Unicamp, 2012.

Ao orientar a investigação para a constituição do Pouso Frio e as transformações produzidas neste espaço, privilegio a problematização das experiências dos sujeitos que viveram nesta área: suas estratégias de sobrevivência; inserção no mercado de trabalho; problemas enfrentados; condições de moradia; expectativas; práticas sociais de luta produzidas; e por fim, a interpretação que fazem atualmente deste processo. Outra questão abordada diz respeito às circunstâncias ou formas pelas quais os entrevistados tomaram conhecimento e passaram a participar da ocupação do Pouso Frio. Como este espaço urbano foi concebido por estes trabalhadores recém-chegados e quais intervenções eles produziram ali. E, principalmente, como suas expectativas e valores foram ou não reelaboradas neste novo espaço, em que novos limites e pressões são colocados no cotidiano destes trabalhadores – no trabalho, na moradia, no lazer ¹⁵.

Perscrutar a *experiência* destes sujeitos significa fazer a correspondência entre as relações sociais capitalistas em constante transformação e o processo histórico específico investigado nesta pesquisa. Significa examinar as formas pelas quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão: relações de parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa, leis, instituições e ideologias – “tudo o que, em sua totalidade, compreende a “genética” de todo processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (como experiências de classe peculiares) sua pressão sobre o conjunto” ¹⁶. Além disso, ao nos debruçarmos sobre as experiências de homens e mulheres, os reconhecemos como sujeitos históricos ativos,

[...] não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada¹⁷.

¹⁵ João Carlos de Souza, ao investigar as vivências e experiências dos moradores de quatro áreas de ocupação de terras na Zona Leste de São Paulo, levanta algumas questões interessantes e pertinentes que contribuíram também para minha própria pesquisa. Cf. SOUZA, João Carlos de. **Na luta por habitação: a construção de novos valores**. São Paulo: EDUC, 1995.

¹⁶ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 188-189.

¹⁷ THOMPSON, E. P. op. cit. p. 182.

Como os sujeitos históricos não vivem suas experiências apenas como ideias, mas como sentimentos, Thompson indica a necessidade de articular o termo *experiência* ao de *cultura*. Cultura entendida como os modos de viver e de lutar, abarcando todas as experiências das pessoas, desde o trabalho, as relações familiares, o lazer, a religião, até as vestimentas, a alimentação, entre outros. Os costumes apresentam-se como lógicas para a elaboração de práticas sociais como a resistência. Neste sentido, é a partir do diálogo com a própria cultura que as pessoas lidam com as pressões e limites que lhes são colocados, trabalhando com as dificuldades em suas consciências, criando e recriando resistências.

No Pouso Frio, principalmente durante as décadas de 1970-1990, emergiram diferentes formas de organização popular e de resistência: associações de moradores, Pastoral Operária e sindicatos. Frente à falta de infraestrutura no bairro e as péssimas condições de trabalho enfrentadas, estes trabalhadores elaboraram, individual ou coletivamente, estratégias políticas de contestação e reivindicação. A luta por direitos à cidade ganhou espaço também no interior da Câmara Municipal de Toledo, e os conflitos que perpassavam o conjunto das relações sociais está expresso nos arquivos desta instituição.

Neste sentido, torna-se pertinente a investigação a respeito destes movimentos reivindicatórios dos trabalhadores que moraram no Pouso Frio, os processos de organização, suas conquistas e suas relações com o poder público municipal. Será analisada também a construção dos espaços e instituições que possibilitaram e/ou contribuíram para as organizações populares no Pouso Frio, como as Associações de Moradores e a Pastoral Operária. É necessário indicar também, as potencialidades organizativas e reivindicatórias das organizações de bairro e o papel da Igreja, fundamentalmente por meio das Comunidades Eclesiais de Base, na formação e suporte destes movimentos urbanos, problemáticas formuladas no segundo capítulo.

Possibilitar uma maior visibilidade às experiências e projetos destes sujeitos significa indicar outras memórias e outras histórias que se contrapõem a memória apontada como única, que “acaba por se tornar oficial na construção da unidade social e política”¹⁸. A construção de uma memória e de uma história única carrega consigo a eleição de um único projeto de cidade entendido como viável e pertinente. Um projeto que é supostamente para todos, contudo, fundamentado na expropriação, exploração e

¹⁸ FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. In: _____ (org.). **Cidades**. 1. Pesquisa em História. Programa de Estudos Pós-Graduados em História PUC/SP. Olho d'água. 2000. p. 8.

segregação dos trabalhadores. Apontar outras memórias e histórias permite identificarmos outros projetos para a cidade que costumam ser ocultados e silenciados. E perceber diferentes projetos e interesses em disputa no passado, amplia também nosso olhar sobre os múltiplos projetos existentes no presente, indicando possibilidades distintas de construção de um futuro a ser compartilhado.

Considerando a cidade como um lugar da diversidade e da luta de classes (e não apenas como um conceito urbanístico), temos a possibilidade de, ao valorizar a memória “que não está apenas nas lembranças das pessoas”, evidenciar, nos diferentes espaços urbanos as “marcas que a história deixou ao longo do tempo em seus monumentos, ruas e avenidas ou nos seus espaços de convivência ou no que resta de planos e políticas oficiais sempre justificadas como o necessário caminho do progresso e da modernidade”¹⁹.

Tendo em vista as intenções e propostas desta investigação, minhas principais fontes são entrevistas orais com os trabalhadores do antigo Pouso Frio. Foram produzidas 18 entrevistas com 21 trabalhadores (três entrevistas com casais). Na seleção dos entrevistados, busquei os sujeitos que lá viveram entre as décadas de 1940 e 1990. Isto porque já se têm registro de moradores no antigo Pouso Frio no final da década de 1940. E foi na década de 1980 e 1990 que o Projeto CURA foi implantado. A delimitação temporal foi demarcada tendo em conta o momento em que transcorreram as experiências de morar no Pouso Frio, certamente considerando que os entrevistados produziram suas narrativas no presente e as permeiam com as marcas deste tempo.

A problematização destas fontes foi produzida a partir da perspectiva de que são construções narrativas, um processo de interpretação realizado pelos sujeitos envolvidos na dinâmica. Desta forma, as entrevistas não são consideradas como a realidade, mas uma versão dela que cabe ser discutida. É um equívoco a expectativa de que o entrevistado somente “apresente fatos”, ou seja, narre os acontecimentos sem envolvimento pessoal, o que é impossível, visto que, como já bem apontou Alessandro Portelli, “recordar e contar já é interpretar”²⁰. A memória não é um depósito de dados e de fatos, é um movimento constante de interpretação e reinterpretação, ou seja, um processo ativo de criação de significações. Seria incoerente esperar que os sujeitos trouxessem um fato para que nós, enquanto pesquisadores, o interpretássemos. Assim,

¹⁹ FENELON, Déa Ribeiro. op. cit. p. 7.

²⁰ PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro: vol. 1, n.º.2, 1996. p. 2.

[...] a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico.²¹

As memórias de sujeitos históricos diversos, como as dos moradores do antigo Pouso Frio, com experiências singulares, nos permite identificar outras interpretações e versões da realidade histórica, que se distanciam da história que é definida muitas vezes como legítima, enfatizando a atuação da “colonizadora” Maripá na cidade e o trabalho realizado pelos descendentes de italianos e alemães²².

Yara Aun Khoury, ao tratar das relações entre história e memória, define a história como um processo permeado por disputas entre forças sociais distintas, que envolvem valores, sentimentos e interesses. Desta maneira, o trabalho com a história oral “como um meio de aproximação de modos específicos como as pessoas vivem e interpretam os processos sociais, de como estas especificidades influenciam a dinâmica histórica”²³, é de suma importância.

No exercício da investigação histórica por meio do diálogo com pessoas, é possível interpretar os sentidos que atribuem ao passado e como a memória também se constitui como um campo de disputas e instrumento do poder. A cultura apresenta-se como um campo fértil para “identificar diferenças e descobrir tendências que questionam a ordem”, possibilitando a desconstrução de processos sociais de produção de memórias e análise das relações entre história e memória.²⁴

Nesta perspectiva, as narrativas são entendidas como práticas que se forjam na experiência e que intervêm nela. E que apesar de serem elaboradas por cada sujeito em sua consciência, partem de experiências que são sempre sociais e compartilhadas²⁵. São também abertas e provisórias. Entrevistas realizadas com a mesma pessoa em momentos

²¹ PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, Educ, n. 14, p. 25-39, fev. 1997. p. 33.

²² BELL’AVER, Dênis Jr. **Terra e Trabalho**: a constituição do campo e dos trabalhadores rurais de Toledo (1955-1970). 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado em História). UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2013; LANGARO, Jiani Fernando. **Quando o futuro é inscrito no passado**: “Colonização” e “Pioneirismo” nas memórias públicas de Toledo-PR (1950-2010). 2012. 470 f. Tese (Curso de Pós-Graduação em História). PUC/SP, São Paulo, 2012.

²³ KHOURY, Y. A. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d’Água, 2004. p. 117.

²⁴ KHOURY, Y. A. op. cit. p. 118.

²⁵ KHOURY, Y. A. op. cit. p. 125.

diferentes expressam o que o entrevistado quer enfatizar em cada entrevista, a partir das experiências de cada momento, incluindo aí o próprio diálogo.²⁶

Khoury indica a possibilidade da constituição de memórias sobre determinados eventos ou processos históricos, que podem ocultar ou silenciar outras memórias, alternativas e talvez antagônicas. As narrativas produzidas pelos sujeitos que, comumente são silenciados e ocultados pelos meios de comunicação e/ou por parte da historiografia, carregam consigo uma rica possibilidade de descortinar possibilidades alternativas na realidade social.²⁷

A perspectiva de análise que venho construindo em minha trajetória de pesquisa certamente deve muito ao diálogo estabelecido com os autores mencionados neste texto. A participação em encontros da Linha de Pesquisa de Trabalho e Movimentos Sociais também contribuiu significativamente para a constituição desta perspectiva – ainda em construção. É a partir destas leituras e reflexões produzidas coletivamente que tento conduzir a investigação sobre os modos de viver e trabalhar dos moradores do Pouso Frio de Toledo/PR – área ocupada por trabalhadores oriundos em sua maioria de São Paulo, Minas Gerais e do Sul do país.

Ao interpretar as trajetórias de vida destes sujeitos que vieram para esta região, enfatizando suas expectativas antes da vinda, as experiências no Pouso Frio e a forma como se realizaram as inúmeras transformações no bairro e acesso a serviços públicos (água encanada, energia elétrica, coleta de lixo e transporte, por exemplo), parece pertinente, ao trabalhar com as fontes, considerar que “elas expressam sujeitos históricos, inseridos ativamente numa complexa rede de relações e acontecimentos e num intrincado jogo de pressões e limites que é preciso problematizar”.²⁸

Além das fontes orais, outras fontes apresentam ricas possibilidades para a problematização do processo histórico de constituição e de transformações urbanas do Pouso Frio, assim como para a análise de alguns dos interesses em disputa: Projetos de Lei e Indicações de Vereadores, por exemplo. Para discutir a respeito dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores que moravam no Pouso Frio, os processos de organização, suas conquistas e suas relações com o poder público municipal, além das fontes orais, será analisado o Livro Tombo da Paróquia São Pedro e São Paulo, criada em janeiro de 1977. Esta igreja localiza-se na antiga Vila Brasil, hoje Vila Operária,

²⁶ KHOURY, Y. A. op. cit. p. 128.

²⁷ KHOURY, Y. A. op. cit. p. 137.

²⁸ FENELON, D. R. et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004. p. 10.

bairro que dividia com o Pouso Frio o estigma de situar-se “do outro lado do rio” que corta a cidade. No Livro Tombo foram registradas anotações sobre as atividades realizadas pelas diversas capelas que atuavam por todo o Pouso Frio, inclusive sobre a atuação de trabalhadores na Pastoral Operária.

O conjunto destes materiais utilizados como fontes para esta pesquisa, assim como a bibliografia produzida sobre o tema, será pensado enquanto práticas materializadas por diferentes sujeitos que não só interpretam os processos históricos dos quais fazem parte, como também buscam intervir e pautar suas demandas na sociedade. São interpretações historicamente constituídas e produzidas por seus autores.

Com este cuidado, avalio ser possível identificar, coerentemente, como estes sujeitos, a partir de seus modos de viver e trabalhar, da sua cultura, elaboraram expectativas em relação ao viver na cidade e de que formas lutaram pelo que avaliaram serem seus direitos. Entre os projetos nos quais estavam envolvidos, por iniciativa própria ou por imposição do poder público municipal, destaca-se a escrituração dos terrenos nos quais moravam, o alargamento de ruas, a implantação da rede de esgoto, de energia elétrica e de água encanada, que ocorreu na década de 1980 e 1990.

Mesmo com evidências que nos permitem identificar neste processo a atuação permanente dos moradores – reivindicando melhorias ou resistindo a determinadas mudanças, pressionando de alguma forma o poder público municipal – os jornais locais e os governos municipais parecem ter se preocupado em construir uma memória que atribua a um ou a outro prefeito as reformas e transformações do antigo Pouso Frio. Ocultando, especialmente, quaisquer conflitos que tenham permeado este processo. A memória que se tenta construir é de uma ação supostamente concedida por bondade e completamente benéfica ao conjunto de moradores.

É o diálogo com os trabalhadores que permite identificar outros elementos que compõe este processo histórico, incluindo a participação ativa destes sujeitos na elaboração de outros projetos para a cidade. Parece-me pertinente compreender de que maneira se posicionaram em relação às transformações no bairro e de que forma atuaram. Quais suas expectativas e anseios? Como aponta Khoury, além de a entrevista representar uma oportunidade para a pessoa falar de si mesma e de suas próprias experiências, possibilita ao pesquisador alargar os horizontes da história e da memória, tendo em vista a afirmação de presenças sociais por vezes ocultas em outros meios.²⁹

²⁹ KHOURY, Y. A. op. cit. p. 137.

A partir do diálogo com os trabalhadores que moravam no Pouso Frio e da problematização de Projetos de Lei, Indicações, Atas de Associações de Moradores e outras fontes, planejei a organização da dissertação – expressão deste processo de investigação – em três capítulos, cada um explorando uma problemática específica e seus desdobramentos.

No primeiro capítulo discuto o processo de transformações no modo de produção capitalista no campo, denominado pela historiografia local como o processo de “modernização/mecanização da agricultura”, e suas implicações nos modos de viver e trabalhar de pequenos proprietários e trabalhadores sem terra, que diante dos limites que lhes foram impostos buscaram alternativas de trabalho e moradia em outras regiões. Milhares deles se deslocaram para a cidade de Toledo, no Pouso Frio, uma área mais acessível financeiramente. Neste sentido, busco identificar como foi construído este espaço e interpretar quais as noções de propriedade dos trabalhadores. A intenção deste capítulo é também recompor este cenário: os limites e pressões do tempo histórico vivido, as dificuldades para realizar as atividades cotidianas, as intervenções na cidade.

No capítulo II, busco problematizar a atuação de diferentes formas de organização popular e de resistência no Pouso Frio, principalmente na década de 1980 e 1990. Entre elas, a Pastoral Operária e a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Boa Esperança. Enfatizo o processo de elaboração de distintas práticas sociais de luta dos trabalhadores e seus desdobramentos, assim como as interpretações destes sujeitos acerca da efetividade destas práticas. É discutido também, em que medida as organizações reivindicativas por melhorias no Pouso Frio dinamizaram e contribuíram para os movimentos sociais construídos na década de 1980: a disputa por espaço no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentícia de Toledo, por exemplo.

Por fim, o último capítulo identifica e interpreta os conflitos e negociações que caracterizaram o processo de reformas urbanas do Pouso Frio, com ênfase nas resistências dos trabalhadores às arbitrariedades dos projetos dos gestores públicos. É discutido desde o processo inicial de identificação dos proprietários legais dos terrenos que compunham o Pouso Frio (e a posterior compra ou desapropriação pela Prefeitura Municipal), até a “doação” aos trabalhadores que lá viviam. A abertura de ruas, o transporte e recuo de casas, as remoções de famílias, os asphaltamentos, entre outras transformações no bairro são problemáticas abordadas.

CAPÍTULO I

“DO OUTRO LADO DO RIO”: O TERRENO COMPARTILHADO DAS DIFICULDADES

Maria Aparecida da Silva nasceu em Minas Gerais, na cidade de Teófilo Otoni. Ainda criança foi trazida para Janiópolis, um pequeno município da região centro ocidental do Paraná. A trajetória familiar de Maria Aparecida na região foi marcada pelos deslocamentos. Ao avaliar que as dificuldades de permanência em determinada região se intensificavam, buscavam melhores condições de trabalho e moradia em outros lugares: de Janiópolis se mudou para Ubitatã, e de lá para São José das Palmeiras. As experiências nestes municípios foram semelhantes: “a gente nunca teve nada, sempre moramos de favor dos outros”³⁰. Ao indicar que a família não possuía terras para o plantio, Maria Aparecida expõe algumas das pressões vivenciadas por tantos outros trabalhadores do campo: “moravam de favor”. Esta condição limita as negociações com os proprietários de terra por melhores condições de trabalho e ainda permite que sejam expulsos a qualquer momento. Diante destas situações, um campo de possibilidades era avaliado:

[...] porque não tinha terra, né? Morava nas terras dos outros e daí ia mudando. Aí moremos ali em São José em vários lugar, daí acabemos morando em São José e ali eu cresci, ali eu casei, ali eu estudei, fui pra São Paulo, voltei de volta com meu marido. Aí continuei morando na terra dos outros. Morei 3 anos, tive os filhos, aí a gente, o último ano que a gente morou lá, a gente plantou algodão lá nas terras.³¹

A família de Maria Aparecida insistiu na possibilidade de trabalhar no campo, mesmo com a necessidade de um número significativo de deslocamentos. Esta trajetória, representativa de um conjunto de experiências de diversos sujeitos neste processo histórico, evidencia as pressões colocadas aos trabalhadores sem terra. Em Minas Gerais ou no Paraná, continuar “morando na terra dos outros” era um fator negativo decisivo na construção de seus modos de vida. No caso de Maria Aparecida, a primeira experiência de viver na cidade, foi numa favela do Jardim Peri, na Zona Norte de São Paulo. Seu marido, Benedito Floriano da Silva, trabalhava “num edifício lá

³⁰ SILVA, Maria Aparecida. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia. 16 de março de 2014. Duração: 43:38 min.

³¹ SILVA, Maria Aparecida. op. cit.

limpando”³². Ela não conseguiu emprego. Voltaram para São José das Palmeiras, para o trabalho no campo.

Nesta cidade a família trabalhou por mais três anos em uma plantação de algodão. Ali pagavam 30% da produção para o proprietário das terras e fizeram algumas economias. Mais uma vez, frente às dificuldades, a família optou pela saída do campo. No início da década de 1980, compraram um pequeno lote e uma “casinha de madeira de duas peças”³³ no Pouso Frio, na cidade de Toledo. Se quando foram para São Paulo, viveram em uma favela, em Toledo encontraram essa grande área habitada por trabalhadores pobres, com aluguéis e terrenos relativamente baratos. Entre as poucas possibilidades, essa era a mais acessível. Numa casa de dois cômodos, de madeira como as que compõem a fotografia abaixo, cercada “com aquelas balauça na época, sabe? Balauça é umas ripinhas... Todo mundo cercadinho já”³⁴, viveram Maria Aparecida, seu marido e três filhos.



Figura 1: [s.n.] Fotografia de moradias do Pouso Frio. [1980?]

Fonte: Arquivo do Departamento de Cadastro da Prefeitura Municipal de Toledo³⁵.

³² SILVA, Maria Aparecida. op. cit.

³³ SILVA, Maria Aparecida. op. cit.

³⁴ SILVA, Maria Aparecida. op. cit.

³⁵ As fotografias e mapas apresentados neste capítulo pertencem ao arquivo do Departamento de Cadastro da Prefeitura Municipal de Toledo. Tais imagens não estavam acompanhadas de identificação da data ou de quem as produziu.

A fotografia, sem sujeitos num primeiro plano, parece ter sido produzida justamente para registrar a rua estreita e de terra, cercada por casas de madeira, que caracterizava o Pouso Frio. O menino que aparece em frente a um dos portões possivelmente observava curioso, as pessoas desconhecidas que fotografavam sua moradia – funcionários da Prefeitura Municipal de Toledo. Também é evidenciado tanto na fala de Maria Aparecida como na imagem a preocupação dos moradores com o cercamento de seus terrenos, que delimitava suas propriedades.

Sobre os primeiros meses na nova moradia, Maria Aparecida indica que

[...] assim que nós comprou a casa lá que a mulher falou pra nós lá que nós não sabia, aí eu fiquei desesperada pensando que nós ia perde tudo mesmo, né? Que ela falou que aquela casa lá, porque nós ia perde, que o homem só vendeu que o prefeito ia tomar. Que era um Pouso Frio, que não tinha documento, não tinha nada. Aí meu marido falou assim: “Não, calma não é assim as coisa, ó quanta gente mora aí, vamos esperar pra ver, ninguém vai tirar nós daqui”, disse aí nós nem sabia. Daí a mulher falou assim: “Não, mas ele só vendeu isso pra vocês porque ele sabia que ele ia perde, ficou com medo de perder e vendeu”. Daí como nós era do sítio nós não sabia de nada, né? Nós compreemos. Daí mas aí um ano que nós estava ali o prefeito legalizou tudo e deu papel pra todo mundo.³⁶

Maria Aparecida enfatiza em sua narrativa o medo de perder o terreno conquistado com tanto trabalho. Medo que era compartilhado pelos vizinhos, eles também sem a posse de qualquer escritura dos lotes. As compras e vendas realizadas sem a produção de documentos escritos ou com contratos simples e muitas vezes sem reconhecimento no cartório local, provocaram um medo generalizado de que a qualquer momento as terras fossem reivindicadas. Maria Aparecida indica a interessante ponderação de seu marido: “Não, calma não é assim as coisa, ó quanta gente mora aí, vamos esperar pra ver, ninguém vai tirar nós daqui”. O argumento usado para tranquilizar a esposa desesperada foi apontar o número expressivo de moradores no Pouso Frio e a identificação de que o problema era coletivo, e não apenas deles. Sendo coletivo, era “esperar pra ver”, já que confiava que nenhuma força, estatal ou privada, iria tirar milhares de pessoas dali contra a vontade delas. O trecho da entrevista transcrito abaixo reforça o posicionamento de Benedito F. da Silva:

[...] meu marido não era besta não, ele falou assim, "se eu achasse e

³⁶ SILVA, Maria Aparecida. op. cit.

tivesse dinheiro eu ia era comprar mais uns três lotes aqui pra mim já que tão vendendo tudo barato com medo". Eu falei assim, "você é doido?" "Nós não vai perder isso aqui, ninguém vai tirar nós daqui olha o tanto de gente morando".³⁷

A escrituração dos terrenos no Pouso Frio permitiu que Maria Aparecida se livrasse de seus temores e confirmou a tese de seu marido. Entretanto, tantos outros moradores avaliaram negativamente a intervenção do poder público municipal. Avaliação que foi construída tendo em vista os novos impostos cobrados e às perdas de alguns moradores, como se identifica abaixo.

Leandro Amorim e sua família vieram de Santa Catarina para Cafelândia/PR, depois para Medianeira/PR e por fim, para Toledo em 1974 – quase uma década antes de Maria Aparecida chegar. Nesta cidade alugou uma pequena casa na Vila Brasil. Algum tempo depois trocaram, com um conhecido, a pequena chácara que deixaram sem uso em Medianeira por outra de aproximadamente 10.000m² no Pouso Frio. A primeira moradia desta família no Pouso Frio “estava pregada tudo os pregos em volta, é, sarrafo em volta das tábuas. Estava podre, estava caindo tudo. Balançava assim. Nós ficamos morando um ano ali dentro. Daí desmanchamos e fizemos outra, de madeira também”³⁸.

Leandro e sua esposa, Inês de Amorim, enfatizam que foi o medo de perder a propriedade, por ser uma área de ocupação e não terem título de propriedade, que os fez julgar a necessidade de vender aos poucos pequenos lotes para os trabalhadores que ali chegavam: “Já cheguei e já comecei [a vender terrenos], porque, digo, se tomar, pelo menos esse pouco eu vou ver”. Da mesma forma parece ter avaliado o proprietário que vendeu o terreno para a família de Maria Aparecida. Com tom de arrependimento, constata, “mas não tomaram nada. Eu me arrependi, podia ter ficado com mais, né?”. Na terra de que dispunham, na qual ainda trabalham, plantavam verduras, mandiocas e árvores frutíferas (de banana, laranja, poncã, caqui, figo, manga, uva). O arrependimento expressado por Leandro é contestado pela esposa:

Tá bom, pra que ficar pagando IPTU, né? É como o lote ali debaixo. Ele quis vender porque não dava mais conta de trabalhar, plantar, né? Daí nós plantamos aqui pra trás, ele que planta, né? Ali pra trás. Mas o lote ali a gente não dava mais conta. E ficar pagando IPTU pra quê?³⁹

³⁷ SILVA, Maria Aparecida. op. cit.

³⁸ AMORIM, Leandro; AMORIM, Inês. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 22 de dezembro de 2014. Duração: 44:37 min.

³⁹ AMORIM, Leandro; AMORIM, Inês. op. cit.

Se antes da escrituração venderam terrenos por medo de os “tomarem”, após a dificuldade passou a ser o pagamento dos impostos. A idade avançada diminuiu a capacidade física para continuar plantando nos terrenos que restaram. Mantê-lo sem uso, como uma mercadoria que poderia agregar valor, não foi avaliado como uma possibilidade por este casal: “ficar pagando IPTU pra quê?”.

Aline da Silva, 76 anos, me foi indicada por vários moradores que disseram que ela era a moradora mais antiga da região. Encontrei esta senhora sentada na frente de casa ouvindo rádio e sorrindo – seu filho é locutor. Após conversarmos um pouco, aceitou ceder uma entrevista, ali mesmo, naquele momento. Aline não se recorda o ano em que se mudou para o Pouso Frio, em Toledo, “têm coisa que eu não lembro”⁴⁰. Mas indica que, com 11 anos, frequentava uma pequena escola “na entrada de Cascavel”. Alguns cálculos e percebemos que Aline e sua família já viviam no Pouso Frio em 1949. Anteriormente morava em Santa Tereza/PR (próximo à Cascavel).

O terreno no qual vive hoje foi comprado de uma vizinha, por “uma mixaria”. Ao me indicar o tamanho do terreno – que se entende por três quadras e têm algumas construções – questionei se ela loteou e vendeu. Ao que Aline respondeu: “Não! Isso aqui é tudo da minha família!”. A parte do terreno que não foi utilizada pelos filhos para construir suas moradias,

[...] a parte de baixo tudo, a rua lá embaixo, não essa rua, a outra lá embaixo, ele [Albino Corazza Neto] pegou tudo. Que ele fez um quadro lá, uma praça. [...] Ele pegou tudo esse pedaço. [...] Ele disse que não tinha direito, não tinha direito, a Marinha têm parte, não sei o quê, ele logrou! [...] Daí ele fez assim, ele pegou essa parte tudo embora, e deixou esses terrenos pra mim. Daí eu falei, olha, eu preciso de um terreno cada filho. Eu tenho 6 filhos. [...] Aí ele repartiu, deu os terrenos pequenininhos, mas deu, né? Cada filho um terreno. Daí ele legalizou, arrumou esses terrenos. [...] Fez contrato e deixou assim, em paz. Mas logrou, por que ficou com tudo.⁴¹

Ao interpretar o processo de escrituração dos terrenos do Pouso Frio, Aline aponta sua insatisfação com a perda de parte da sua área: foi “lograda”. O descontentamento foi personificado na figura de Albino Corazza Neto, um dos prefeitos que atuou nestes projetos. Ao afirmar que este prefeito a “logrou”, demonstra um

⁴⁰ SILVA, Aline da. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 03 de novembro de 2014. Duração: 56:34 min.

⁴¹ SILVA, Aline da. op. cit.

sentimento de indignação e contrariedade diante da expropriação. A entrevistada tenta justificar seu posicionamento ao indicar sua concepção de que aquela posse lhe era um direito, o qual foi contestado: “Ele disse que não tinha direito”. Sem participar do planejamento dos encaminhamentos para a escrituração e das reformas urbanas realizadas na área, nem ao menos ser previamente consultada, Aline não compreendeu e não aceitou os projetos impostos pelo poder público municipal.

Sua recusa manifestou-se na forçada negociação: precisava de um terreno para cada um dos seis filhos. O interesse em manter terrenos para sanar a necessidade de moradia da família é evidenciado. A negociação entre Aline e os representantes do poder público municipal – sujeitos que estavam em posições sociais desiguais e com interesses distintos – resultou em “terrenos pequenininhos” para cada um dos filhos.

As experiências destes trabalhadores, além de permitir delinear alguns elementos do processo conflituoso de escrituração dos terrenos do Pouso Frio, também indicam expectativas construídas em relação aos usos da moradia e do terreno em torno dela. Utilizavam estes espaços como abrigo para a família e muitas vezes para plantio de alimentos. Em momentos difíceis estes trabalhadores visualizam a necessidade de vender seus terrenos, utilizando-os também como reserva de valor, uma poupança.

Estas experiências nos permitem identificar distintos interesses e expectativas dos trabalhadores em relação à propriedade e à moradia. Da mesma forma, interpretam diferentemente o processo de escrituração dos terrenos do Pouso Frio. Se para Maria Aparecida, que comprou um terreno com suas poucas economias, a escrituração pôs fim as suas preocupações, para Aline, proprietária de uma relativamente grande propriedade, o processo de escrituração foi permeado por conflitos que resultaram na expropriação de parte de sua posse. Também foi interpretado de forma negativa por Leandro Amorim, que se desfez dos terrenos que ainda tinha devido à cobrança de impostos após a escrituração.

Não só a interpretação que fazem da escrituração dos terrenos aproxima Leandro Amorim de Aline. Apesar de esta última ter comprado os terrenos no final da década de 1940 e Leandro ter trocado seu sítio em Medianeira apenas na década de 1970, ambos continuaram a trabalhar com o cultivo da terra nas relativamente grandes propriedades adquiridas. Maria Aparecida, por sua vez, chegou ao Pouso Frio em um momento de intensificação das transformações no campo e na cidade. A população crescente daquela área visualizava outras possibilidades de trabalho (anteriormente quase restritas ao trabalho na agricultura) como nas fábricas da Frigobrás/Sadia que aumentou

consideravelmente a produção em 1979 com a construção do frigorífico de aves. Maria Aparecida indica que

[...] tinha um vizinho do lado que era um casal de velho, os filhos trabalhava na Sadia, a maioria trabalhava na Sadia. O outro vizinho, marido da Neuza, o Sérgio trabalhava na Sadia. [...] O meu marido trabalhava na garagem de ônibus da Nordeste lavando ônibus, lavador de ônibus da Nordeste. No começo ele ia na boia-fria, né? Aí depois ele arrumou esse serviço. Nós veio assim, com a cara e a coragem, né? Pra cá. Daí nós levamos um susto, né? Com esse negócio que nós ia perde a casa e depois graças a Deus não perdemos.⁴²

Os vizinhos trabalhavam nas fábricas da Sadia, próximas às moradias do Pouso Frio. Seu marido, após um período de trabalho como boia-fria, conseguiu um emprego, no centro da cidade, do “outro lado do rio”. Trabalhar como boia-fria até encontrar um emprego melhor, ou entre um emprego e outro, foram expedientes usados por muitos trabalhadores da região, que suportavam as péssimas condições de trabalho como boias-frias apenas quando era extremamente necessário para garantir a sobrevivência da família. Também evitavam depender deste trabalho, cada vez mais inseguro e irregular. Maria Aparecida, grávida e com a necessidade de cuidar dos filhos pequenos, não trabalhou como boia-fria. Sobre suas experiências de trabalho enquanto viveu no Pouso Frio, avalia que:

[...] eu tinha as crianças pequena, né? Tinha três pequenos. [...] Daí não tinha, num trabalhava. Eu trabalhava assim, em casa, né? Meu marido trabalhava lavando ônibus e eu trabalhava em casa lavando roupa dos motoristas. [...] Lavava, passava. Ele trazia e eles pagavam pra mim. E aí ele levava o dinheiro pra mim, eu fazia isso só. [...] Eu puxava água do poço, lavava, passava e meu marido levava e trazia e no outro dia ia trabalha. Levava sujo e trazia passadinho pros motorista. Tinha uns três cobradores ali que eu lavava. [...] ⁴³

O seu trabalho, a princípio, não era diferente do que já experimentara no campo. Se anteriormente lavava as roupas da família no rio, agora buscava água no poço. Com a diferença de que na cidade contribuía com este serviço doméstico para o sustento da família. Quando conseguiram instalar energia elétrica e utilizar água encanada, uma possibilidade que parece ter surgido para os moradores do Pouso Frio apenas na década

⁴² SILVA, Maria Aparecida. op. cit.

⁴³ SILVA, Maria Aparecida. op. cit.

de 1980, mas que já estava presente nas residências de moradores de outros bairros, precisaram se desfazer do único meio de locomoção:

Pra nós ponha a luz e água lá, meu marido vendeu uma bicicleta que ele tinha, daí ele pegou o dinheiro da bicicleta e ponho a luz e a água. [...] Tinha que pedir pra Sanepar, Copel e tinha que pagar um pouco, né? É que nem hoje Maria, aí ele pegou o dinheiro da bicicleta e inteirou, ajuntou com mais um pouco e ponhou. [...] Aí ponhemos a água e luz, mas eu fiquei um tempão tirando água do poço, lavando a roupa com água do poço, quando eu via que tava perto da hora dele chegar do serviço eu enchia a bacia lá do banheirinho lá pra ele tomar um banho, não tinha chuveiro, não tinha nada, dava banho nas crianças tudo na bacia.⁴⁴

As maneiras de realizar as atividades cotidianas na cidade não diferiam muito do que experimentou no campo. O que diferenciava estas experiências era a identificação de serviços públicos como a água encanada e o uso de energia elétrica como possibilidades reais, existentes em outros espaços da cidade. Certamente, para os trabalhadores mais empobrecidos, possibilidades quase remotas que exigiam alguns sacrifícios, como a venda de pequenos bens, para pagar as taxas de instalação e manutenção dos serviços públicos coletivos. Possivelmente, não foram poucos os trabalhadores que não conseguiram ter acesso aos mais elementares destes serviços, mesmo aos já escassos disponibilizados àquela localidade pela Prefeitura Municipal. De qualquer forma, expectativas diversas poderiam ser construídas em relação ao viver na cidade, naquele momento. A necessidade e utilidade do transporte coletivo, por exemplo, foi reavaliada a partir de suas experiências na cidade:

[...] eu vinha quase direto de a pé pro centro, porque tinha que pegar a circular cá em cima, né? Ficava meio longe o ponto. Aí às vezes eu perdia e vinha de a pé e nos final de semana, era mais ruim de circular naquele tempo. Porque eu vinha trazer almoço pro meu marido ali na Expresso Nordeste e eu vinha de a pé, cansei de vim de a pé grávida da Ana. [...] Então era ali na Expresso Nordeste eu vinha trazer o almoço ali pra ele. [...] Naquele tempo eu não vinha de circular porque era menos circular de final de semana. Que se você perdia até que você esperava outra atrasava muito, aí eu vinha de a pé. Às vezes também não tinha dinheiro pra vim de circular.⁴⁵

O ônibus que circulava no interior da cidade – mas não em todos os bairros –

⁴⁴ SILVA, Maria Aparecida. op. cit.

⁴⁵ SILVA, Maria Aparecida. op. cit.

chamado de “circular”, não contemplava em seu trajeto as ruas estreitas de boa parte do Pouso Frio. Para utilizar o transporte coletivo era necessário andar o bastante para que trabalhadores como Maria Aparecida avaliassem que era melhor continuar o caminho a pé. Além disso, obviamente, a falta de dinheiro era considerada. As dificuldades de acesso ao transporte coletivo, pela distância dos pontos ou falta de dinheiro para pagar o serviço público, limitavam as possibilidades de trabalho para grande parte dos sujeitos que moravam no Pouso Frio. A única fábrica situada nas proximidades era a Sadia. Outra ocupação em condições similares – carteira assinada, regularidade nos pagamentos – implicava na mudança residencial ou em maiores dificuldades para chegar ao trabalho todos os dias.

Não só ir ao trabalho era uma tarefa difícil. Até mesmo a compra de mercadorias para a subsistência se torna um sofrimento quando o transporte coletivo é também seletivo:

Não tinha sabe [mercado]? A gente vinha ali no centro, ali no Rimafra, era Rimafra, sabe? Que aí fazia lá [as compras], aí depois que fez lá [um mercado no Pouso Frio], eu comprava lá no Trento. Aí eu deixava as crianças na Dona Maria e vinha a pé ali no centro fazer o rancho.⁴⁶

O “rancho” (as compras mensais) era realizado num mercado distante, e mesmo assim, o mais próximo. Contando com a solidariedade de amigos e vizinhos, deixava os filhos com outros para sobrar mais espaço nos braços para carregar as mercadorias. Maria Aparecida comprava os produtos que não ganhava na cesta básica distribuída no Centro Social Urbano, localizado no bairro:

Não sei da onde que vinha, sei que a gente ia lá e ganhava alimento. Ali eles davam 2 kg de arroz, arroz não, que era quirela, né? 1 kg de feijão preto que não cozinhava, demorava pra cozinhar (risos), 1 kg de açúcar, 1 de fubá, uma lata de óleo, só o que a gente ganhava lá. [...] Numa família de 3, 4, né? Não dava pra come 3 dias. Só aquelas coisas e leite em pó, sabe? Que davam pra criança, não leite ninho de hoje. Leite em pó, sabe, mais ruinzinho.⁴⁷

Maria Aparecida não deixa de ironizar a suposta contribuição da instituição. Distribuía-se alimentos, mas eram os de pior qualidade. Aproveitava-os como conseguia. E ainda questiona a quantidade: “só o que a gente ganhava lá”. Se por um

⁴⁶ SILVA, Maria Aparecida. op. cit.

⁴⁷ SILVA, Maria Aparecida. op. cit.

lado podemos interpretar que estas políticas sociais se apresentam como respostas do Estado aos problemas sociais vividos pelos trabalhadores nesta sociedade extremamente desigual, por outro lado, podemos evidenciar que é também uma forma concreta de sobrevivência para milhares de famílias. Políticas sociais compensatórias, como a que atendia Maria Aparecida, cumprem uma função imediata de “alívio” da fome – e passam a ser reivindicadas pelos trabalhadores, que esperam qualidade e quantidade satisfatórias⁴⁸. No caso desta trabalhadora, a assistência efetiva que ela recebia era proveniente da solidariedade de amigos e vizinhos:

[...] eu só sei que tinha uma coisa boa na Sadia aquela época, né? Que as coisas era bem barata carne, ovo, né? E a minha vizinha, como eu tinha criança pequena sempre comprava pra mim. O marido dela trabalhava lá menina, nossa era tudo baratinho. Agora não tem mais, né? Eles tinham lá sabe um tanto lá pra eles compra e ainda comprar pros outros, sabe? Ela comprava direto pra mim carne, ovo tudo baratinho, ela me ajudava bastante. O pessoal lá era bem bom, nossa era um pessoal bom [...] Nossa, nós tinha uma mulher lá que o marido dela comprava direto carne pra nós também sabe? Eles falou que não vencia comprar aquela cota que eles tinha pra eles, daí ele comprava pra nós lá o mesmo preço sabe como se fosse pra ele e dava pra nós.⁴⁹

Avaliar positivamente o trabalho nas fábricas da Sadia nas décadas de 1970-80 é comum entre os trabalhadores que viveram na cidade de Toledo naquele momento. Mesmo indicando as dificuldades do trabalho, intensificada nas últimas décadas, identificam elementos que não estavam presentes em outros ofícios: além da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) registrada e regularidade no pagamento, dispunham, entre outras coisas, de carne, ovos e verduras mais baratas⁵⁰. A possibilidade de comprar alimentos mais baratos contribuía nas despesas não só dos trabalhadores empregados, como também de seus vizinhos e amigos – quando construía relações de solidariedade e ajuda mútua.

⁴⁸ Cf. GRASSIOLLI, Isabel. **Programa bolsa-família**: concepção e limites da proposta de erradicação da pobreza no governo Lula (2013-2010). 142f. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Unioeste. Marechal Cândido Rondon, 2012; SILVA, Rosane M. **Trabalhadores e programas assistencialistas**: o bolsa-família em Santa Helena/PR. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Unioeste. Marechal Cândido Rondon. 2008.

⁴⁹ SILVA, Maria Aparecida. op. cit.

⁵⁰ Para uma análise sobre as expectativas de trabalhadores que buscaram trabalho na Sadia, unidade de Toledo, nas décadas de 1960 e 1970, assim como as memórias construídas por estes sujeitos a respeito deste processo histórico, Cf. PEREIRA, Maria Cristina de Castro. **Trabalhadores da Sadia de Toledo**: relações de trabalho e sindicalismo (décadas de 1960 a 1980). 87f. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Unioeste. Marechal Cândido Rondon, 2013. (Capítulo I).

Este conjunto de relações construídas pelos trabalhadores do Pouso Frio apresentava-se como uma possibilidade interessante aos familiares, amigos e conhecidos que ainda lutavam para permanecer no campo. Sobre este processo histórico de deslocamento de um número significativo de trabalhadores rurais para a cidade, é interesse problematizar um artigo, publicado num livro organizado pelo PMDB, no final da década de 1980, que sintetizou suas propostas de redemocratização no Brasil. Com artigos referentes às “experiências democráticas” de diferentes municípios situados em dez Estados⁵¹, a publicação visava “trazer à discussão as questões intrínsecas do poder local, como referência à consolidação do processo democrático”⁵². Um dos artigos, escrito por Carlos Emiliano Eleutério, com uma breve apresentação escrita pelo prefeito Albino Corazza Neto (eleito em 1983), abordava especificamente as ações da gestão do PMDB na cidade de Toledo. Expondo um projeto de governo que se apresentava como “definido pelo povo e apoiado nas organizações populares”, com o intuito de “abrir novos caminhos para a construção democrática do país”⁵³, também apontam uma série de elementos presentes neste momento histórico.

Carlos Emiliano Eleutério indica que a cidade de Toledo enfrentava, no início da década de 1980, o “esvaziamento rural, o correspondente inchaço da cidade e a extinção de lojas comerciais, restaurantes, hotéis e, até mesmo, escolas e hospitais”. Uma iniciativa devia ser tomada frente à “situação caótica que toda a região Oeste do Paraná atravessava”: “os pequenos produtores vendiam sistematicamente suas terras e o comércio reduzia suas atividades sensivelmente. [...] a cidade vizinha de Palotina foi autorizada, em outubro de 1979, a demolir 17 escolas rurais, por absoluta falta de alunos”⁵⁴. Em outras palavras, milhares de pequenos proprietários e trabalhadores sem terra avaliaram a impossibilidade de permanência no campo e partiram para as cidades próximas.

O autor omitiu as causas imediatas de tal “situação caótica”. É importante destacar que as transformações vivenciadas naquele momento se devem, em parte, à

⁵¹ Espírito Santo (ES); Mato Grosso do Sul (MS); São Paulo (SP); Rio de Janeiro (RJ); Santa Catarina (SC); Bahia (BA); Minas Gerais (MG); Piauí (PI); Mato Grosso (MT) e Paraná (PR).

⁵² NETO, Albino Corazza. Toledo/PR: As empresas comunitárias de Toledo. In: HERRMANN NETO, João. **Democracia feita em casa**. Brasília, 1984. p. 11.

⁵³ NETO, Albino Corazza. Toledo/PR: As empresas comunitárias de Toledo. In: HERRMANN NETO, João. **Democracia feita em casa**. Brasília, 1984. p. 325; ALVES, Marcio Moreira. **A força do povo: democracia participativa em Lages**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁵⁴ ELEUTÉRIO, Carlos Emiliano. Empresas comunitárias: Toledo mostra como uma cidade pode mobilizar-se para enfrentar com sucesso a crise financeira do país. In: HERRMANN NETO, João. **Democracia feita em casa**. Brasília, 1984. p. 326.

mecanização da produção no campo do Oeste paranaense e a generalização da monocultura, que imprimiram novas relações de trabalho e a expropriação de trabalhadores sem terra e pequenos proprietários, provocando a concentração fundiária (acompanhada de acelerado crescimento no preço das terras, devido à rentabilidade e facilidades de crédito) e o êxodo rural. O uso de máquinas e insumos potencializou a produção, concentrando o uso da força de trabalho em um ou dois períodos por ano, passando a predominar o trabalho assalariado temporário – dos boias-frias.

Um relatório de pesquisa, resultado de um Projeto vinculado ao Ministério da Agricultura e à Fundação Getúlio Vargas, produzido em 1981, com o objetivo de avaliar a participação da chamada “modernização da agricultura”⁵⁵ e da política agrícola em particular sobre a complexificação da estrutura social no campo, nas décadas de 1960 e 1970, no Oeste paranaense, indica elementos pertinentes para problematizar este processo⁵⁶. Segundo Ribeiro, Cezar e Besnosik, fatores externos impulsionaram estas transformações, na primeira metade de 1970: se colocou em prática uma política de Estado que expandiu o crédito subsidiado (juros nulos; pagamentos parcelados) justamente em uma conjuntura extremamente favorável do mercado internacional de matérias primas, com elevação dos preços e das quantidades transacionadas de vários produtos, como a soja.

Os autores mencionam ainda que, internamente havia a disponibilidade prévia de alguns produtores em adotar determinadas práticas agrícolas e pecuárias: produção para exportação e mesmo a transformação industrial de produtos agrícolas na própria região, como forma de defender os interesses destes produtores. Neste sentido, Besnosik, César

⁵⁵ Sobre o uso do conceito de “modernização” para qualificar o processo histórico de formação do capitalismo na segunda metade do século XX no Brasil, Vagner José Moreira indica que “como conceito binário, motivou a construção de descrições estereotipadas sobre os modos de viver e de produzir no campo, sendo comum o uso de adjetivos aos trabalhadores e as atividades agropecuárias como “atrasados”, “arcaicos”, “rudimentares”, entre outros. Assim, se desconsiderou que a evolução histórica posterior não está dada de antemão ao processo histórico. E não compreendeu que os modos de trabalhar e produzir qualificados como “atrasados”, “arcaicos” de pequenos agricultores e trabalhadores sem terras poderiam ser interpretados como alternativos ou de oposição aos imperativos do mercado, que a intensificação do uso de novas tecnologias para produzir no campo significava”. Além disso, o conceito também é problemático na medida em que pretende ocultar contradições e desigualdades sociais, “como se fosse possível o desenvolvimento do capitalismo sem a intensa exploração, sem a extensa expropriação e sem o uso da violência e a repressão aos movimentos sociais de trabalhadores do campo e da cidade”. Cf. MOREIRA, Vagner J. **História da avicultura no Oeste do Paraná: trabalhadores e o processo industrial de produção de frangos (1970-2013)**. 77f. 2014. Relatório de Estágio Pós-Doutorado (História Social do Trabalho). Universidade Estadual de Campinas. 2014.

⁵⁶ RIBEIRO, Ivan de Otero; CESAR, Paulo Bastos.; BESNOSIK, Roberto Iazlovitch. **Modernização e diferenciação social na agricultura brasileira: um estudo no Extremo-Oeste do Paraná**. Relatório Final Extremo-Oeste Paranaense. Projeto de evolução recente e situação atual da agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Fundação Getúlio Vargas, 1981.

e Ribeiro, indicam que o desenvolvimento das cooperativas na década de 1970 foi fundamental para viabilizar a “modernização da agricultura” na escala e com a rapidez em que esta se verificou. Entre as cooperativas, a Cooperativa Agrícola Mista do Oeste Ltda (criada em 1970, no distrito de Vila Nova), posteriormente Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste Ltda (COOPAGRO) se destacou.

A suinocultura, que era atividade complementar na primeira década de constituição da cidade, intensificou-se neste momento, paralelamente a construção do Frigorífico Pioneiro S/A, que teve seu controle acionário adquirido pela empresa Sadia no ano de 1964. Segundo os autores do relatório citado acima, um ponto marcante da atuação da Sadia foi a diversidade das relações que estabeleceu ao longo da cadeia agroindustrial:

Enquanto do lado do fornecimento da matéria prima utilizam-se recursos disponíveis internamente às unidades familiares, do lado da elaboração do produto final aproveita-se do relativamente grande exército industrial de reserva da região, para o qual representa importante pólo de atração. Atualmente [1981] a Sadia fornece cerca de 3.000 empregos diretos, atraindo principalmente os “nortistas” que habitam o sul do município de Toledo, muitos dos quais deixaram a atividade agrícola para trabalhar no frigorífico; parte da mão de obra que utiliza origina-se também de chácaras em torno da sede do município, as quais não proporcionam rendimentos suficientes, o que torna necessário alguns de seus membros buscar trabalho na indústria; outra parte, finalmente, origina-se da massa de volantes que vagueia pelo Oeste do Paraná à procura de trabalho. E para os quais é muito atraente a possibilidade de um emprego em caráter permanente com remuneração acima da que é paga pelo trabalho temporário agrícola.⁵⁷

Com dificuldades cada vez mais intensas para permanecer no campo, uma expectativa em relação à cidade e ao trabalho na fábrica parecia ter sido compartilhada por trabalhadores entrevistados: a de que a cidade oferecia maiores possibilidades de solução para as dificuldades materiais encontradas. Nesta região, o frigorífico da Sadia de Toledo se apresentava, para os que ainda estavam no campo, como uma possibilidade de estabilidade, tendo em vista a regularidade dos pagamentos, um dos aspectos citados nas entrevistas como contraposição às rendas obtidas no campo, que variam de acordo com o sucesso ou não de determinada colheita. A expropriação e expulsão de um grande número de trabalhadores rurais coincidiram com a instalação de

⁵⁷ RIBEIRO, Ivan de Otero; CESAR, Paulo Bastos.; BESNOSIK, Roberto Iazlovitch. **Modernização e diferenciação social na agricultura brasileira**: um estudo no Extremo-Oeste do Paraná. Relatório Final Extremo-Oeste Paranaense. Projeto de evolução recente e situação atual da agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Fundação Getúlio Vargas, 1981.

plantas industriais na região, como a Sadia. É possível interpretar ainda, que foram estes deslocamentos massivos de trabalhadores para o Pouso Frio que atraíram a instalação e ampliação da planta industrial da Sadia nas proximidades.

Além da necessidade de conseguir um trabalho, ao chegar à cidade, a busca pela moradia impera. Dentre as poucas e poucas possibilidades, a ocupação de uma grande área – o chamado Pouso Frio – foi a escolhida por milhares de trabalhadores. Nas primeiras décadas de constituição dos espaços da cidade de Toledo, terrenos eram vendidos pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A (Maripá) preferencialmente para descendentes de italianos e alemães vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nos limites da área escriturada em nome desta empresa, situava-se este grande território (que abrangia uma área de 2.001.745 metros quadrados à margem esquerda do Rio Toledo) que não lhe pertencia.

Até a década de 1960, muitos trabalhadores chegaram ao Pouso Frio e cercaram terrenos para si, construindo ali sua morada. Na medida em que a área foi ocupada, os trabalhadores passaram a vender terrenos para os que chegavam, muitas vezes com a elaboração de contratos de compra e venda⁵⁸. Mesmo para os que chegaram ao bairro e tiveram de comprar seu terreno – como Maria Aparecida no início da década de 1980 – o valor ínfimo que pagavam era ainda a melhor possibilidade de obter a moradia própria. Um contrato de compra e venda datado do dia 01 de maio de 1977 indica o pagamento de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) por um terreno de 301 metros quadrados, aproximadamente 9 (nove) salários mínimos da época⁵⁹. Outro contrato de compra e venda, este de janeiro de 1979, registra a venda de um terreno de 420 metros quadrados por Cr\$ 22.000,00 (vinte e dois mil cruzeiros), o equivalente a 14 salários mínimos naquele momento⁶⁰. Diferente do primeiro contrato citado, as partes envolvidas nesta negociação concordaram em dividir o pagamento: Cr\$5.000,00 no momento de produção do contrato e os outros Cr\$17.000,00 parcelados em 17 vezes iguais. Outros contratos também evidenciam estas negociações que facilitavam a compra de terrenos no Pouso Frio: não apenas o baixo valor, como também a

⁵⁸ No processo de escrituração dos terrenos, os funcionários públicos envolvidos no projeto recolheram contratos de compra e venda produzidos pelos trabalhadores. No arquivo do Departamento de Cadastros da Prefeitura Municipal de Toledo encontrei aproximadamente 14 contratos firmados entre 1974 e 1978 e 33 firmados entre 1979 e 1984.

⁵⁹ O salário mínimo em maio de 1977 era Cr\$1.106,40. Cf. <http://www.uel.br/proaf/informacoes/indices/salminimo.htm>.

⁶⁰ O salário mínimo em janeiro de 1979 era de Cr\$1.560,00. Cf. <http://www.uel.br/proaf/informacoes/indices/salminimo.htm>.

possibilidade de parcelamento. E aos que ainda assim não podiam comprar um terreno ou uma casa, era no Pouso Frio que encontrariam os aluguéis mais baratos.

Paralelamente à tentativa de obter uma moradia própria ou um aluguel barato, muitos destes trabalhadores, ao não conseguirem o trabalho relativamente estável nas fábricas da Sadia, enfrentaram o árduo e inseguro trabalho como boias-frias. Carlos E. Eleutério, citado acima, aponta que o poder público municipal, “com a falta de recursos patente e a expansão das pressões sociais, só havia a alternativa de tentar iniciativas próprias”⁶¹, o que resultou na criação de “empresas comunitárias”⁶² na cidade.

Destaca-se na argumentação do autor, a “expansão das pressões sociais”, promovidas pelos trabalhadores pobres da cidade, que experimentavam a miséria e já construía espaços de luta e reivindicação. Na sequência de seu texto, Eleutério informa que havia “queixas e reclamações em alguns setores sociais”, e sugere que eram trabalhadores desempregados ao indicar que o prefeito Albino Corazza Neto pretendia que as novas “empresas comunitárias” absorvessem a “mão de obra ociosa”⁶³. O desemprego, segundo o autor, atingia a três mil pessoas (o livro no qual se insere o artigo citado foi publicado em 1984), “a maioria proveniente dos meios rurais e sem qualificação”⁶⁴.

No mesmo ano, em uma revista publicada pela Prefeitura Municipal de Toledo, afirma-se que “durante o ano de 1984, um problema passou a se agravar cada dia mais, foi o problema dos boias-frias, que devido à miséria, desânimo e desorganização amplia ainda mais o sofrimento de milhares de toledanos”. A formulação do autor parece querer culpar os próprios trabalhadores pela situação. Entretanto, na sequência do texto, percebe-se o contrário. Eleutério indica a criação de uma Associação dos Trabalhadores Volantes, “a qual depois de vários meses de funcionamento apresenta dificuldades por

⁶¹ ELEUTÉRIO, Carlos Emiliano. *Empresas Comunitárias: Toledo mostra como uma cidade pode mobilizar-se para enfrentar com sucesso a crise financeira do país*. In: HERRMANN NETO, João. **Democracia feita em casa**. Brasília, 1984. p. 327.

⁶² Representantes da Associação Comercial do Município de Toledo (ACIT), juntamente com representantes do frigorífico Sadia, projetaram a construção de fábricas que fornecessem material para a Sadia e/ou reaproveitasse materiais por ela descartados, como por exemplo: um curtume, aproveitando o couro dos bovinos abatidos pelos trabalhadores da Sadia e uma indústria de plástico, para fornecer embalagens ao frigorífico. As empresas criadas neste período, intituladas de “empresas/indústrias comunitárias” tinham como acionistas majoritariamente empresários locais. Cf: ELEUTÉRIO, Carlos Emiliano. *Empresas Comunitárias: Toledo mostra como uma cidade pode mobilizar-se para enfrentar com sucesso a crise financeira do país*. In: HERRMANN NETO, João. **Democracia feita em casa**. Brasília, 1984, p. 327. CORAZZA NETO, A. (org.) **As indústrias comunitárias de Toledo**. Sua história e implantação. Toledo, Prefeitura Municipal; MIC; ACIT; FACITOL, 1985.

⁶³ ELEUTÉRIO, Carlos Emiliano. op. cit. p. 329.

⁶⁴ ELEUTÉRIO, Carlos Emiliano. op. cit. p. 330.

falta de recursos e falta de sensibilidade e apoio necessário para atingir os objetivos”⁶⁵. Apesar da aparente dificuldade de manutenção da Associação, os trabalhadores volantes conseguiram se organizar para o plantio “da maioria dos lotes baldios, que somados ultrapassam o número de 4000 lotes, com predominância de milho, arroz, mandioca e hortaliças”⁶⁶.

Pressionados a sair do campo e experimentando a miséria na cidade, estes milhares de trabalhadores, majoritariamente vivendo no Pouso Frio, lutaram juntos pela sobrevivência num momento de desemprego generalizado. As redes de solidariedade e amizade, construídas a partir das árduas vivências compartilhadas com familiares, amigos e vizinhos, lhes permitiram delinear possibilidades no processo de deslocamento do campo para a cidade, mas não só. Estas relações sociais os fortaleceram para o enfrentamento das dificuldades encontradas na vida urbana. Unidos em uma Associação, buscaram formas de manter o sustento de suas famílias.

Eleutério indica que a gestão “Toledo: Comunidade no Poder”, do PMDB, com o objetivo de “ocupar a população”, também criou programas de hortas e de “indústrias caseiras”, isentas de tributos. Cursos de tricô, couros, pintura e artesanato em geral foram oferecidos. Os produtos eram vendidos pelos próprios trabalhadores e também em feiras e exposições dentro e fora da cidade. Estas ações dos gestores públicos municipais buscavam amenizar a miséria que crescia na periferia da cidade, atuando apenas sobre os efeitos da concentração de terras no campo e na cidade e da propriedade privada dos meios de produção, omitindo-se em relação às causas, sem problematizar e questionar as estruturas sociais vigentes, extremamente desiguais e injustas.

Narcisa Rech se inscreveu na Associação Comercial para produzir acolchoados e chinelos no Centro Social Urbano. Com filhos pequenos, trabalhava em troca de cestas básicas e leite (dinheiro não recebia). Ela e o marido, Betoldo Rech, vieram à Toledo em 1979. Moravam anteriormente no município de Ouro Verde do Oeste/PR e trabalhavam em uma pequena lavoura arrendada. Betoldo, ao construir uma narrativa para as experiências vivenciadas no final da década de 1970 e início da década de 1980, enfatiza o papel do que chama de “mecanização”:

⁶⁵ O processo de constituição e as lutas travadas pelos trabalhadores desta Associação não pôde ser investigado para compor esta dissertação, pela ausência de fontes e tempo hábil.

⁶⁶ TOLEDO (Município). **Toledo: Comunidade no Poder**. Um balanço de 2 anos de trabalho. Democracia: participação e emprego pleno. Fev. 1985. p. 21.

Nós veio pra cá porque lá estava ruim pra nós, não estava bom. Daí nós veio procurar serviço pra cá. Aí nós entrou na Sadia trabalhar, aquela época. [...] Nós trabalhamos na lavoura até uma época, que até estava bom. Daí depois entrou, nós trabalhava arrendado, e depois entrou a mecanização, entrou a mecanização e acabou o serviço. Aí os fazendeiros trocavam por máquina, né? Daí eu procurei vim pra cidade ⁶⁷.

Betoldo trabalhou alguns anos na fábrica da Sadia, enquanto Narcisa trabalhou ali por seis meses, quando casaram. Após alguns anos de trabalho árduo, conseguiram deixar de pagar aluguel e comprar, pagando em parcelas, um pequeno terreno no Pouso Frio, de posse do irmão de Betoldo. Narcisa e Betoldo Rech, assim como Maria Aparecida, vivenciaram um momento em que a cidade passava por profundas transformações em sua estrutura demográfica, econômica e social. A tabela que segue abaixo permite percebermos, quantitativamente, a expressividade dos deslocamentos de trabalhadores do campo para a cidade na região a partir da década de 1970.

Tabela 1 Total das populações rurais e urbanas do Paraná, Região Oeste e Toledo, entre 1970 e 2000.

	Paraná		Região Oeste		Toledo ⁶⁸	
	1970	2000	1970	2000	1970	2000
Urbana	2.504.378	7.782.005	149.516	928.362	14.986	85.911
Rural	4.425.490	1.776.121	602.916	209.174	53.899	12.278
Total	6.929.898	9.558.126	752.432	1.137.536	68.885	98.189

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1990; Censo Demográfico, IBGE, 2000 ⁶⁹.

A análise da tabela acima permite identificarmos que, de maneira geral, houve um aumento populacional em todo o estado do Paraná entre as décadas de 1970 e 2000. Paralelamente, a população urbana aumentou e a população rural diminuiu. Mas não com as mesmas proporções. No Paraná inteiro o aumento populacional foi de 37%. A população urbana aumentou 210% e a população rural diminuiu 59%. Na região Oeste a

⁶⁷ RECH, Betoldo; RECH, Narcisa. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 22 de dezembro de 2014. Duração: 1:03:00 hora.

⁶⁸ A revista *Recado*, publicada em Toledo, divulgou, em 7 de outubro de 1984, o número de habitantes entre as décadas de 1950 e 1980. São os que seguem: em 1950, Toledo tinha 9.945 habitantes. Em 1960, 24.959. Em 1970, o número apresentado na tabela. E em 1980, 81.282. Estes dados indicam que o crescimento demográfico acentuou-se consideravelmente na década de 1970. Cf. TOLEDO e sua gente. *Recado*. Toledo/PR, ano XII, n°7, p. 11. Out. 1984.

⁶⁹ Cf. GRECO, Silvia Cristina Bender. *Análise da tendência à redução do número de boias frias em Toledo/PR, a partir de 1970, redução influenciada pela modernização agrícola e pelas alterações nas culturas produzidas*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). 2007. 110f. Unioeste, Toledo/PR, 2007.

população aumentou 51%, na qual se incluem os milhares de trabalhadores pobres, vindos de outras regiões do Paraná ou mesmo de outros estados, procurando trabalho na região. Nas cidades da região, 520% a mais de habitantes, e no campo 65% a menos. Em Toledo, o aumento populacional alcançou 42%. A população urbana aumentou estrondosos 473% e a rural diminuiu 77%. Este número expressivo de trabalhadores, ao deslocarem-se para a cidade, muitas vezes sobrevivendo ainda do trabalho no campo – como boias-frias – ou no trabalho fabril, sofreu a segregação não apenas econômica, como também geográfica, na cidade de Toledo.

José Graziano da Silva indica alguns elementos que compunham este processo de expropriação e expulsão de trabalhadores rurais no Estado do Paraná – parceiros, arrendatários, pequenos posseiros e pequenos proprietários.⁷⁰ Trabalhadores que, em sua maioria, marcharam para as periferias urbanas, alternando a ocupação de volantes com empregos urbanos de baixa qualificação e remuneração.

O autor analisa dados dos Cadastros de Imóveis Rurais do INCRA e dos Censos Agropecuários do IBGE e indica uma drástica intensificação da concentração de terras no Paraná entre as décadas de 1960 e 1970. Principalmente, no final da década de 1960 e início da década de 1970, verifica-se a redução dos minifúndios e um forte crescimento dos latifúndios, tanto em número como em área. Já na primeira metade da década de 1970, evidencia-se, principalmente no Extremo-Oeste e Sudoeste do Estado, o aparecimento de grandes proprietários e uma drástica redução no número de pequenas propriedades⁷¹. E se a existência de uma pequena área não significa, necessariamente, uma pequena produção, movimentada por pequenos proprietários, Silva aponta que o grau de capitalização da agricultura era bastante baixo naquele momento. Ou seja, as grandes propriedades, em termos de área, tinham também os maiores valores de produção.

Cabe destacar também outra informação apresentada pelo autor: a porcentagem de imóveis vazios existentes, compondo as áreas dos grandes latifúndios – loteamentos imobiliários, terras próximas a centros urbanos, com fins de especulação imobiliária é significativamente elevada⁷².

1.1. MAPEANDO O POUSO FRIO: DINÂMICAS DE CONSTRUÇÃO DO BAIRRO

⁷⁰ SILVA, José Graziano. A estrutura agrária do Estado do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Número 87, 1996. p. 175-195.

⁷¹ SILVA, José Graziano, op. cit. p. 186-187.

⁷² SILVA, José Graziano, op. cit. p. 192.

O Município de Toledo está situado na Região Oeste do Paraná⁷³. Sua população atual é de 130.295 habitantes, conforme estimativa do IBGE⁷⁴. A Região Oeste do Paraná está dividida em microrregiões: a de Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu. Toledo possui um território de 1.205,501 km², sendo a parte urbana possuidora de uma área de 54,56 km², com 22 bairros. O mapa político da área urbana da cidade segue abaixo:

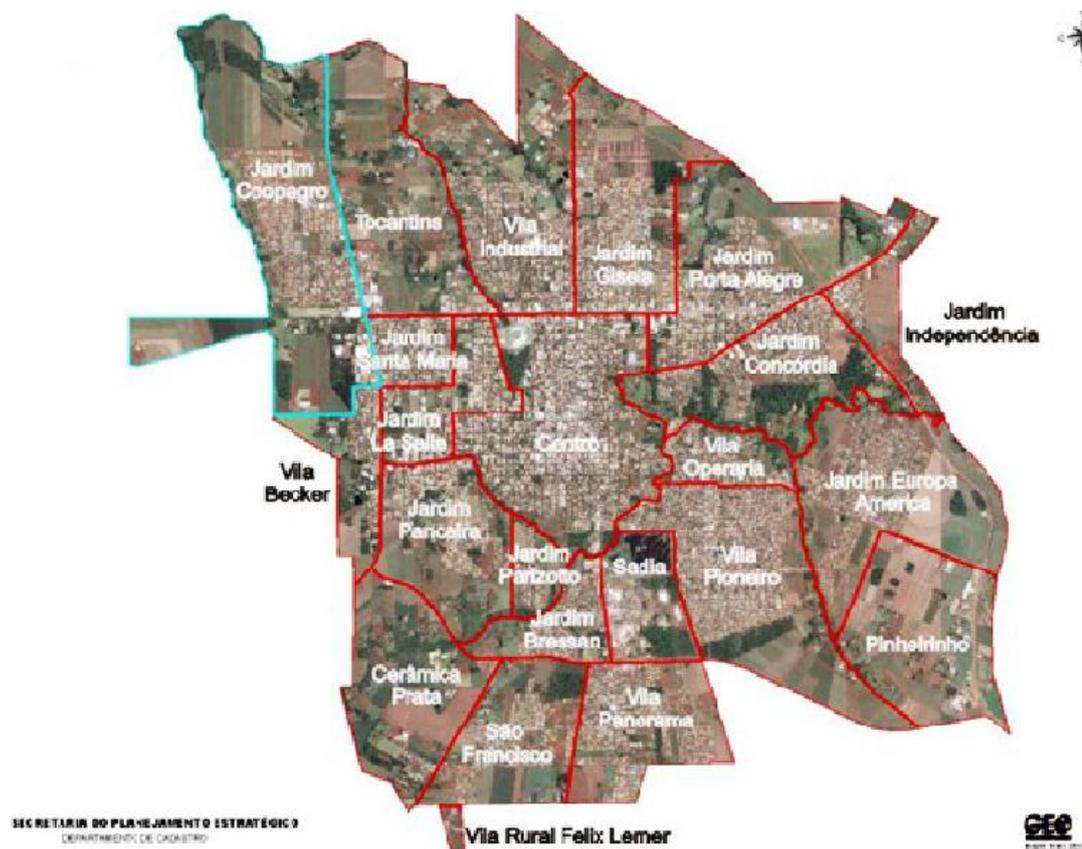


Figura 2: Mapa político de Toledo [área urbana].

Fonte: Prefeitura Municipal de Toledo. Secretaria do Planejamento Estratégico. Departamento de Cadastro.

A ocupação deste território foi planejada pela Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A – MARIPÁ, que adquiriu junto a companhia imobiliária inglesa “Maderas del Alto Paraná” uma gleba de terras denominada Fazenda Britânia, em 1947. Esta negociação foi facilitada pela legislação que proibiu que estrangeiros fossem proprietários de terras em zonas fronteiriças no Brasil. A atividade inicial foi

⁷³ Situado numa região de colonização recente, o município foi emancipado de Foz do Iguaçu em 1951. A primeira eleição ocorreu em 9 de novembro de 1952 e a instalação oficial em 14 de dezembro de 1952, quando se deu a posse do prefeito Ernesto Dall'Oglio (1952/1956). Na década de 1960 a região contava com apenas cinco municípios: Foz do Iguaçu, Cascavel, Toledo, Guaíra e Guaraniaçu.

⁷⁴ Disponível em:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativa_dou_2014.pdf%7Cpublicado=Instituto. Acessado em: 17/12/2014.

a extração de madeira, exportada para a Argentina e o Uruguai, mas os ramos de atividades da Maripá se multiplicaram até a década de 1960. O plano de colonização fundamentou-se em pequenas propriedades, com média de 10 alqueires paulistas, com um quadro climático extremamente favorável para a exploração agrícola.

Geni Maria Donassolo, ao tratar do processo que ela denomina “colonização agrícola”, promovida pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A (Maripá)⁷⁵, busca evidenciar os modos como os dirigentes da Maripá tentaram resguardar a compra dos lotes apenas aos descendentes de italianos e alemães vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (sujeitos que “monopolizam” a memória social produzida por diferentes gestões do poder público municipal). Os sujeitos vindos de outras regiões, como paulistas e paraguaios, por exemplo, encontravam, segundo a autora, muitas dificuldades para se estabelecer neste território – o que não impediu sua presença.

A principal dificuldade dos dirigentes da Maripá na tentativa de controlar quais grupos sociais iriam se estabelecer na cidade que se formava, parece ter sido o fato de que havia um grande território (que abrangia uma área de 2.001.745 metros quadrados à margem esquerda do Rio Toledo), que não lhe pertencia. O Pouso Toledo (posteriormente chamado Pouso Frio, hoje correspondente à Grande Vila Pioneira⁷⁶, que engloba os bairros Boa Esperança, Vila Paulista e Vila Pioneira), que durante muito tempo foi utilizado pela empresa Nunes Y Gibaja como uma parada para descanso de homens e animais, durante o transporte de erva-mate, passou a ser ocupado por pessoas vindas de diversos lugares e regiões do Paraná e do Brasil⁷⁷.

⁷⁵ DONASSOLO, Geni Maria. **O processo de seleção social no município de Toledo-PR**. 1994. 82 f. Monografia (Curso de Pós-graduação em História do Brasil). UNIOESTE/FACITOL, Toledo, 1994.

⁷⁶ A Região Administrativa da Grande Vila Pioneira foi criada pela Lei 26 de 07/07/1993, com as seguintes delimitações: toma como ponto de partida o cruzamento da Avenida Senador Atílio Fontana com a Rua dos Pioneiros. Segue por esta em direção Leste, até a Rua São Francisco Falso. Por esta, em direção ao Sul, até a divisa com o lote rural nº4 do Perímetro “B” da Fazenda Britânia, por onde segue, em direção Leste, até a sanga Pinheirinho. Por esta até a sua confluência com o Arroio Toledo, pelo qual desce até a Avenida Senador Atílio Fontana. Segue por esta, em direção ao Sul, até o cruzamento com a Rua dos Pioneiros, ponto de partida da descrição (área de aproximadamente quatrocentos hectares). A Administração Regional passou a ser coordenada por um Administrador Regional (cargo em comissão). Cf. TOLEDO (Município). **Projeto de Lei nº46/1993**. Dispõe sobre a criação da Região Administrativa da Grande Vila Pioneiro e da respectiva Administração Regional. 24 de maio de 1993. Não foi encontrado um mapa que especificasse estas delimitações.

⁷⁷ Segundo Donassolo, em 1930, a empresa Nunes Y Gibaja, devido a dificuldades surgidas para exportar erva-mate, suspendeu suas atividades, deixando de usar este e os outros quatro pousos, além do imóvel chamado Lopeí (hoje interior de Cascavel, fazendo divisa com o município de Toledo). Estas cinco áreas eram numeradas de um a cinco, partindo do Rio Paraná. Respectivamente eram chamados de Pouso Doze de Outubro (Porto), Arroio Grande, Guajuvira, Palmito e Toledo. Cf. DONASSOLO, G. M. op. cit. p. 40-41. A erva-mate semi-pronta era transportada no lombo de animais pela Picada Nunes e Gibaja desde a região de Cascavel, passando de pousos em pousos, até chegar no Rio Paraná. Lá era embarcada e seguia para beneficiamento e comércio nas cidades argentinas. Cf. COLOGNESE, S. op. cit. p. 33.

A propriedade “Lopeí” (53.973 ha), composta por 5 (cinco) áreas na região, foi registrada primeiramente pelo Estado do Paraná, firmado por João Cândido Ferreira (Vice Presidente do Estado), em 25 de agosto de 1905, em favor da empresa “Nunes y Gibaja”. Mais tarde, por escritura pública de dissolução social desta empresa, lavrada na cidade de Posadas, Provincia de Misiones, na República Argentina, em 14 de março de 1911, o imóvel foi dividido entre os sócios Pedro Nunes e Lázaro Gibaja. Quando este último faleceu, em 31 de janeiro de 1924, sua parte no imóvel foi partilhada entre seus 4 filhos (Avelino Gibaja; Cesar Gibaja e Arrechea; Lázaro Gibaja Filho; Laura Gibaja Arrechea de Serra).

Em 4 de setembro de 1928, por escritura pública de “divisão de condomínio e permuta”, toda a propriedade Lopeí, incluindo a parte de Pedro Nunes, foi dividida novamente em duas partes iguais, cada qual com um único proprietário: Lázaro Gibaja Filho e Avelino Gibaja. Na mesma escritura os irmãos dividiram, em partes iguais, por metade, cinco frações de terra (cada uma com 200 hectares), denominadas de “pousos”. Mais tarde, por força de carta de adjudicação, conforme sentença proferida nos autos de execução do Juiz de Direito da Comarca de Foz do Iguaçu, com data de 23 de julho de 1932, Avelino Gibaja cedeu sua parte na propriedade (26.986 ha) para seu credor, Teodoro M. Soldatti⁷⁸.

Entre 23 de julho de 1932 e 21 de maio de 1947 há uma lacuna nos arquivos verificados durante a pesquisa. Há certidões que indicam que em 21 de maio de 1947, Elvira Maria E. de Gibaja, Alcira H. Gibaja, Luiza J. Gibaja e Alcira Gibaja de Alonso (a primeira era viúva de Lázaro Gibaja Filho e as três últimas possivelmente eram as filhas do casal) registraram uma escritura de “Cessão de Ações e Direitos Hereditários” para David Wille Lupion, diretor comercial das Indústrias Lupion Limitada⁷⁹.

O Pouso Toledo estava então dividido entre David W. Lupion e Teodoro Soldatti. Este último vendeu parte de sua área (580.800 m²) no Pouso Toledo para a Prefeitura Municipal de Toledo representada pelo Prefeito Municipal Avelino Campagnolo, no início do ano de 1965⁸⁰ e parte (251.350 m²) para Ivo Vanzella,

⁷⁸ TOLEDO (Município). Certidão n°69/63. Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis. Cascavel, 28 de junho de 1963. Arquivo do Departamento de Cadastro da Prefeitura Municipal de Toledo.

⁷⁹ PARANÁ (Estado). Comarca de Foz do Iguaçu. Certidão. Menotti F. Cademartori. Oficial do Registro Civil e Títulos e Documentos. 21 de maio de 1947.

⁸⁰ PARANÁ (Estado). Comarca de Toledo. Registro de Imóveis. Talão n° 43. Página 164. Haroldo L. Hamilton. Oficial Vitalício. 6 de fevereiro de 1965.

agricultor na cidade de Cerro da Lola⁸¹. A Prefeitura Municipal de Toledo doou esta grande área em 1967, dois anos depois, para o Frigorífico Pioneiro S/A⁸².

Em algum momento Olivio Michelin adquiriu uma área (20.088 m²) no Pouso Frio e vendeu por Cr\$10.000,00 para a Prefeitura Municipal de Toledo em 11 de novembro de 1976⁸³. Lotario Antonio Bracht também adquiriu uma área (28.000m²) no Pouso Frio, que vendeu, por Cr\$3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) para a Prefeitura Municipal de Toledo em 7 de janeiro de 1982⁸⁴. Da mesma maneira, Natalino Vendramin e Ivo Zeni também venderam para a Prefeitura Municipal, uma área de 46.400m², por Cr\$6.400.000,00 em outubro de 1982⁸⁵. Henrique Jorge Isernhagem também adquiriu uma propriedade de 24.200 m² no Pouso Frio. Em 1982 doou à Prefeitura de Toledo⁸⁶. No mesmo ano, Teodoro Soldatti, que aparentemente ainda era proprietário de algumas áreas no Pouso Frio (entre elas, três com 65.595 m², 90.533 m² e 1.990 m²) doou as mesmas para a Prefeitura Municipal de Toledo⁸⁷. Estas doações de terrenos indicadas nas Certidões e Escrituras Públicas pesquisadas podem ser questionadas, tendo em vista que estes documentos podem ocultar outros elementos deste processo. Entretanto, não há fontes que indiquem que estes proprietários efetivamente receberam algo em troca pelos terrenos “doados”.

É perceptível a complexidade do processo de identificação dos sujeitos que possuíam escrituras na área do Pouso Frio: 2.001.745 metros², com inúmeros proprietários, nem todos coniventes com a desapropriação, apesar de milhares de famílias viverem ali. Em 1987, uma publicação da Prefeitura Municipal⁸⁸ informa que o

⁸¹ PARANÁ (Estado). Comarca de Toledo. Registro de Imóveis. Talão n°120. Página 167. Haroldo L. Hamilton. Oficial Vitalício. 23 de agosto de 1972.

⁸² PARANÁ (Estado). Comarca de Toledo. Registro de Imóveis. Talão n°65. Página 35. Haroldo L. Hamilton. Oficial Vitalício. 3 de agosto de 1967.

⁸³ TOLEDO. Certidão. Registro de Imóveis. Toledo, 1 de novembro de 1976. Arquivo do Departamento de Cadastro da Prefeitura Municipal de Toledo.

⁸⁴ TOLEDO (Município). Escritura pública de compra e venda em que figuram como outorgantes vendedores “Lotario Antonio Bracht”, e sua esposa, e de outro lado como outorgada compradora a Prefeitura Municipal de Toledo. Livro n°87. Folha n°081. 7 de janeiro de 1982.

⁸⁵ TOLEDO (Município). Escritura pública de compra e venda em que figuram como outorgantes vendedores “Natalino Vendramin”, e outros, e de outro lado como outorgada compradora a Prefeitura Municipal de Toledo. Livro n°87. Folha n°083. 7 de janeiro de 1982.

⁸⁶ TOLEDO (Município). Escritura pública de doação em que figuram como outorgantes doadores “Henrique Jorge Isernhagem”, e sua esposa, e como donatária a Prefeitura Municipal de Toledo. Livro n°95. Folha n°023. 10 de maio de 1982.

⁸⁷ TOLEDO (Município). Escritura pública de doação em que figuram como outorgantes doadores “Teodoro M. Soldatti”, e de outro lado como outorgada donatária a Prefeitura Municipal de Toledo. Livro n°95. Folha n°027. 11 de maio de 1982.

⁸⁸ 4 ANOS: participação e democracia. **Toledo: Comunidade no poder**. N° 03. Fev. 1987. p. 12; 44. Esta publicação faz um balanço das transformações urbanísticas realizadas na gestão “Toledo: Comunidade no Poder”.

número de habitantes do município beirava os 100 mil. Na mesma publicação, indica-se que havia 22 mil moradores do “outro lado do rio”⁸⁹, o que corresponde a aproximadamente um quarto da população do município. Muitos trabalhadores, à época da escrituração dos terrenos (final da década de 1970 e boa parte da década de 1980), já moravam no Pouso Frio há aproximadamente 30 anos.

Há registros de moradores no Pouso Frio desde 1948⁹⁰. E se o centro da cidade e os outros bairros foram construídos com planejamento prévio, com quadras grandes, ruas largas, lotes retangulares e padronizados, as dinâmicas de construção do espaço no Pouso Frio foram outras. As casas foram construídas sem muita preocupação com as ruelas que poderiam servir de passagem. Estas pequenas ruelas, e muitas das ruas existentes até hoje (principalmente na Vila Boa Esperança), se orientam para diferentes direções, não sendo difícil, para um morador de outro bairro, não habituado, perder-se. Muitas ruas permanecem estreitas, tortuosas, muitas vezes sem saída. As casas de madeira, em sua maioria, eram pequenas para as famílias numerosas. Além das habitações precárias, o Pouso Frio era desprovido de infraestrutura, sem serviços médicos adequados, sistema educacional que atendesse a demanda ou transporte público acessível. Numa publicação da Prefeitura Municipal de Toledo, este processo é descrito da seguinte maneira:

No início, eram apenas alguns. Chegando, como sempre, em busca de uma oportunidade. E se instalavam num pedaço daquele chão do chamado Pouso Frio. Ninguém sabia de quem era aquele chão. Era esperar pra ver. Depois veio o primo, o irmão, o amigo, o conhecido... E foram se instalando. Os primeiros cedendo um tanto do tanto que tinham e os últimos se acomodando nos espaços ainda vazios, nem sempre com a concordância do vizinho. Era levantar o barraco durante a noite, de preferência com a porta para o lado oposto à do barraco mais próximo, e aguardar. Via de regra, depois de feito, não havia muito o que reclamar. A solução era ir se acomodando. E assim as “PROPRIEDADES” foram surgindo, primeiro às dezenas, depois às centenas. Os terrenos eram medidos com cordas ou fios de arames pelos interessados de ambas as partes, estabelecendo divisas que se modificavam constantemente de acordo com o ditado “quem pode mais chora menos”. As áreas eram calculadas das mais variadas formas como, por exemplo, efetuando a soma das medidas de contorno, ou seja, o perímetro do lote. O resultado era expresso nos

⁸⁹ O texto menciona a Vila Brasil e a Vila Pioneira (Pouso Frio).

⁹⁰ Abel Batista de Freitas, nascido em 23 de janeiro de 1917, chegou a Toledo em 1948 e foi morar no chamado “Pouso Frio”. Muito conhecido e requisitado como boiadeiro, domava juntas de bois para puxar carroças e para puxar toras de madeira. Seu nome foi atribuído a uma rua no Jardim Coopagro. Cf. COLOGNESE, Silvio Antônio. (org.). **Ruas de Toledo: Identidades que se cruzam**. Cascavel: Edunioeste, 2011.

contratos de Compra e Venda como área de “X” metros quadrados. Com o passar do tempo, as divisões e subdivisões das áreas foram se intensificando de maneira incontrolável, originando “terrenos” com áreas inferiores a 80,00 metros quadrados. Paralelamente, para agravar ainda mais a situação, a inexistência de um mapeamento da região impedia qualquer controle por parte do Poder Público, e a situação passou a se tornar insustentável, considerando-se então o grande número de pessoas envolvidas. Sem infraestrutura básica, formou-se a ocupação desordenada do solo, com milhares de pessoas em condições sub humanas de habitação. Estava caracterizado um drama social de grandes proporções. Grande parte dessas propriedades sem água, sem luz, sem acesso, verdadeiros depósitos de seres humanos nas mais deploráveis condições de higiene e sobrevivência. ERA PRECISO REVERTER ESSE QUADRO.⁹¹

Esta publicação da Prefeitura Municipal, apesar de responsabilizar exclusivamente os trabalhadores pelas suas precárias condições de moradia e de vida, cabendo supostamente ao poder público municipal, por iniciativa própria, “reverter esse quadro”, indica alguns elementos que efetivamente caracterizaram o processo de ocupação do Pouso Frio. A possibilidade de se instalar naquela área com donos desconhecidos e ausentes, associada à necessária busca de trabalho em tempos difíceis, bastava para uns indicarem aos outros, familiares e amigos, os benefícios da mudança. Planejar a organização do espaço nos parâmetros propostos pelos gestores públicos naquele momento não era prioridade. A urgência de se instalar e a preocupação em não gerar conflitos com os moradores mais antigos era o mais importante.

A forma como o bairro foi se constituindo dificultou posteriormente a escrituração dos terrenos nos padrões regulamentados pela legislação municipal. Em um documento enviado ao Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Toledo/PR⁹², em julho de 1987, o remetente, João Carlos Poletto, ao referir-se ao Pouso Frio, escreve que “existia ruas abertas e quadras e lotes totalmente ocupados, tornando-se impossível sua regularização, eis que existiam ruas com largura menor, lotes com áreas mínimas inferiores à legal, área de uso público menor do que a exigida por lei, dentre outras irregularidades, como lotes encravados (sem saída), becos sem saída, falta de infraestrutura, etc.”. Para além destas peculiaridades, o remetente menciona ainda o processo judicial de expropriação de onde se expediu a carta de sentença, que serviu

⁹¹ TOLEDO (Município). POUSO Frio: Breve Roteiro. **Toledo: Comunidade no Poder**. Toledo, 35 anos. Uma explosão de progresso. Fev. 1988.

⁹² TOLEDO (Município). Ao Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Toledo/PR. 1º de julho de 1987.

como título da propriedade, e solicita que não seja necessária a entrega de outros documentos para registro do imóvel⁹³.

Certamente, a lógica de organização utilizada pelos trabalhadores para a construção de suas moradias era diferente da concepção de urbano dos gestores e engenheiros. A ocupação do Pouso Frio atendeu as necessidades imediatas dos trabalhadores pobres que chegavam à cidade. O projeto de uma cidade “limpa”, “saneada”, “disciplinada”, entre tantos outros, compõe o projeto de cidade das classes dominantes⁹⁴.

O poder público municipal, por sua vez, ignorou estes sujeitos até o final da década de 1970, quando se fizeram ver e ouvir. Aparentemente, ao ignorar esse “universo de clandestinidade”, os gestores públicos permitiram a existência de uma válvula de escape para as necessidades objetivas e concretas que a massa de trabalhadores urbanos, e a massa pobre, desempregada, recém-chegada do campo, tinha de habitação. Ermínia Maricato indica que este posicionamento do Estado pode ser uma forma também de “viabilizar o corte entre a provisão capitalista de habitações e a não capitalista, assegurando para a primeira os recursos disponíveis. É uma forma ainda, também, de viabilizar a reprodução barata, da força de trabalho”⁹⁵.

O número expressivo de trabalhadores que chegaram à cidade de Toledo nas décadas de 1950-70, predominantemente em busca de trabalho, não foram atendidos satisfatoriamente por políticas públicas de habitação, saneamento ou educação. A ausência de provisão das necessidades materiais mais emergentes foi sanada, precariamente, pelos próprios trabalhadores.

Maria Madalena Gonçalves, 79 anos, veio de Catanduvas para Toledo, aproximadamente em 1966. As dificuldades financeiras e a avaliação de que não poderiam mais trabalhar no campo, motivou à mudança, com seus cinco filhos, para a cidade em que morava seu pai: “eu vim de mala e cuia, só com os filhos e a boca pra comer”. A propriedade, se Maria Madalena se recorda bem, tinha 10 alqueires: “Mas daí aquela época não tinha ajuda de maquinário nada, lá era tudo braçal né? Daí deixamos lá, depois vendemos lá”. Apesar da propriedade não ser pequena, o acesso e o crédito

⁹³ Certidão Vintenária; Certidão de Ônus Real; Certidão de Ações Reais; Certidões Negativas de Impostos Municipais, Estaduais e Federais.

⁹⁴ Entre as práticas da administração pública, se evidenciou a aplicação de multas aos moradores que tivessem lixo em seus terrenos e a construção de banheiros no Pouso Frio.

⁹⁵ MARICATO, Ermínia. **Política Habitacional no Regime Militar**. Editora Vozes, Petrópolis, 1987, p. 31.

aos maquinários agrícolas para o cultivo não era fácil. A família avaliou que desfazer-se da terra era a melhor alternativa.

O pai de Maria Madalena, Ernesto Ferreira de Almeida, trabalhava no frigorífico Pioneiro (posteriormente Frigobrás/Sadia) e a expectativa era que seu marido também conseguisse empregar-se ali – expectativa que se concretizou. Quando chegaram alugaram dois cômodos de seu pai, no Pouso Frio, que serviu como moradia. Depois de três anos, conseguiram construir uma pequena casa. Seu pai possuía uma chácara que ocupou, que “aquela época era tempo que pegava assim, entrava e fazia posse de terra”⁹⁶. O pai de Maria Madalena foi um dos trabalhadores que cercou e ocupou terras no Pouso Frio (aproximadamente meio alqueire). Segundo Maria Madalena,

[...] quem pôs o nome da Pioneira foi o pai. Ele escreveu numa tábuá, com carvão, na esquina ali da Rua dos Pioneiros – mas não tinha a rua ainda. [...] ele escreveu numa tábuá “aqui vai ser o loteamento, a Vila dos Pioneiros”. E pegou! Só que não tem nada no nome dele aí.

Maria Madalena, ao afirmar que “não têm nada no nome dele aí”, apesar de ser um dos primeiros moradores do Pouso Frio e quiçá da cidade, está reclamando, indiretamente, que a trajetória do pai foi obscurecida nas memórias públicas da cidade. Diversas praças, ruas e monumentos na cidade fazem referência aos “pioneiros”. Jiani F. Lângaro afirma que é hegemônico o entendimento de que a “colonização” e o tempo dos “pioneiros” são sinônimos de história local e regional, na condição de enredo obrigatório – quando não único – para se narrar o passado da cidade de Toledo⁹⁷.

Segundo o autor, estas memórias do “pioneirismo” foram apropriadas por setores hegemônicos da sociedade, com o fim de demarcar espaços. Neste sentido, “sob o argumento de valorizar os moradores considerados antigos no município, serviam como instrumento para construir e reafirmar as relações de poder ali existentes”. A partir da década de 1980, estas iniciativas de produção de memórias se intensificaram. Justamente quando se intensificou a vinda de trabalhadores rurais para a cidade. O “bloco de poder” local buscava reafirmar sua hegemonia⁹⁸.

⁹⁶ GONÇALVES, Maria Madalena. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 20 de novembro de 2014. Duração: 47:27 min.

⁹⁷ LANGARO, Jiani Fernando. **Quando o futuro é inscrito no passado: “Colonização” e “Pioneirismo”** nas memórias públicas de Toledo-PR (1950-2010). 2012. 470 f. Tese (Curso de Pós-Graduação em História). PUC/SP, São Paulo, 2012. p. 16.

⁹⁸ LANGARO, Jiani Fernando. op. cit. p. 17; 21.

Neste processo que resultou na hegemonização de determinadas memórias sobre a cidade, alguns sujeitos e grupos sociais escolheram certas versões do passado local para figurar como “História de Toledo”. Desta forma, alguns personagens – e entre eles não está o pai de Maria Madalena – ganharam visibilidade, enquanto outros foram relegados à obscuridade⁹⁹. Estes últimos não foram esquecidos pelos familiares, amigos e vizinhos, que como Maria Madalena ainda reafirmam sua atuação na construção da cidade e reivindicam sua memória.

Sobre o viver no Pouso Frio, informa que “não tinha luz, a água era de poço”. Ao ser questionada sobre o acesso a estes serviços onde morava anteriormente, reconhece que também não havia: “Nem rádio! Fui ver rádio aqui! Não tinha nada!”. Aparentemente, Madalena e sua família, a princípio, não sentiram drásticas diferenças no local de moradia, afinal, a ausência de serviços públicos era sentida anteriormente. Mas, se neste primeiro momento, determinados serviços públicos não eram avaliados por estes trabalhadores como necessidades e direitos, as dificuldades experimentadas ao tentar “usufruir” a cidade provocaram outras expectativas e anseios: passaram a entender estes serviços como melhorias em suas condições de vida. Sobre suas experiências naquele momento, Maria Madalena interpreta que

Foi difícil! Foi difícil, porque eu trabalhava lá na cidade. Ia três vezes por semana lavar roupa em duas casas pra voltar em hora de eles [os filhos] ir pra aula ainda. Naquela época não tinha condução nenhuma. E rancho naquela época, não dizia rancho, dizia compra, né? Nós trazia tudo nas costas. De lá do centro aqui.

A ausência de transporte público dificultava o acesso de Madalena ao que ela caracterizou como a própria cidade e não seu centro. Refere-se ao espaço urbano como se estivesse fora dele. Os serviços públicos que atendiam uma parte da população urbana não chegavam aos trabalhadores que viviam no Pouso Frio. Trabalhar ou fazer compras se tornava uma atividade difícil quando não podiam dispor de transporte público – a “condução”.

Maria Madalena, além de trabalhar lavando roupas para famílias que viviam no centro da cidade, lavava roupas e fazia marmitas para trabalhadores do frigorífico Sadia:

[...] quando não tinha ainda a lavanderia na Sadia, eu lavava roupa pra turma da matança, tirando água do poço, com aqueles macacão que

⁹⁹ LANGARO, Jiani Fernando. op. cit. p. 25.

vinha que era um sangue! Menina do céu! Só eu sei o que eu passei! Hoje meus braços não aguentam! Tirando água de poço e lavando roupa de frigorífico! E mandava dez marmitas de almoço ainda. [...] que naquela época não tinha refeitório.

Se a ausência de transporte público passou a ser uma dificuldade na vida desta trabalhadora, a falta de água encanada também. O seu trabalho, de lavadeira, exigia que realizasse constantemente a tarefa de pegar água no poço: o que lhe causou danos físicos sentidos até hoje. Até mesmo a construção do poço foi um sacrifício: “Primeiro eu puxava água de lá de baixo! Dentro de uma carroça, aquelas carriolinha. Nós enchia as latas de, nem lembro mais de quê. Sei que nós enchia lá. Até fazer poço”.

Tendo em vista esta trajetória, ao falar sobre a posterior escrituração dos terrenos no Pouso Frio, que foi acompanhada por diversas transformações no bairro, Maria Madalena caracteriza positivamente este processo:

Quando abriram a 1° de maio [antiga “Rua do Pouso”, mais estreita], a nossa casa era em cima da rua. Daí a prefeitura mudou pra cima, pra passar a Rua 1° de maio. [...] Vieram, o prefeito naquela época era o Duílio Genari, ele que ajudou nós, fez uma barraca lá, aí mudou nossa casa tudo. A prefeitura mudou, né? [...] Eu achei bom porque daí veio a rua, veio o asfalto, veio tudo, né? Aí foi melhorando. [...]

Maria Madalena atribui as transformações urbanas que presenciou à iniciativa do prefeito Duílio Genari e não às pressões exercidas por moradores do bairro. Talvez isto se deva à distância que manteve de organizações de moradores na época, que reivindicavam melhorias no Pouso Frio, como associações de moradores e amigos do bairro. E se enfrentou algumas dificuldades neste processo, ainda assim avaliou que valeu a pena. A casa de Maria Madalena ficava em cima de onde os engenheiros e arquitetos que planejavam as reformas urbanas da prefeitura municipal projetavam alargar uma rua. Para isto Maria Madalena morou em uma barraca de lona por três meses enquanto os gestores públicos providenciavam o recuo de sua casa de madeira e depois do recuo concertavam os estragos¹⁰⁰. Seus móveis ficaram na casa de amigos e vizinhos: “cada um acolheu um pouco das coisas, dos trens”.

Como indenização da parte de seu terreno que virou rua, Maria Madalena ganhou outro terreno na Vila Boa Esperança. Algum tempo depois, após um acidente de

¹⁰⁰ Num relatório datado de 9 de agosto de 1988, intitulado “Legalização do Pouso Frio: Situação Geral dos Serviços Realizados”, consta que mais de 150 casas foram reconstruídas “para concretizar a legalização”. Arquivo do Departamento de Cadastro da Prefeitura Municipal de Toledo.

carro sofrido por seu marido, precisaram vender este terreno para pagar as despesas do concerto do carro – contrariando os interesses da família, que era mantê-lo para um dos filhos. Venderam apenas devido a esta situação de emergência.

As experiências de Maria Madalena são representativas de um modo de vida compartilhado pelos trabalhadores no Pouso Frio. A vinda do campo, a busca por moradia e trabalho na cidade, utilizando de uma intrincada rede de solidariedades estabelecidas com familiares e amigos, as dificuldades cotidianas crescentes e a construção de novas perspectivas sobre o viver na cidade. Se inicialmente a energia elétrica, a água encanada, a coleta de lixo e transportes públicos não significavam uma ausência para estes trabalhadores recém-chegados do campo, alguns anos na cidade e as dificuldades da vida urbana contribuíram para a construção de expectativas diversas.

CAPÍTULO II

“A GENTE FEZ HISTÓRIA”: LUTAS POR MORADIA E DIREITO À CIDADE

Ainda na década de 1980, a área do Pouso Frio mais distante do centro da cidade passou a ser chamada de Vila Boa Esperança. Há esperança onde se vive a tragédia. Os trabalhadores que lá moravam foram os últimos a acessar serviços públicos como a energia elétrica, água encanada e transporte coletivo. A ausência destes serviços públicos na Vila, em contraste com outras regiões da cidade e mesmo do antigo Pouso Frio, marcou a atuação de trabalhadores que lá viviam naquela década e na seguinte.

No dia 23 de julho de 1985, 15 moradores da Vila Boa Esperança, cada um “representando os vários pontos da referida vila”, se reuniram e registraram a primeira ata da Associação de Moradores e Amigos da Vila Boa Esperança. A primeira necessidade avaliada pelos que compuseram a Diretoria Provisória da Associação foi convidar os moradores para uma Assembleia Geral, logo “após visitar as famílias” e fazer uma “motivação inicial”. Realizaram também, ainda naquela noite, um levantamento das “necessidades do bairro”, “para ser entregue em data prevista, à Secretaria de Assuntos Comunitários – Prefeitura de Toledo, para uma posterior discussão e análise dos pedidos”¹⁰¹:

1. Coleta de lixo mais vezes por semana e em mais ruas.
2. Fazer o “passeio” nas ruas asfaltadas para o pedestre.
3. Melhorar a iluminação pública.
4. Organização de creches – lar para as crianças,

¹⁰¹ A Secretaria de Assuntos Comunitários foi criada pela gestão do PMDB na cidade (1983-1988), na aparente tentativa de incorporar a atuação dos trabalhadores, principalmente dos que moravam nos bairros mais pobres, ao funcionamento do governo municipal. O prefeito eleito, Albino Corazza Neto, em sintonia com a orientação nacional de seu partido, incentivou a participação popular, por meio de suas organizações representativas, como forma de envolver a população no governo dito “democrático e de participação popular”. A partir desta orientação política, o governo considerou as experiências das Associações de Moradores, reconhecendo como a forma privilegiada (se não única) dos trabalhadores se relacionarem com os órgãos públicos da administração. Carlos Meneses Souza Santos problematiza a construção do Projeto de Democracia Participativa pelo PMDB na década de 1980, interpretando-o como uma resposta de grupos dissidentes, no interior da classe dominante brasileira, às várias ações de insatisfação e resistência ao estado social conduzido pela ordem político-militar, que não mais detinha o consenso em torno de suas ideias de governo. Neste sentido, indica que as resistências/desobediências que se espalhavam e se generalizavam em várias cidades do país (com particularidades e intensidades próprias) foram as causadoras deste projeto político que buscou incorporar as expectativas dos insatisfeitos em uma “nova” ideia da mesma ordem social, supostamente justa. Sem questionar a ordem social capitalista, em sua sustentação da propriedade privada dos meios de produção e, também da organização do trabalho, este Projeto reconhecia a precariedade das condições de vida dos trabalhadores e propunha aceitar a organização e atuação de movimentos populares – com os limites necessários para a permanência das desigualdades sociais presentes nas relações sociais. Cf. SANTOS, Carlos Meneses Souza. **Democracia participativa e tensão social em Uberlândia**: Experiências de moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças. 112f. 2006. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Uberlândia. 2006.

cujas mães trabalham fora. 5. Melhorar o abastecimento de água (maior regularidade), e estender a rede no Jardim Laranjeiras. 6. Legalização dos Terrenos. 7. Rede de esgoto para a Vila toda. 8. Fiscalização da Egiene [sic] nas ruas, lotes, etc. 9. Asfalto nas ruas mais movimentadas e melhoramento das ruas na Vila. 10. Quebra-Molas nas ruas Thomas de Aquino e Primeiro de Maio. 11. Tomar providências sobre a situação dos bares de tolerância, retirando-os da área familiar. 12. Áreas de lazer para crianças e jovens. 13. Uma mini-indústria para os menores. Sugere-se um barracão ou verba de C\$20.000.000 para montar esta mini-indústria. 14. Madeira e cobertura para a sede de reuniões: clube de mães; associação de moradores, etc. 15. Arborização das ruas (o povo faz em forma de mutirão). 16. Posto de saúde mais próximo do povo para um melhor atendimento. 17. Um supermercado municipal mantido pelas entidades e associações. 18. Mais ônibus (circular) para atender os moradores das áreas que não são atingidas, Jardim das Laranjeiras, etc.¹⁰².

Entre as reivindicações elencadas, estava não só a “legalização dos terrenos”, como também uma série de serviços públicos na Vila Boa Esperança, que iam desde asfaltamento em algumas ruas e regularidade na coleta de lixo até a construção de uma pequena indústria que empregasse os jovens da comunidade – que certamente acrescentariam seus salários na renda familiar. Apesar de não haver especificações de como funcionaria essa “mini-indústria”, podemos presumir que sua organização seria semelhante ao proposto para o “supermercado municipal”, a ser “mantido por entidades e associações”, numa espécie de trabalho comunitário e cooperativo.

A reivindicação de “legalização dos terrenos” revela a complexidade de interesses existentes entre os próprios trabalhadores do Pouso Frio. Enquanto uns reivindicaram coletivamente o reconhecimento de suas propriedades perante o poder público municipal, outros rejeitaram esta possibilidade, seja pelos tributos decorrentes da escrituração dos terrenos ou pelos possíveis prejuízos e perdas – como Leandro Amorim e Aline da Silva. Estes sujeitos, em sua maioria ocupando o mesmo lugar social e, portanto, vivendo a mesma condição nas relações sociais estabelecidas naquele processo histórico, elaboraram interpretações distintas sobre a pertinência ou não da escrituração de seus terrenos. Isto evidencia que, apesar das experiências serem vividas socialmente, são apropriadas e (re)elaboradas na subjetividade/consciência de cada um.

Diferentes grupos de trabalhadores organizaram-se no Pouso Frio, em espaços também distintos (Associação de Moradores, Pastoral Operária, Sindicatos) com múltiplas reivindicações. Enquanto uns priorizaram a luta pelo acesso a serviços

¹⁰² ATA da Associação de Moradores e Amigos da Vila Boa Esperança. Toledo. 23 de julho de 1985.

públicos no bairro, outros se empenharam em melhorar as condições de trabalho, por exemplo. E alguns trabalhadores participaram, simultaneamente, destas diversas frentes de luta, tecendo redes de solidariedade e aprendizado entre os inúmeros movimentos sociais que emergiram no Pouso Frio. Neste capítulo, algumas destas relações sociais construídas serão problematizadas.

Na Associação de Moradores e Amigos da Vila Boa Esperança, após listarem as “necessidades do bairro”, 84 moradores definiram, numa segunda reunião, os objetivos daquela Associação: “organizar-se melhor nas conquistas de suas justas reivindicações” e “promover a união, a amizade e o espírito comunitário cristão”¹⁰³. Mesmo na Associação de Moradores, um espaço aparentemente desvinculado de qualquer instituição religiosa, valores cristãos orientaram aqueles trabalhadores, que destacaram noções como justiça, amizade e união cristã nos objetivos de sua organização. A Igreja Católica no bairro também se constituiu num espaço de luta para estes mesmos sujeitos, que carregavam consigo valores e expectativas que informam sobre suas lutas e reivindicações.

A rejeição aos “bares de tolerância”, por exemplo, ganharam destaque na terceira reunião da Associação. Aparentemente incomodavam a maioria da população local. Casas com atividades condenadas pelo cristianismo, como a prostituição, estavam “perturbando as famílias e as crianças, que vivem nesse meio de pouca vergonha”. Os encaminhamentos da diretoria frente à reivindicação estabelecida como prioritária pelos trabalhadores naquele momento foi fazer um abaixo-assinado para enviar ao prefeito. Registraram a sugestão de que, “se ele não der jeito nisso vamos reunir umas cem pessoas para tacar fogo nos bares de tolerância”.¹⁰⁴ A ameaça de um ataque aos estabelecimentos que comercializavam o sexo – ainda um tabu religioso – se respalda num moralismo cristão que decreta o “exclusivismo” da relação sexual: “Portanto deixará o homem o seu pai e a sua mãe, e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma carne. (Gênesis 2:24)”; “Assim não são mais dois, mas uma só carne. Portanto, o que Deus ajuntou não o separe o homem. (Mateus 19:6)”. Além disso, a prostituta é encarada justamente como a antítese da Virgem Maria, mãe de Jesus Cristo – figura de extrema importância no imaginário cristão. Para por fim a tais práticas sociais presentes na Vila Boa Esperança, aqueles trabalhadores se dispunham até mesmo a cometerem

¹⁰³ ATA da Associação de Moradores e Amigos da Vila Boa Esperança. Toledo. 18 de agosto de 1985.

¹⁰⁴ ATA da Associação de Moradores e Amigos da Vila Boa Esperança. Toledo. 04 de setembro de 1985.

eles também atos considerados criminosos, como incendiar os tais “bares de tolerância”¹⁰⁵.

A busca do poder público municipal para atender as reivindicações destes trabalhadores era acompanhada de pressões muitas vezes não expressas nos Projetos de Lei elaborados posteriormente por vereadores. A produção de abaixo-assinados e as ameaças nem sempre declaradas constituíram práticas sociais dos trabalhadores que antecederiam e tencionavam a construção de respostas pelos gestores públicos.

As reuniões seguintes da Associação de Moradores e Amigos da Vila Boa Esperança foram marcadas não só por discussões sobre as dificuldades vivenciadas no bairro, como também sobre problemáticas que perpassavam a sociedade brasileira naquele momento: a elaboração de uma constituinte e a luta pela terra, por exemplo. No nível local comemoravam as conquistas da criação de uma horta comunitária, que vendia fubá e arroz “em conta” para os “sócios” da Associação; a instalação de “creches-lar” na Vila (mulheres que cuidavam, cada uma, de aproximadamente seis crianças e eram pagas pela Prefeitura Municipal) e a ampliação da linha do transporte coletivo, que passou a circular por toda a cidade. Estas duas últimas evidenciam a preocupação destes trabalhadores com o acesso ao trabalho, seja com o meio de transporte a ser utilizado, seja com a necessidade de deixar os filhos com alguém.

Entre os serviços públicos não conquistados, estava o acesso à água potável para todos. O encaminhamento da reivindicação se deu pela elaboração de um abaixo-assinado, ainda em novembro de 1985, e enviado ao Deputado Estadual Nelton Friedrich. Evidencia-se que a articulação destes trabalhadores foi construída em diferentes níveis. Numa assembleia, no dia 19 de janeiro de 1986, buscaram a mediação do vereador José Pedro Brum¹⁰⁶, morador do bairro, que foi convidado a “ouvir e registrar todos os problemas do nosso bairro que o povo está reivindicando”. Entre as indicações de melhorias no bairro, citaram a abertura de ruas, instalação de telefone público, canchas de lazer, creches e construção de salas de aula.

¹⁰⁵ Atualmente é debatido o Projeto de Lei 4.211/12, de autoria do Dep. Jean Wyllys/PSOL que propõe a regulamentação das atividades dos profissionais do sexo. Para uma problematização dos interesses e posicionamentos em disputa e da influência do citado moralismo cristão, Cf. TEJO, J. L. O tabu da prostituição. **Nova Dialética**. 9 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.novadialetica.com/2013/05/o-tabu-da-prostituicao.html>. Acessado em: 02/01/2016.

¹⁰⁶ Segundo informações obtidas na Câmara Municipal de Toledo, José Pedro Brum foi eleito pelo PMDB com 836 votos e tomou posse no dia 01/02/1983. Faleceu durante o exercício do mandato, em 18/03/1986, em um acidente de carro. Nasceu em 04/09/1932, na cidade de Soledade/RS. No Pouso Frio trabalhava como comerciante.

O fechamento dos “bares de tolerância” foi novamente reivindicado: “Foi pedido pela assembleia e pelas famílias que se fechassem os bares de tolerância e fosse feita uma fiscalização com fiscal da prefeitura e se não resolvesse esses absurdos de pouca vergonha elas irão tomar medidas enérgicas”. Na presença do vereador a proposta de “tacar fogo” nos bares foi substituída por “tomar medidas enérgicas”, não deixando de sinalizar a ameaça. Aparentemente algumas reivindicações eram avaliadas como mais importantes e urgentes, demandando a produção de abaixo-assinados e ameaças. Reivindicações que não estavam necessariamente relacionadas às condições materiais de vida daqueles sujeitos. A presença da prostituição entre as habitações era uma afronta aos valores cristãos sempre evocados.

Em outra assembleia, no dia 17 de fevereiro de 1986, com a presença do mesmo vereador e do próprio prefeito, Albino Corazza Neto, enfatizaram a necessidade de melhorias na iluminação pública, a legalização da Vila Boa Esperança, a criação de creches domiciliares, elaboração de oficinas comunitárias, construção de um salão comunitário e instalação de um telefone público, além da regularidade na coleta de lixo. O prefeito e o vereador declararam que todas as reivindicações já estavam em andamento. Nesta assembleia também os trabalhadores não deixaram de pressionar as autoridades públicas presentes: “[...] muitos dos participantes questionaram com o prefeito que respondia com sinceridade, pergunta, será que podemos contar com sua colaboração. O prefeito falou que seria realizada uma obra de cada vez para não acumular mão de obras”. A saída do prefeito para não dizer que as reivindicações não seriam atendidas prontamente foi indicar que não pretendia “acumular mão de obras”.

Estes trabalhadores convidaram também, em outra ocasião, o Deputado Sabino Campos e o vereador Vilibaldo. Além de buscar a mediação destes sujeitos, também se candidataram a cargos públicos ou votavam em companheiros do bairro. A Dona Margarida, por exemplo, vice-presidente da Associação dos Moradores e Amigos da Vila Boa Esperança se candidatou à vereadora em 1988 pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

José Pedro Brum também era morador do Pouso Frio e foi eleito vereador. A eleição de um membro da comunidade permitiu que reivindicações comuns ganhassem espaço na Câmara de Vereadores. A indicação n° 53/83¹⁰⁷, por exemplo, de 21 de novembro de 1983, sugere a destinação de 200m³ de carga de terra para construção do

¹⁰⁷TOLEDO (Município). **Indicação n°53/83**. Indica destinação de carga de terra para construção do pavilhão da Igreja da Vila Boa Esperança. Vereador José Pedro Brum. 21 de novembro de 1983.

pavilhão da Igreja Católica da Vila Boa Esperança – certamente interesse de um conjunto de trabalhadores. José Pedro Brum é um dos personagens mais lembrados e citados pelos moradores do bairro nas entrevistas. Maria Madalena, já citada, enfatiza que “ele que ajudou trazer a luz”¹⁰⁸. Além disso, “ele que acolheu nós quando foi mudada a casa ali, ele era muito boa pessoa nossa. [...] Assim de pegar as coisas nossa e colocar lá na casa dele pra até, porque nós ficamos debaixo de uma barraca”¹⁰⁹.

A pesquisa nos arquivos da Câmara de Vereadores (Projetos de Lei e Indicações) também evidenciam estes elementos que faziam parte do repertório de organização e ação – individual e coletiva – dos moradores do Pouso Frio: eleger e pressionar diretamente os vereadores e buscar sua mediação e de outros sujeitos que ocupavam cargos políticos para contribuir nos processos reivindicatórios. As reuniões e assembleias organizadas por estes sujeitos nas Associações de Moradores apontam a presença quase constante de vereadores “ouvindo e registrando” suas reivindicações.

Ao procurar a mediação de vereadores não residentes no bairro, que não compartilhavam das dificuldades vivenciadas coletivamente no Pouso Frio – como José Pedro Brum que “ajudou a trazer a luz” – outras estratégias foram elaboradas de forma a pressionar aqueles sujeitos. As tensões que permeavam estas relações são manifestadas na documentação produzida na Câmara Municipal.

Na justificativa de uma Indicação, de agosto de 1989, o Vereador Dario Genari aponta que “no populoso bairro da Vila Pioneiro existe carência de um ensino supletivo de 2º grau, visto que a maioria de sua população é composta de trabalhadores que só têm condições para estudar à noite”. E para reforçar esta importância, não deixa de mencionar que “a implantação do supletivo viria de encontro à antiga reivindicação daquela populosa vila”¹¹⁰.

Em outubro de 1989, é sugerida a implantação de redutor de velocidade na Rua dos Pioneiros (proximidades do Bar Alvorada), na Vila Pioneiro (entre as ruas Capitão Leônidas Marques e Getúlio Vargas), visando diminuir o número de acidentes naquele local. Os moradores reivindicaram por intermédio de um vereador e utilizaram um abaixo-assinado – este com 101 assinaturas – como forma de pressionar os gestores

¹⁰⁸ GONÇALVES, Maria Madalena. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 20 de novembro de 2014. Duração: 47:27 min.

¹⁰⁹ GONÇALVES, Maria Madalena. op. cit.

¹¹⁰ TOLEDO (Município). **Indicação 427/89**. Indica gestões do Senhor Prefeito Municipal junto aos órgãos competentes para a implantação de um curso supletivo de 2º grau. Vereador Dario Genari. 18 de agosto de 1989.

públicos e caracterizar a reivindicação como coletivamente aceita¹¹¹. Evidenciam-se, a partir da análise destes documentos, algumas das estratégias utilizadas pelos moradores das Vilas Pioneiro e Boa Esperança – antigo Pouso Frio – ao reivindicar melhorias para o bairro. Pressionar e conquistar o apoio de vereadores é um recurso constante, acompanhado algumas vezes de abaixo-assinados, que pelo número de assinaturas demonstrou a importância da reivindicação ser atendida. Um simples redutor de velocidade num local que causou acidentes, mobilizou ao menos 101 moradores.

As lutas por melhorias no bairro não terminaram com a década de 1980. Os moradores se organizaram e continuaram a reivindicar transformações urbanas reconhecidas como necessidades e direitos. O uso da mediação de vereadores também continuou sendo um recurso utilizado. Em muitas Indicações os vereadores assinalaram a participação dos trabalhadores na identificação das melhorias a serem realizadas. Entre elas, encontrei sugestões de recapeamento asfáltico, ampliação de horários das linhas de ônibus, manutenção de praças públicas e construção e/ou ampliação de creches.

Mas as reivindicações não eram formuladas apenas junto aos vereadores. As Associações de Moradores e Amigos do Bairro eram espaços de discussão e articulação importantes, não só na cidade de Toledo. Pedro Jacobi, num balanço crítico sobre a literatura produzida sobre movimentos sociais urbanos nas décadas de 1970 e 1980, indica que no Brasil e na América Latina estes movimentos ganharam crescente visibilidade – tanto pelos seus efeitos políticos e urbanos como pela sua generalização e continuidade – justamente com o avanço dos regimes autoritários em diversos países latino-americanos (Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia e Peru). A reflexão em torno do tema, por sua vez, se iniciou principalmente a partir de 1970, apesar do longo passado de lutas¹¹².

No Brasil, a repressão sistemática da contestação política e organização sindical durante a Ditadura Civil-Militar pressionou, em muitos lugares, os trabalhadores a deslocar a vida associativa para as comunidades e bairros. E embora existissem anteriormente, as associações de moradores cresceram nesta época marcada também pela intensificação dos processos de concentração populacional nas cidades e a

¹¹¹ TOLEDO (Município). **Indicação n°480/89**. Indica a implantação de redutor de velocidade na Rua dos Pioneiros, proximidades do Bar Alvorada, na Vila Pioneiro. Vereador Jorge Luiz Tatim Brum. 5 de outubro de 1989.

¹¹² Cf. JACOBI, Pedro. *Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura nos Anos 70 e 80*. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 23. 1987. p. 18-34.

emergência de novas necessidades, associadas a novos padrões de consumo que envolvia educação, transporte, atendimento médico, entre outros. Articuladas em diferentes formatos, englobando várias associações (federações) ou em unidades bem delimitadas no espaço físico (bairros, quadras ou ruas), estas Associações de Moradores/Sociedades de Amigos de Bairro, se caracterizam, de maneira geral, pelo cunho reivindicativo voltado à distribuição de bens coletivos e construção de identidades baseadas na dimensão do cotidiano e do local de moradia.

No Pouso Frio, em Toledo, no início de 1989 algumas das reivindicações indicadas no início do capítulo ainda não haviam sido atendidas, apesar das diferentes estratégias arquitetadas por aqueles sujeitos – elaboração de abaixo-assinados; ameaças; busca da mediação de vereadores; entre outras. Questionados pelo presidente da Associação, os trabalhadores reunidos em assembleia “pediram para tirar os bares de prostitutas que está situado na Boa Esperança que abaixo-assinado não resolveria, pois foi feito muitos e os bares sempre estão em funcionamento”. Não só reconheceram naquele momento as reivindicações não atendidas – além da presença dos bares de tolerância, ruas não foram asfaltadas, calçadas não foram construídas e esgotos estavam parados causando mau cheiro e possibilidade de transmissão de doenças – como também avaliaram a ineficácia de algumas de suas ações: “abaixo-assinado não resolveria”. A água potável também não era ainda disponibilizada com regularidade, e os presentes na Assembleia questionaram que “sempre falta na Boa Esperança que não têm motivo para faltar tanto assim”. Cabe destacar que a Vila é enfatizada na sentença, a falta de água não ocorre em toda a cidade. A luta destes trabalhadores não era apenas por serviços públicos no bairro, mas por igualdade de acesso. Se outros sujeitos, em outros espaços da cidade têm direito à água potável regularmente, na Vila em que moravam “não têm motivo pra faltar tanto assim”¹¹³.

As dificuldades de viver no bairro persistiam. E as práticas sociais de luta dos trabalhadores pareciam não surtir efeito: “abaixo-assinado não resolveria, pois foi feito muitos”. O reconhecimento da impotência destas ações não prejudicou a consciência de que a união de todos e a persistência eram fundamentais. Em outra assembleia, realizada com a presença de representantes do poder público municipal, em 24 de julho de 1990, a secretária Rozenilda Kaiser, que escreveu a Ata, indica:

¹¹³ ATA da Associação de Moradores e Amigos da Vila Boa Esperança. Toledo. 05 de março de 1989.

Será que os deputados sabem realmente como vivem as pessoas da Vila Boa Esperança? Claro que não, quem sabe como vivemos somos nós que vivemos aqui na Vila e sofremos os problemas, as dificuldades do dia a dia. Nós devemos pensar sempre positivo e não negativo e não dar ouvido as pessoas importantes e que fala bem. São os nossos companheiros da comunidade que são nossos vizinhos. Sabendo sempre que o povo unido provoca medo nos poderosos.

A interpretação de que constituíam um grupo que compartilhava dos mesmos interesses em contraposição aos dos “deputados”, “pessoas importantes” e que “falam bem” é evidente. Evocam a necessidade de ouvir uns aos outros, vizinhos que vivem as mesmas dificuldades e enfrentam os mesmos problemas. Unidos, a sugestão é que pensem “sempre positivo”, expressão que indica um olhar para o futuro em que transformações são possíveis – quando a união “provoca medo nos poderosos”.

A solidariedade entre os trabalhadores do bairro transparece recorrentemente no Livro Ata. Festividades com fins lucrativos foram realizadas por diferentes Associações de Moradores (de bairros que compunham o antigo Pouso Frio), Associações de Pais e Mestres e Grupo de Jovens da Igreja Católica. O lucro obtido muitas vezes foi destinado a “famílias carentes” e/ou “acampadas” nas proximidades ¹¹⁴.

Outra prática social de luta daqueles trabalhadores foi ocuparem espaços na própria Prefeitura Municipal e reivindicar diretamente ao prefeito. Em 9 de março de 1992, a diretoria da Associação de Moradores e Amigos da Vila Boa Esperança se dirigiu ao prefeito para reclamar da iluminação precária em algumas ruas, da falta de um telefone público na Associação e da ausência de policiais fazendo rondas noturnas no bairro. O prefeito esquivou-se atribuindo estas responsabilidades à Copel e a Telepar. Quanto ao policiamento, encaminharia uma solicitação à Secretaria de Trânsito. Aparentemente, a correlação de forças estabelecida entre os gestores públicos e os trabalhadores era severamente desfavorável aos últimos.

A preocupação com o policiamento no bairro, por exemplo, foi registrada em agosto de 1989, portanto, mais de dois anos antes de reivindicarem rondas policiais noturnas diretamente ao prefeito. Naquele momento, um texto foi construído e assinado por 321 moradores da Vila Pioneira e da Vila Boa Esperança. A intenção era conseguir, por intermédio do Vereador Sérgio Ricardo Almeida da Luz, a manutenção do Módulo Policial no bairro. Isto porque,

¹¹⁴ Conflitos por terra estavam sendo travados na comunidade de São Pedro, na área rural de Toledo. Muitos trabalhadores foram expulsos e passaram a viver nas imediações do Pouso Frio. Segundo entrevistas realizadas, eles também se organizaram e lutaram ferrenhamente. É um processo que caberia ser investigado.

Com a construção do Mini Hospital na Vila Pioneiro, no mesmo local onde hoje se localiza o Módulo Policial que atende aos moradores dos bairros localizados nas adjacências daquela Vila, há uma expectativa quanto ao destino do referido Módulo Policial que é nos últimos anos a maior referência quanto à segurança daquela população.

A preocupação dos habitantes é justificada, pois aquela região – a mais populosa da cidade de Toledo – não pode ficar sem o policiamento que é oferecido atualmente por aquele Módulo. Esta preocupação está registrada no documento (abaixo-assinado) anexo, que contém 321 (trezentos e vinte e uma) assinaturas de moradores das Vilas Pioneiro e Boa Esperança.

Neste sentido, solicitamos ao Poder Executivo Municipal que determine a permanência deste Módulo Policial naquele populoso bairro, efetuando-se apenas e tão-somente sua transferência de local.

O texto construído pelos moradores segue abaixo:

Nós moradores da Vila Pioneira e V. Boa Esperança, reunidos pedimos sua ajuda. O Sr. é um homem que se comprometeu a ajudar o povo portanto nós pedimos para o senhor que a nossa comunidade não fique sem o Módulo Policial, porque depois que ganhamos o Modulo Policial a nossa comunidade [sic] vevimaiz em páz e somos bem mais respitado.

Aqui vai as assinaturas dos moradores que querem que o nosso modulo policial fique conosco mesmo que troque de lugar mas que fique situado na nossa vila.

Contamos com a sua ajuda. ¹¹⁵

Ao avaliar a importância da manutenção do Módulo Policial no bairro, os moradores não só pressionam um vereador para mediar a reivindicação, como também produzem um abaixo-assinado caracterizando a reivindicação como coletiva. A estratégia narrativa utilizada é a de indicar a necessidade de ajuda, paralelamente à cobrança de que “o Sr. é um homem que se comprometeu a ajudar o povo”, comprometimento que deveria ser demonstrado naquele momento.

No processo de pesquisa não foi possível evidenciar se o Módulo Policial foi mantido na Vila naquele momento. Contudo, foi possível identificar a preocupação daqueles trabalhadores com o maior policiamento noturno não só no diálogo com o prefeito em março de 1992, como também nos meses seguintes. A estratégia elaborada, em julho de 1992, para reivindicar foi outra: “Foi distribuída algumas listas para colher assinatura da população da Boa Esperança, para solicitar ao Cap. Celso José Mello da 3ª

¹¹⁵ TOLEDO (Município). **Indicação 420/89**. Indica medidas que visem à permanência do Módulo Policial da Vila Pioneiro. Vereador Sérgio Ricardo Almeida da Luz. 17 de agosto de 1989.

Cia, um destacamento policial comunitário para mais segurança das pessoas principalmente à noite”¹¹⁶. Se o diálogo com os gestores públicos e a produção de abaixo-assinados encaminhados a eles não vinha surtindo efeito, buscaram pressionar diretamente o Capitão da Polícia. A preocupação constante com a segurança noturna dos moradores da Vila nos indica que viviam o contrário: insegurança e medo, principalmente à noite.

As relações entre os gestores públicos e os trabalhadores são perceptíveis, também, em outras atas da Associação de Moradores e Amigos da Vila Boa Esperança. No dia 7 de janeiro de 1993, em reunião,

[...] viu-se da possibilidade de marcar uma reunião com o prefeito para mostrar a situação da associação e quando ele pode conversar com a população sobre os problemas que estão enfrentando como: o setor da saúde; a escola que está para sair da comunidade; lombadas nas ruas rápidas; lixo em terrenos baldios [...]

A proposta era “mostrar” ao prefeito os problemas vivenciados na Vila Boa Esperança, como se este não soubesse o que era necessário ser feito para melhorar as condições de vida daqueles sujeitos. De qualquer maneira, a assembleia era um espaço para que os moradores pudessem reivindicar diretamente ao prefeito, que uma vez comprometido, poderia ser cobrado. Ainda em janeiro de 1993, registrou-se em ata que o prefeito “convocou uma reunião para o dia 27 quarta feira às 20:00 horas para uma assembleia no salão comunitário da Vila Boa Esperança”¹¹⁷. Aqui não mais o prefeito é convidado – e sob pressão aceita – participar da assembleia convocada pelos trabalhadores organizados, mas ele é que convoca a população. A correlação de forças parece ter pendido ainda mais para o lado dos gestores públicos, o que não impediu que os moradores da Vila Boa Esperança continuassem a se organizar e lutar, encontrando para isso, outros caminhos.

A partir de 1993 a Associação de Moradores e Amigos da Vila Boa Esperança voltou sua atuação basicamente para o entretenimento dos moradores, com festividades e apresentações musicais. Certamente não podemos ignorar que a preocupação com a manutenção da Associação, que sobrevivia devido às promoções realizadas, era constante. Com os parcos lucros destas festas, famílias também eram ajudadas. Na mesma reunião citada acima, alguém indicou que uma família havia procurado a

¹¹⁶ ATA da Associação de Moradores e Amigos da Vila Boa Esperança. Toledo. 16 de julho de 1992.

¹¹⁷ ATA da Associação de Moradores e Amigos da Vila Boa Esperança. Toledo. 23 de janeiro de 1993.

Associação para que a respectiva diretoria lhe ajudasse com 200 mil cruzeiros para “tratar de doenças”. Foi avaliado que iriam fazer “uma verificação na família dependendo das condições será ajudada”. A atuação dos trabalhadores via Associação de Moradores na primeira metade da década de 1990, ainda têm um forte cunho social, marcado pela solidariedade entre os que vivem em condições materiais difíceis. Entretanto, a tarefa de manter a Associação não era tarefa tão fácil que pudesse ser acompanhada por movimentações constantes em prol de outras transformações na Vila.

Na assembleia convocada por Albino Corazza Neto compareceram não só ele e moradores da Vila, mas o vice-prefeito e aproximadamente seis vereadores. O primeiro a se pronunciar foi o prefeito, que indicou dificuldades financeiras pelas quais a prefeitura municipal estaria passando, não podendo nem mesmo pagar os funcionários públicos municipais. Após a fala inicial, os trabalhadores puderam expor as dificuldades e problemas enfrentados na Vila: “falaram de suas necessidades mais urgentes da comunidade e os secretários da equipe foram anotando as reivindicações que foram solicitadas na reunião com a equipe da prefeitura”. Apesar deste espaço disponibilizado aos trabalhadores, a assembleia parece ter se concentrado nos discursos dos vereadores e secretários presentes. O vice-prefeito indicou que precisavam “consertar a prefeitura para então resolver os problemas da comunidade”. O grupo que assumia a gestão municipal naquele ano – velhos conhecidos da comunidade do antigo Pouso Frio – apontavam a necessidade de “consertar”, ou seja, reequilibrar economicamente a prefeitura municipal antes de atendê-los. A justificativa para não acatar as reivindicações estava dada. E os trabalhadores também não ficaram satisfeitos. Algumas semanas depois, no dia 15 de abril, a diretoria convidava os trabalhadores para participar de uma assembleia na Câmara Municipal sobre o sistema de saúde urbano. A luta continuava.

O trabalhador Bernardino, citado na Apresentação desta dissertação, interpreta que a organização dos trabalhadores, em espaços como a Associação de Moradores e Amigos da Vila Boa Esperança, possibilitou melhorias significativas nas condições de vida daqueles moradores.

Nós construímos através da Associação, juntamente com a comunidade no geral, nós conseguimos a creche, melhoria no ginásio de esportes, o ginásio Eusébio Garcia. É, nós conseguimos grande melhoria no Mini Hospital... Você sabe que nós temos todas as nossas dificuldades. Quando eu era vereador até entrei com uma Indicação pedindo a farmácia do Mini Hospital 24 horas aberta. Foi uma briga.

Hoje o então prefeito, que é prefeito hoje do município de Toledo sabe disso aí que nós queria 24 horas e não é aberto 24 horas. Mas melhorou bastante. Então, a gente agradece muito por isso, por causa de um trabalho lá atrás que a gente fez.¹¹⁸

Bernardino – assim como J. Pedro Brum – foi eleito vereador, representando os interesses dos moradores da Grande Vila Pioneira¹¹⁹. Enfatiza que as conquistas não foram fruto exclusivamente de sua atuação, referindo-se repetidamente a “nós”. Também indica que a luta se construiu em diferentes espaços, na Associação de Moradores e Amigos do Bairro e na Câmara de Vereadores. Indicou também que os moradores realizavam reuniões, muitas vezes com a presença de gestores públicos, para identificar as necessidades mais urgentes dos moradores da comunidade e lutar pelo atendimento delas. Por fim, reconhece que apesar das conquistas, ainda há muito pelo que “brigar”.

Estas reivindicações, além de denunciar a insatisfação sentida pelos trabalhadores em relação às suas condições de vida na cidade, percebidas como desiguais e excludentes, também são um aprendizado coletivo, uma experiência de organização coletiva. Estas experiências também foram elaboradas no sentido de reivindicar melhores condições de trabalho, seja na fábrica ou fora dela. As articulações e estratégias dos trabalhadores verificadas em algumas fontes que se referem às lutas por melhores condições de trabalho nos permitem evidenciar também os modos como construía estes movimentos sociais por melhorias nos bairros. Neste sentido é pertinente a investigação acerca das condições de trabalho e das lutas articuladas por estes sujeitos também nestes espaços.

O trabalhador Bernardino, ao interpretar os movimentos de luta promovidos pelos trabalhadores do Pouso Frio, seja por melhorias no bairro ou por melhores condições de trabalho, indica elementos que faziam parte deste processo:

[...] o pessoal se organizava, né? Às vezes fora de lá [da Sadia], tinha um grupo que se organizava, organizava na casa da Irmã, da Irmã aqui da Pastoral da Criança; na Vila Boa Esperança... [...] Era um grupo assim que se organizava por quê? Várias melhorias e coisa. Direitos do trabalhador, às vezes não respeitavam. Questão na área da saúde; tinham várias coisas que estavam erradas né? [...] Nós ia pro

¹¹⁸ REIS, Bernardino da Silva. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 18/12/2014. Duração: 54:50 min.

¹¹⁹ Bernardino foi eleito vereador em 2008 e suplente em 2012, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Mas sua atuação nos movimentos de luta por melhorias no Pouso Frio (posterior Grande Vila Pioneira) remonta à década de 1980.

enfrentamento! Nós era louco! [...] Nós tínhamos o grupo de jovens, JUBE, o grupo de jovem JUBE, fazíamos aquele trabalho através da Pastoral Operária também. Aí nós ia pra, toda Romaria da Terra que tinha nós ia. JUBE, Juventude Unida da Vila Boa Esperança. Aí toda vez que tinha Romaria da Terra nós ia. Ia pra baixo e pra cima. Romaria da Terra nós ia lá pra lutar, tá entendendo? Aquele pessoal que não tinha um pedacinho de terra. Acampamento nós ia em Curitiba...¹²⁰

Bernardino ressalta que as lutas dos trabalhadores não se restringiam às reivindicações pela implementação e/ou melhoria de serviços públicos no bairro. Buscavam também melhores condições de trabalho. Para isso criaram mecanismos diversos de organização e luta. Para além dos mencionados neste texto, como a criação de alianças com vereadores (o Bernardino mesmo foi eleito) e a elaboração de abaixo-assinados, ainda outros espaços foram reivindicados. O sindicato no interior da fábrica, as pastorais da Igreja Católica e ainda as casas de amigos e vizinhos foram ambientes utilizados para articular as diversas lutas entendidas como necessárias por estes trabalhadores. Mas não só necessárias. Enfrentar os sujeitos responsáveis pelas condições de trabalho e moradia vivenciadas foi interpretado por Bernardino, no momento da entrevista, como loucura: “nós ia pro enfrentamento! Nós era louco!”. E ir para o enfrentamento significava ocupar todos os espaços de luta possíveis na cidade e fora dela, participando também de outros movimentos sociais, como o de luta pela terra¹²¹. Sobre as estratégias de luta elaboradas, Bernardino aponta que:

Na Pastoral Operária, a gente se reunia pra discutir. Lá nós fazia orações, discutia, falava um pouquinho sobre o trabalhador, né? Se reunia na Associação dos Moradores da Vila Operária, na Igreja também. Se reunia também na Vila Boa Esperança. [...] Cobrava do poder público, né? Às vezes através da Associação de Moradores que tinha no bairro também, fazia as cobranças, por aí. Fazia reuniões com a comunidade, a grande assembleia. Aí a gente fazia as cobranças, no geral.[...] A Pastoral da Igreja, o grupo de jovens, era um trabalho em conjunto.¹²²

¹²⁰ REIS, Bernardino da Silva. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 18/12/2014. Duração: 54:50 min.

¹²¹ No Livro Tombo da Paróquia São Pedro e São Paulo (situada “do outro lado do rio”) foram registrados alguns deslocamentos de trabalhadores para as Romarias da Terra. Em Julho de 1989, por exemplo, o Padre André indica, sobre a quinta romaria da terra ocorrida em Medianeira/Pr: “terra partilhada, terra produtiva, povo organizado, povo libertado”. Da paróquia foi uma caravana “para participar da celebração onde se partilhou a vida do povo sofrido na luta pela sobrevivência”. Em 1991 escreve: “Acontece a 7ª Romaria da Terra, em Ibema, Pr. 500 anos! Lutando pela Terra! Resistindo pela vida! De nossa paróquia foi um bom grupo de pessoas participar, coordenado por Adenir Araújo.” In: LIVRO Tombo da Paróquia São Pedro e São Paulo.

¹²² REIS, Bernardino da Silva. op. cit.

Os trabalhadores do antigo Pouso Frio, organizados em diferentes frentes de luta, faziam reuniões para definir prioridades e “fazer as cobranças”. Neste processo, o espaço construído no interior da Igreja Católica contribuiu significativamente para o engajamento assíduo nestas lutas. A participação na Pastoral Operária levou-os a reelaborar valores e a militar para a construção de melhores condições de vida nos bairros e no trabalho. A pesquisa no Livro Tombo da Paróquia de São Pedro e São Paulo, constituída por capelas localizadas “do outro lado do rio”, possibilitou a identificação de elementos deste processo histórico de organização e luta dos trabalhadores do Pouso Frio. Neste sentido, cabe destacar a atuação do padre Aloysio André Kasper, que tomou posse naquela Paróquia no dia primeiro de novembro de 1978.

O conhecido “Padre André”, assim que assumiu a paróquia parece ter se preocupado em “tomar conhecimento da realidade da paróquia”¹²³. No ano seguinte ainda buscava verificar se a “Igreja na Base” estava se realizando:

[...] para isso é preciso formar grupos que estudem: família, comunidades de base, catequese, jovens, vocações, animação missionária e liturgia. E lançando o convite para as pessoas formar os vários grupos e se reunir para estudar, julgar, e planejar a ação. Tudo tem como objetivo crescer mais na comunidade e participação.¹²⁴

Com vistas aos objetivos indicados, em julho de 1980 o Padre André foi à Vacarias/RS, para participar de uma reunião preparatória com os Freis Missionários Capuchinhos¹²⁵ para as Missões Populares que aconteceriam nas paróquias de Toledo em 1981. Antes de as Missões Populares acontecerem, avalia no Livro Tombo que as famílias estavam sendo atingidas e conscientizadas para serem agentes de

¹²³ LIVRO Tombo da Paróquia São Pedro e São Paulo. p. 3. 01/11/1978.

¹²⁴ LIVRO Tombo da Paróquia São Pedro e São Paulo. p. 11. 01.09.1979.

¹²⁵ Na página eletrônica da Ordem dos Frades Capuchinhos, o Frei Vanildo Zugno informa que o grupo “surgiu no séc. XVI, num momento de renovação da Igreja em meio às grandes transformações econômicas, políticas, sociais, culturais e religiosas que deram origem à modernidade. No âmbito religioso, toda a Europa foi sacudida por um desejo de reforma que se expressou no surgimento de igrejas autônomas em relação à Igreja Católica, como é o caso das igrejas luteranas, reformadas (calvinistas), batistas, menonitas, entre outras”. Entre aqueles que permaneceram fieis à Igreja Católica estão os frades seguidores de Francisco de Assis, nos quais tal desejo também teria se manifestado. “No convento de Montefalcone, na Itália, os freis Mateus de Bascio, Ludovico de Fossombrone e Rafael de Fossombrone se propuseram a uma nova forma de vida franciscana, privilegiando a oração, a pobreza e a presença junto aos pobres. Sua proposta era a de retomar o espírito e o modo de vida original de Francisco de Assis e assim dar uma resposta mais eficaz para as exigências que a realidade lhes apresentava”. No Brasil atuam desde o século XVII. Cf. ZUGNO, Vanildo. **Franciscanos Capuchinhos**. Disponível em: <http://capuchinhos.org.br/caprs/institucional/historia-1>. Acessado em: 08/01/2016.

transformação. A formação dos leigos se dava através do Documento de Puebla ¹²⁶. Os grupos de novena encaminhavam-se lentamente para grupos de base:

Grande dificuldade é a migração constante do povo, duma vila para outra ou mesmo para outras regiões. Outra dificuldade são os horários: sem horário para o trabalho. [...] a própria situação de insegurança e anti-urbanismo das vilas, sem a mínima infraestrutura de cidade. ¹²⁷

Apesar da tentativa de construção de um espaço de reflexão e organização dentro da Igreja Católica, alguns limites estavam postos aos trabalhadores reunidos. Entre eles os constantes deslocamentos de alguns de uma região à outra. À avaliação da necessidade de partir em busca de melhores condições de moradia e trabalho diante das dificuldades vivenciadas impedia que o processo de organização se fizesse de maneira mais intensa. Da mesma forma, os que viviam aos arredores não dispunham de tempo satisfatório para as atividades da Igreja. E não é arriscado supor que a carga horária de trabalho é que os atrapalhava.

Apesar das dificuldades percebidas, ainda no início de 1981, nos sábados à tarde (o “tempo livre” dos trabalhadores), catequistas, jovens e voluntários iniciaram o “levantamento da realidade sócio-econômico-religiosa” para as tais Missões Populares. Não é possível identificar com clareza quais as atividades realizadas durante as Missões. O Padre André menciona a vinda de “freis missionários” para “nos orientar e incentivar na caminhada: missa e início dos trabalhos” ¹²⁸:

Cada pessoa, dentro de suas possibilidades, procure participar da melhor maneira das missões, havendo oportunidade para de manhã, de tarde e de noite.

O trabalho missionário em Toledo superou as expectativas. O povo recebeu as missões de braços abertos, abandonando outras ocupações para ir ao encontro do próximo e de Deus.

Neste domingo, às 14:00 h aconteceu o encerramento das Missões com missa de ação de graças no estádio municipal. Foram mais de 30 mil toledanos que participaram da despedida dos missionários e o encerramento das missões. D. Geraldo Magella Agnello, bispo diocesano, presidiu a celebração da Eucaristia, que enalteceu o trabalho desenvolvido pelos missionários, que serviu como um verdadeiro encontro com Deus.

¹²⁶ Este documento foi produzido na terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe (CELAM), que aconteceu na cidade mexicana de Puebla entre os dias 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979. Esta conferência teve como tema central “A evangelização no presente e no futuro da América Latina”.

¹²⁷ LIVRO Tombo da Paróquia São Pedro e São Paulo. p.18. 01.11.1980.

¹²⁸ LIVRO Tombo da Paróquia São Pedro e São Paulo. p. 22-23. 27.06.1981.

Sem dúvida, fato que marcou a vida de Toledo e de cada um de nós: a realização das Missões. Todos os encontros, a caminhada até o estádio e o encerramento: grande demonstração de fraternidade, unidade e fé. A todos, desde os missionários ao menor da comunidade, o nosso muito obrigado. Quantos trabalhos realizamos, um ajudando o outro. Obrigado a todos quantos mandaram mantimentos e se preocuparam pela alimentação dos freis. Às várias equipes de serviços, às diretorias, a todos. Muito obrigado e que Deus abençoe a todos. Unidos em Cristo, vamos em frente. E agora começa o trabalho das pós-missões.

Apesar das dificuldades em identificar quais atividades foram realizadas, é possível perceber o número expressivo de católicos envolvidos nas tais Missões Populares. E o mais interessante, é a avaliação que o Padre André faz do trabalho das Pós – Missões. Entre estes trabalhos, ele cita a reunião de operários na Vila Pioneira para a organização de uma associação: “A união faz a força. As missões despertaram nos operários a necessidade de eles se organizarem. É o povo organizado que vai desencadear a mudança”¹²⁹. Certamente, muito mais que a participação nas Missões Populares contribuiu para que aqueles operários se organizassem em uma Associação, como as próprias condições materiais de existência. A intenção da Associação é evidente: “desencadear a mudança” – no mínimo, nas relações de trabalho.

No dia 10 de outubro de 1985, quatro anos depois do início dos trabalhos das Pós-Missões, realizou-se na igreja da Vila Operária a Assembleia Paroquial de Pastoral, “para avaliar e programar”. Em relação à atuação da Pastoral Operária, julgaram:

Pastoral Operária:

Pontos positivos:

- reuniões periódicas, com estudos, debates;
- celebração do dia do trabalhador – liturgia do dia 1º de maio;
- filme do Santo Dias apresentado como convite a participar.

Pontos negativos:

- Ausência de jovens na Pastoral Operária;
- dificuldades para reunir os operários devido o acúmulo de serviços para o mesmo líder (sempre as mesmas pessoas assumindo tudo).

Sugestões:

- conscientização dos operários para participar da pastoral operária;
- mais filmes sobre a classe operária.

Esta avaliação elaborada no final de 1985 nos permite compreender melhor as dinâmicas dos trabalhadores que compunham a Pastoral Operária. Reuniam-se periodicamente para estudar e discutir, por meio de filmes, por exemplo. Um destes

¹²⁹ LIVRO Tombo da Paróquia São Pedro e São Paulo. p.23-24. 12.07.81.

filmes assistidos era sobre o operário Santos Dias, conhecido pela atuação no movimento operário paulista, durante a ditadura civil e militar. Como católico praticante, era membro ativo das CEBs e dos movimentos de bairro que surgiram da ação desses grupos: lutas por transportes, escolas, melhorias nas vilas de trabalhadores. Trajetórias como a de Santos Dias tornaram-se referência para os moradores do Pouso Frio, que se engajaram em diferentes frentes de luta, no trabalho e no bairro.

As celebrações nos dias do trabalhador (1º de maio) também parecem ter sido por muitos anos, um evento em que os trabalhadores enfatizavam sua presença e luta na cidade. Apontada ainda em 1985, as manifestações por ocasião da data se repetiram nos anos seguintes ¹³⁰. Em 1987 o Padre André aponta

30.04.87 – Grande concentração de trabalhadores, as 20:00h na quadra de esportes da V. Operária para celebração do dia do trabalhador, com faixas, cartazes e boa participação. É preciso lembrar que o operário organizado e unido será fermento de formação do mundo do trabalho.
- Não se vê com bons olhos a Pastoral Operária. Há medo de assumir. Para o mês de maio terá material para os grupos de reflexão de nossa paróquia sobre a Pastoral Operária, subsídio elaborado pela equipe paroquial da PO, datilografado e rodado no mimeógrafo da Cúria por Padre André e Rita Luiza Minozzo, sobretudo noite adentro ¹³¹.

O Padre André se refere em boa parte do texto a ele mesmo em terceira pessoa. Em raras passagens, principalmente nas quais demonstra emoções como indignação e revolta, é que utiliza termos como “eu”. Ao escrever em terceira pessoa registra seu nome no livro Tombo e na história.

Além de indicar a organização dos trabalhadores por meio da Pastoral Operária, o autor do livro Tombo indica também as dificuldades e limites encontrados no interior da própria Igreja Católica. Sua atuação juntos aos trabalhadores, ou “opção pelos pobres”, era julgada pelos seus pares e suas contribuições para estes movimentos se dava muitas vezes, “noite a dentro” – o que indica que havia reprovação pelo que estava fazendo. Por outro lado, participar ativamente da Pastoral Operária também era arriscado para os trabalhadores. Essa leitura da realidade e temor não era sem fundamento:

¹³⁰ LIVRO Tombo da Paróquia São Pedro e São Paulo. Em 1986 foi registrado: “Grande concentração de trabalhadores, em frente ao Supermercado Trento, no loteamento Walter Fontana, da onde iniciamos caminhada para o centro da cidade, em frente à Catedral, onde concluímos com manifestações e celebração da Palavra de Deus. É a Pastoral Operária se organizando. É preciso um Brasil novo também no mundo do trabalho. Quem pensa participa. Operário organizado jamais será vencido.” p. 68. 30.04.1986.

¹³¹ LIVRO Tombo da Paróquia São Pedro e São Paulo. p. 75. 30.04.87

22.05.87 – Neste dia, como em 1981, foram demitidos 22 funcionários-operários da Frigobrás-Sadia acusados de estarem organizando, tramando a paralisação do frigorífico – aves, suínos – para o dia 04.06.87. Mas, pelo que se deduz, a causa não foi essa, pois eles nem pensaram nisso, e sim, por terem, a partir das reflexões da Pastoral Operária, organizando uma chapa de oposição para as eleições do Sindicato, e por estarem se reunindo, ora nas casas, ora na casa das Irmãs, ora na Sede Social da Vila Operária. Na sua totalidade são membros participantes da comunidade e quase todos à frente de algum serviço na comunidade.

É o capitalismo selvagem atuando, pois a Frigobrás-Sadia se diz cristã, mas há muito presente na empresa, além do capitalismo, o nazismo, o fascismo e marxismo. Pode ser que os cabeça da diretoria da Frigobrás ignore isso... Será?

A Igreja precisa ter mais coragem e definição diante das pastorais sociais. Mas isso, diante do capitalismo selvagem sustentado e assumido pelos grandes empresários, talvez será possível quando todos os cristãos católicos conhecerem e assumirem na vida a doutrina social da Igreja. Sindicatos autênticos, quando?

31.05.87 – Encontrão de adolescentes no Ginásio de Esportes Hugo Zeni. Os adolescentes às 7:30 h se reuniram em frente a seus centros comunitários e fizeram a caminhada de denúncia contra a opressão e violência cometida contra os operários demitidos nesta semana pela Sadia.

Parece que um dos motivos das demissões é a participação na comunidade: catequese, grupo jovem, grupo de família, P.O: Não é o Padre André que constrói graneleiros, não é o sermão do Padre André que fabrica alimentos... Quem for amigo do Padre André e das Irmãs, não se aproxime muito: é perigoso. É opção da Igreja construir uma sociedade justa e fraterna. Como? [...]

05.06.87 – A Igreja precisa ir mais às bases, ao chão da vida do povo.

- Durante a semana reinou um clima de medo e tensão entre os operários, por causa das demissões ocorridas.

- Que o Espírito Santo dê, como aos apóstolos, coragem para os operários cristãos testemunharem sua fé no ambiente de trabalho e mudarem a realidade.

06.06.87 – Às 15:00 h, Dom Lúcio foi a casa das Irmãs, na Vila Boa Esperança, ouvir a versão dos operários demitidos, para ter uma visão mais clara e equilibrada da realidade do mundo do trabalho, que é muito complexo¹³².

O ano de 1987 marcou a trajetória de centenas de trabalhadores que se envolveram – diretamente ou não – com a criação de uma chapa para concorrer às eleições do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentícia de Toledo. Conscientes dos perigos que enfrentavam (como a demissão) estes trabalhadores confrontaram não só os donos e administradores das fábricas da Sadia, como a própria

¹³² LIVRO Tombo da Paróquia São Pedro e São Paulo. p. 75-76.

polícia ¹³³. Participar de uma caminhada no dia 1º de maio significava assumir um posicionamento de classe e de luta nos ambientes de trabalho e do próprio bairro. A atmosfera vivida por estes trabalhadores era permeada por tensões e temores que influenciavam no cotidiano de cada um – a vigilância e a delação poderiam estar presentes na rede de amizades, nas reuniões de vizinhos ou num simples telefonema ¹³⁴. As tentativas de registrar a chapa foram frustradas, e a demissão dos trabalhadores organizados não tardou. A pressão sob estes sujeitos foi tão grande quanto sob aqueles que, frequentadores da Igreja “do Padre André” e suspeitos de participar das mesmas discussões, ficaram desempregados ¹³⁵. A partir do texto escrito pelo Padre André e reproduzido acima, evidenciamos a realização de passeatas no antigo Pouso Frio em solidariedade aos trabalhadores demitidos e as tensões que perpassavam as relações sociais construídas na cidade e no interior da própria Igreja Católica.

Apesar das pressões e posicionamentos divergentes, a Igreja Católica “do outro lado do rio” se constituiu em espaço de organização e luta dos trabalhadores que, ferrenhamente buscaram melhores condições de trabalho não só na fábrica, como fora dela. Os estudos e discussões produzidas naquele espaço contribuíram para a aprendizagem do enfrentamento. Coletivamente, lutaram por melhores condições de vida, seja no local de moradia ou de trabalho. Nestes processos permeados por conflitos e tensões, forjaram diferentes práticas sociais de luta. Neste sentido, é interessante problematizar também a entrevista realizada com o ex-vereador da cidade, Luiz Carlos

¹³³ O trabalhador Juarez Machado, ao interpretar este processo, indica que “[...] aquilo ali foi uma luta. Nós era monitorado pela polícia em Toledo. A gente ligava, nós da Vila Operária na época, era muitos poucos que tinha um telefone em casa. E nós ficamos dois anos pagando um telefone, na época custou pra nós dois mil e quinhentos dólares aquele telefone. E nós ficamos dois anos pagando. Até que conseguimos. A gente ligava as vezes pra falar com alguém, e esse telefone, esse telefonema ou caía no sindicato da Sadia ou caía na delegacia de polícia. Então era absurdo o que esse pessoal fazia. Eu sempre digo, esse pessoal viveu com a boca suja de sangue das vidas que tiraram. Nós graças a Deus fomos sobrevivendo, mas corremos o risco na época”. MACHADO, Juarez. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 07/01/2015. Duração: 1:56:23 hora.

¹³⁴ Ganhou destaque nos jornais locais neste período o caso do “Cabo Milton”, contratado da empresa Sadia para investigar e delatar os trabalhadores organizados. Entre as estratégias utilizadas por este sujeito para atingir seus objetivos, a filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT), pagamento de dízimo e inserção na comunidade da Paróquia São Pedro e São Paulo e participação em reuniões dos trabalhadores.

¹³⁵ Após a demissão estes trabalhadores ainda se organizaram e reunidos, compraram uma área de terra e construíram um frigorífico, com auxílio financeiro e assistencial dos bancários sindicalizados da cidade. A cooperativa fundada durou aproximadamente dois anos. Juarez Machado avalia que as atividades se encerraram devido ao boicote do próprio frigorífico da Sadia, que teria impedido que o comércio local comprasse carne deles. Além disso indica que lhes faltava experiência e que não conseguiram pagar os salários de todos os trabalhadores. Com o tempo alguns saíram, venderam sua parte para outros que ficaram. MACHADO, Juarez. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 07/01/2015. Duração: 1:56:23 hora.

Schroeder, tendo em vista a importância social dos Projetos de Lei elaborados por ele e a forma como indica que estes foram elaborados.

Luiz Carlos nasceu e viveu sua infância na Vila Industrial, na mesma cidade, um bairro que por suas características, não justifica o nome. Filho de um industrial, dono de uma fábrica de refrigerantes, ainda jovem, em 1976, mudou-se para Curitiba para cursar Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Formado, voltou em 1982 para trabalhar como advogado trabalhista. Em 1983 elegeu-se vereador no município pelo PMDB, apesar de participar das reuniões clandestinas do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Atuou no cargo até 1989. Declaradamente comunista, envolveu-se com os trabalhadores e suas lutas no Pouso Frio durante toda a década de 1980 e início da década de 1990 – quando assumiu um concurso federal para atuar como Juiz do Trabalho. Conhecido entre os trabalhadores como “Schredinha” participou da elaboração dos estatutos e atas de Associações de Moradores e Amigos de Bairro e Sindicatos.

As pessoas acabavam sempre me procurando: quem é que vai enfrentar isso? Advogado nenhum vai pegar. O Schredinha pega. No Schredinha dá pra ir. Então eu sempre tive outros advogados trabalhando comigo, por que eu não dava conta. Eu não posso negar, tive uma clientela sempre muito grande. 99% das causas eram de trabalhadores. Quando eu atuava na área criminal era porque eu estava defendendo algum trabalhador. Se eu atuava na área de família, era porque algum trabalhador precisa se divorciar. Isso era muito comum. As pessoas tinham se separado a dez, vinte, trinta anos, nem sabiam onde estava a ex-mulher, por exemplo, ou a mulher nem sabia onde estava o marido, ela já tinha outros filhos com outro companheiro e tinha que se divorciar do primeiro pra poder casar de novo. Aí outra coisa que eu fiz muito: atuei na área de direito familiar, pra atender essas populações. Nunca fiz a separação de um casal rico em Toledo. [...] Minha advocacia era de classe!¹³⁶

Luiz Carlos Schroeder enfatiza que toda a sua atuação profissional foi voltada a atender e solucionar conflitos de trabalhadores. Orientado não pela preocupação com honorários, mas com suas perspectivas ideológicas. Como vereador elaborou inúmeros Projetos de Leis que atendiam a necessidades e reivindicações dos moradores do Pouso Frio. Foi a pesquisa nos arquivos da Câmara Municipal que me motivou a procurá-lo para realizar a entrevista.

¹³⁶ SCHROEDER, Luiz Carlos. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 27/12/2014. Duração: 02:53:39 horas.

O Projeto de Lei nº 20/8, de 22 de maio de 1986 e aprovado no mês seguinte, propunha condições mínimas para o transporte de passageiros em caminhões no município de Toledo. Entre elas que, a carroceria do caminhão fosse coberta, para proteger os trabalhadores do vento, do sol, da poeira e da chuva. Com bancos fixos e apoios para as mãos evitando quedas. E ainda uma caixa para guardar os instrumentos de trabalho, geralmente cortantes. A justificativa do Projeto de Lei, escrita por Luiz Carlos, indica que “o número de vítimas fatais atestam o grau de perigo que envolve a utilização desses veículos”. Sem regulação específica, afirma que o transporte de trabalhadores rurais na região se faziam nas mesmas condições que “uma carga animal qualquer”. Na entrevista realizada em 2014, ao questionar suas motivações para a elaboração deste projeto em 1986, ele aponta que

[...] um dia encontrei um cara em Maringá, tinha presidente, um negrão de 2 metros de altura, tinha sido presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Paraná, dos trabalhadores, foi Secretário Geral dois mandatos da CONTAG. Depois foi caçado em 1954 pelos militares. Daí eu falei pra ele, vou fazer um projeto lá em Toledo assim e assim. Ele falou pera aí, pense nas ferramentas, porque não adianta você colocar banco, ele falou assim, porque se der um acidente o cara morre degolado pela própria foice, pela própria enxada que está ali! Você precisa colocar, tem que ter uma caixa para as ferramentas, porque nós em Maringá, aquela época fizemos isso, ele falou, e teve cara que morreu porque enfiou a cabeça na enxada, morreu indo para o trabalho, então esse tipo de coisa, porque era um festival, era gente morrendo toda semana! Os caminhões, aqueles caras caíam dos caminhões, o motorista do caminhão tomava cachacinha de tarde levando o pessoal pra casa naquelas baixadas... Colocava 80 no caminhão, com 90 pessoas pra cima sem ter onde se agarrar. [...] Então o meu mandato era as pessoas que me procuravam, o boia fria então, morria um boia-fria, os colegas me procuravam e aí começava a surgir as conversas: “não dá mais, têm que ter um jeito, colocar umas vara pra gente se agarrar”. Aí se coloca uma vara, porque não coloca um acento? “Ah, mas não vai, vamos fazer uma lei, vamos fazer uma lei”. E a lei não era cumprida no início, e tinha que parar alguns caminhões, multar, prender caminhões, pra lei começar a ser respeitada. Eu dava muita entrevista nas rádios, pedindo cumprimento das leis, exigindo, a sessão da Câmara era emitida pelo rádio, hoje não sei se é, tudo o que acontecia na Câmara, a população sabia, a população acompanhava. Por exemplo, o que acontecia na Câmara dos vereadores tinha uma das rádios que transmitiam todas as segundas feiras as sessões. Começava uma da tarde até as seis.¹³⁷

¹³⁷ SCHROEDER, Luiz Carlos. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 27/12/2014. Duração: 02:53:39 horas.

Luiz Carlos indica a participação dos trabalhadores boias-frias, moradores “do outro lado do rio”, na elaboração do Projeto de Lei que estabelecia condições mínimas para o transporte precário e perigoso vivenciado por eles todos os dias. Procurado por estes sujeitos, dialogou também com o presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Paraná naquele momento, que já havia participado da elaboração de Projeto semelhante em outra cidade. A partir destes encontros, este Projeto foi sendo construído, com reivindicações que eram coletivas, frente aos inúmeros acidentes que vinham ocorrendo.

Sua aprovação também foi acompanhada pelos trabalhadores. A possibilidade de acompanhar o processo de aprovação do Projeto pela rádio pode ter pressionado os outros vereadores, que sabiam que estavam sendo assistidos pelas esposas que permaneciam em casa em um dia de trabalho ou por idosos. A aprovação de suas legislaturas por um conjunto tão grande de trabalhadores poderia significar a construção de uma carreira política mais duradoura. De fato, alguns sujeitos envolvidos na implantação de serviços públicos “do outro lado rio” naquelas décadas, por um lado pressionados pelos seus moradores, conseguiram cargos políticos relevantes no município.

Ainda sobre o trabalho dos boias-frias e as relações de trabalho estabelecidas, que informam sobre o modo de vida destes sujeitos e as condições materiais de existência – cenário dos movimentos sociais construídos, Luiz Carlos interpreta que:

Os gatos eram os verdadeiros bandidos. Se você for a fundo, vai ver que eles tinham áreas: “aqui é meu, você não ponha a mão”. Tipo banca de droga sabe? Tráfico de drogas, “aqui é meu você não entra”. Os gatos eram assim, essa organização. “Aqui é meu!”. Os gatos arregimentavam o pessoal, ganhavam dinheiro. O povo que tinha que trabalhar. Gato ganhava dinheiro. Pegava caminhão, pagava o caminhão, às vezes não tinha caminhão, pagava alguém pra ir levar. Era um capataz do fazendeiro né? Um capataz do fazendeiro. Os gatos era uma máfia.¹³⁸

Luiz Carlos defende que não só o transporte utilizado para levar estes trabalhadores para as fazendas da região era precário, mas as próprias relações de trabalho que enfrentava eram arriscadas e perigosas. Relacionar-se com os gatos era

¹³⁸ SCHROEDER, Luiz Carlos. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 27/12/2014. Duração: 02:53:39 horas.

lidar com um criminoso que trabalhava para o fazendeiro, alguém com interesses distintos e muitas vezes opostos aos seus.

Lucas Ricardo Teodoro, morador da região do Pouso Frio há 37 anos, trabalhou como boia-fria entre a adolescência e a juventude, assim como seus irmãos e irmãs. Ao falar sobre este trabalho, aponta condições que eram compartilhadas por tantos trabalhadores do Pouso Frio e as resistências elaboradas por ele, familiares e amigos frente à exploração. Indica também as relações de poder estabelecidas entre estes e os chamados “gatos”, que mesmo sendo trabalhadores, muitas vezes com trajetórias semelhantes, atuavam como um representante do fazendeiro. Não deixa de mencionar também as dificuldades do transporte em caminhões:

[...] a gente colhia algodão aqui né? Na região de São Sebastião, Ouro Verde, São Pedro do Iguaçu, Assis Chateaubriand, Nova Aurora pra essas bandas todas. E daí quando enfraqueceu o algodão aqui, lá [no Paraguai] eles estavam pagando um preço melhor, né? Foi aonde daí eu acabei indo pra lá pra colher algodão. E de fato lá dava pra ganhar bastante dinheiro e aqui já não dava pra ganhar muito, mais lá era bom, colher algodão lá era show de bola.¹³⁹

Lucas começa sua narrativa delimitando os espaços de trabalho. Trabalhou na região Oeste do Paraná e quando avaliou positivamente a possibilidade de mudar-se para o Paraguai, foi para lá realizar o trabalho ao qual já estava habituado: a colheita de algodão. Sua trajetória não é uma exceção, e os deslocamentos de trabalhadores entre a região Oeste do Paraná e o Paraguai foram investigados em diversas pesquisas. Na sequência fala sobre o processo de “pegar” os caminhões no Pouso Frio e ir até as fazendas:

E daí a gente ia na época ali na Boa Esperança mesmo naquela região ali, na rua Getúlio Vargas, nossa, tinha tanto boia-fria ali que Deus o livre. Não sabia nem como é que podia existir tanta gente daquele jeito e aí a gente ia de madrugada, né? Um 4 horas pra poder pegar uns caminhão bom, né? Que tinha umas roças boas e era assim de gente!

Maria Cristina: Ah, era assim por dia?

Lucas: Era por dia. O caminhão que fosse aí você ia, né? Recebia no final da, tinha algumas igual, por exemplo, um pessoal daqui de Ouro Verde, os Magon, que eles chamam sobrenome deles. Um até foi vereador em Ouro Verde, então eles pagavam nos finais de semana, sempre na sexta-feira. Trabalhava a semana inteira e na sexta-feira

¹³⁹ TEODORO, Lucas Ricardo. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 11/08/2014. Duração: 48:29 min.

eles pagavam, e alguns outros pagavam no dia mesmo, encerrava o dia o pessoal já recebia.

Maria Cristina: Vocês trabalhavam em qual?

Lucas: A gente trabalhava em vários. Esse do Magon é o que a gente mais trabalhava. E eles plantavam muitas roças, então eles iam com 5 caminhão. Sabe, pra você ter uma ideia, 4, 5 caminhão ia buscar as pessoas lá, então tinha muito algodão lá pra colher, e as outras já eram roças menores né? Então, já ia bem menos pessoas. Pra esse Magon era muito, muito algodão plantado. Daí agora acabou, né? Depois não sei se inventaram máquinas pra colher algodão sei lá! Aí eu até fico pensando o que é que foi feito com aquela montoeira de boia-fria que tinha lá, porque aquele pessoal na época que eu ia, eu era criança tinha 13, 14, 15 anos por aí. E aí já tinha aquelas pessoas de idade, estudo já não tinham mesmo né? O que esse povo todo tá fazendo hoje será? ¹⁴⁰

A indignação de Lucas com a quantidade de pessoas que trabalhavam como boias-frias perpassa toda a sua fala e ainda hoje se questiona o que “esse povo todo tá fazendo hoje será?”. Num exercício de imaginação é possível visualizar a Rua Getúlio Vargas, na atual Vila Boa Esperança, estreita e escura às três horas da manhã e ocupada por centenas de trabalhadores que esperavam um caminhão que os levasse para uma fazenda da região. Antes da partida, uma ida ao bar do Seu Airton, para comprar um sanduíche e um litro de aguardente ¹⁴¹. O horário em que os trabalhadores chegavam no “ponto”, por onde passava os caminhões, determinava quais os caminhões que pegariam e os levariam para as fazendas. Entre elas, algumas eram avaliadas como melhores para trabalhar ou não, havia os “caminhões bons”. Entre os critérios para essa avaliação estavam a forma de pagamento, a existência de cobras nos locais de trabalho e as relações com os gatos.

E então até teve uma vez que minha irmã foi, nós fomos trabalhar lá na fazenda da Chapa Halls. Tava eu, meu irmão e minha irmã e mais uma colega nossa. Daí, eu e meu irmão, era a primeira vez que a gente tinha ido lá na fazenda Chapa Halls, naquele caminhão. Minha irmã já tinha ido, mas elas não trabalharam. Quando chegaram lá no ponto pra pegar o ônibus, daí eles, a gente chama de gato, né? Ele falou “ó vocês não sobem no caminhão”. Daí ela falou “não, hoje nós vamos trabalhar”.

Maria Cristina: Porque elas não trabalhavam?

Lucas: Não porque elas foram lá e não trabalharam naquele dia, e ali em Chapa Halls ali é bicho feio, tinha umas jagunçada ali que tá louco.

Maria Cristina: Como que é o nome?

¹⁴⁰ TEODORO, Lucas Ricardo. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 11/08/2014. Duração: 48:29 min.

¹⁴¹ BORGES, Airton. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 02/12/2014. Duração: 01:59:28 horas.

Lucas: Chapa Halls, fazenda Chapa Halls, ali dos Meneguel ali, daqueles povo ali, e daí ela falou “não, hoje nós vamos trabalhar”, eles falaram “nós estamos avisando pra vocês, não sobem no caminhão”. E elas subiram, chegou lá em Chapa Halls eles pegaram e saíram lá com revólver e falaram pra elas agora vocês podem descer e ir embora de a pé e elas pegaram e...

Maria Cristina: E era longe?

Lucas: É perto de Cascavel né? Mas de lá aqui é uma pernada. Daí eu e meu irmão não podia fazer nada, imagina os cara armado, ia fazer o que, né? Daí elas tiveram que voltar a pé embora.

Maria Cristina: Daí vocês continuaram indo lá ou pararam?

Lucas: Não, daí nos paremos, nem trabalhamos. Porque tinha muita cobra lá, tinha muita cobra cascavel, né? E daí, só naquele dia mesmo matamos 3 cobras. Ah daí eu falei “não vou trabalhar nesse negócio não”.

Maria Cristina: Mais tinha gente que ia?

Lucas: Tinha gente que ia.

Maria Cristina: Mas eles pagavam mais?

Lucas: Não, não que eles pagavam mais, mas é que tipo assim, a boia-fria é assim, ia chegando uma época, por exemplo, que ia encerrando a roça e o caminhão já nem vinha buscar mais, né? Então, o que vinha as pessoas iam, e, por exemplo, igual esse dos Magon ali, tinha época que acabava tudo o algodão e aí o que que acontecia, as pessoas procuravam outras roças pra poder ir, né? Porque não podia ficar sem trabalhar, né? Era obrigada a ir.¹⁴²

Neste momento Lucas não descreve apenas as condições de trabalho vivenciadas numa determinada fazenda da região, mas também põe em evidência um conjunto de possibilidades que estavam no horizonte destas centenas de trabalhadores. Diante das necessidades materiais da vida e avaliando que era preciso subir no caminhão que viesse, para trabalhar na fazenda que ainda estivesse precisando de trabalhadores, sabiam dos riscos do transporte, dos animais peçonhentos e da violência que caracterizava a relação com alguns “gatos”. Trabalhar era um risco de vida enfrentado todos os dias. Diante destas situações, Lucas se posicionou individualmente, ou em companhia de seus irmãos e amigos:

[...] eu lembro quando a gente ia pra lá de vez em quando a gente ia trabalhar e voltava embora de a pé, pra não poder trabalhar, era bem legal, engraçado.

Maria Cristina: Como assim, voltava antes?

Lucas: É abandonava a roça e ia embora (risos), e chegava em casa o bicho pegava, porque os pais da gente ficava contando com aquele dinheiro. A gente ia lá às vezes e não trabalhava, depois daí o bicho pegava.¹⁴³

¹⁴² TEODORO, Lucas Ricardo. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 11/08/2014. Duração: 48:29 min.

¹⁴³ TEODORO, Lucas Ricardo. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 11/08/2014. Duração: 48:29 min.

Com aproximadamente 15 anos, a forma que Lucas encontrou para resistir às condições de trabalho foi fugir delas, indo para as fazendas e não trabalhando, ou mesmo voltando sozinho e a pé. Agia assim apesar de saber que enfrentaria a desaprovação dos pais que contavam com aquela renda. Outros trabalhadores, diante destas condições de trabalho e dispostos a transformá-las, buscaram a mediação de vereadores para a elaboração de Leis que, ainda que aprovadas, apenas com muita fiscalização seriam cumpridas. O Projeto de Lei elaborado por Luiz Carlos parece ter amenizado as dificuldades no transporte destes trabalhadores.

Maria: Mas era tranquilo, assim era tranquilo ir lá?

Lucas: Depende né? Às vezes acontecia de chover, por exemplo, o caminhão ficar atolado, no barro e dia de chuva mesmo é terrível. Por que tinha uma época que os caminhões não eram cobertos né? Então era, daí depois que começou uma exigência pra cobrir os caminhões e deixar só uma portinha, pra pessoa entrar pela aquela porta e o caminhão vinha coberto justamente porque começava, quando um caminhão passava pelo outro, por exemplo, o pessoal tacava garrafa, laranja do outro assim, e tinha muito isso sabe? As rivalidades entre os boias-frias.¹⁴⁴

Para além das dificuldades expostas na justificativa do Projeto de Lei, como vento, chuva, sol forte ou poeira, ainda haviam as dificuldades provocadas devido aos conflitos entre os próprios trabalhadores. Recorrer ao vereador mais próximo para a construção de um Projeto de Lei que os favorecia não alterava substancialmente as condições de trabalho ou as relações estabelecidas, mas os permitia se livrar de algumas dificuldades do seu dia-a-dia. Cabe destacar que, assim como Lucas (naquele momento ainda adolescente), outros trabalhadores não se mobilizaram para dialogar com vereadores ou com o prefeito, nem participaram ativamente dos movimentos sociais de luta constituídos no Pouso Frio, podendo ter elaborado individualmente resistências às duras condições de moradia e trabalho.

Após o período de Ditadura Civil e Militar no Brasil, a década de 1980 foi marcada pela intensificação da atuação de novos sujeitos sociais, configurações e identidades dos trabalhadores no cenário público, como indicam uma série de pesquisas

¹⁴⁴ TEODORO, Lucas Ricardo. op. cit.

¹⁴⁵. Eder Sader sugere que aquele momento marcou um novo período da história social no Brasil, com o nascimento de novas formas de tematizar os elementos que compunham as condições de existência da classe trabalhadora. Ao investigar as formas pelas quais movimentos sociais abriram espaços políticos, reelaborando temas da experiência cotidiana, politizando questões do cotidiano (como o trabalho e a moradia), Sader contribui para a reflexão sobre a emergência de novas formas de expressão dos trabalhadores no cenário público também em outros espaços ¹⁴⁶.

Na cidade de Toledo/PR, a década de 1980 foi marcada por reivindicações populares por melhorias na infraestrutura urbana e melhores condições de trabalho ¹⁴⁷. A implantação de serviços públicos nos bairros, entre eles o Pouso Frio, não foi fruto de concessões do poder público municipal, apesar de muitas vezes ser apresentada como tal – os jornais locais e os governos municipais parecem ter se preocupado em construir uma memória que atribua a um ou a outro prefeito as transformações urbanas no antigo Pouso Frio. Uma ação supostamente concedida por bondade e completamente benéfica ao conjunto de moradores. Até mesmo a atribuição da iniciativa de escriturar os terrenos desta área a um ou a outro prefeito municipal têm sido alvo de disputas. Possivelmente, tais disputas no interior do grupo político que toma a frente do governo municipal a décadas, se deve ao fato do número de votantes no bairro, desde a década de 1970, o maior da cidade.

A associação de Duílio Genari ao processo de regularização do Pouso Frio, por exemplo, foi recorrentemente realizada. Ao ganhar a comenda “Ordem Estadual do Pinheiro” (naquele momento era líder do Bloco Parlamentar PP/PV/PTB/PSL, na Assembleia Legislativa) ¹⁴⁸ pelo governador Beto Richa (PSDB) em 2011, o “Jornal do Oeste” ¹⁴⁹ destacou sua atuação como prefeito no município de Toledo em 1976-1980,

¹⁴⁵ Marcelo Badaró Mattos revisa e problematiza a literatura que tematizou o “novo sindicalismo” brasileiro no período posterior a 1978 no segundo capítulo de sua tese. Cf. MATTOS, Marcelo B. **Novos e velhos sindicalismos**: Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1998.

¹⁴⁶ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p. 60.

¹⁴⁷ Cf. LANGARO, Jiani. Lembranças de um tempo que se foi? Experiências, lutas por direitos e movimentos sociais de trabalhadores residentes nos Jardins Panorama e América de Toledo (PR) na década de 1980. **História e Perspectivas**. Uberlândia (51): 143-184, jul./dez. 2014.

¹⁴⁸ A Comenda “Ordem Estadual do Pinheiro” foi instituída pelo Decreto 2.877, de 1º de dezembro de 1971, com a finalidade de “galardoar - ou homenagear - brasileiros, estrangeiros, civis e militares, que se hajam distinguido pela notoriedade do saber ou por serviços relevantes prestados ao Estado do Paraná” - supostamente.

¹⁴⁹ Jornal criado em 1984, como propriedade de Jacó Carlos Diel, desde então o principal periódico da cidade. Em sua primeira edição, de 20 de maio de 1984, possuía uma tiragem de três mil exemplares, número que praticamente dobrou em julho do mesmo ano. Em julho de 1985 já chegava a oito mil exemplares. Desde sua primeira edição apresentava o formato standard com apenas seis páginas, mas em

destacando justamente como de sua autoria, os projetos de “reurbanização” do Pouso Frio e a criação do Centro Social Urbano neste bairro ¹⁵⁰.

Aparentemente, não é apenas o jornal local que confere protagonismo ao Duílio Genari no processo de escrituração dos terrenos e transformações urbanas no Pouso Frio. Jiani F. Langaro ¹⁵¹, ao entrevistar um morador deste bairro – João ¹⁵², pedreiro, com 49 anos no momento da entrevista – percebeu que ele também tratou o ex-prefeito como o único administrador público que teria atuado na causa:

[...] quem deu uma mão, pra fazer... fazer tudo a papelada desse, desse Pouso Frio aqui foi o... o Duílio Genari, sabe? [...] Foi ele, não foi outro, outro prefeito de jeito nenhum, foi ele. [...] ele arrumou um cartório de imóvel aí então cada pessoa ia lá e... se era, comparação, duzentos, pra fazer uma escritura aquele tempo, a pessoa ia pagar setenta e cinco, oitenta reais, que ele tinha um, um convênio com o, escriturário, então eles fizeram, ah mas aqui[lo] ajudou muita gente você imagina o... né? [...] Então através, dele que todo, todo pessoal hoje aí está com seu terreninho, cercadinho é... escrituradinho beleza, mas, mas é, aqui era difícil, era difícil [...].¹⁵³

Neste caso, porém, como o próprio Langaro indica, o trabalhador, ao ressaltar a atuação do ex-prefeito, possivelmente teve a intenção de combater as propagandas realizadas por administrações posteriores à de Genari, que deram continuidade à política de transformações urbanas daquela região da cidade.¹⁵⁴ O governo de Albino Corazza

1985 (quando a circulação deixou de ser semanal para tornar-se diária) passou a contar com oito. Em 2010 as edições publicadas em dias úteis possuíam 24 páginas, enquanto a dominical chegava a 32. Cf. LANGARO, Jiani Fernando. **Quando o futuro é inscrito no passado: “Colonização” e “Pioneirismo”** nas memórias públicas de Toledo-PR (1950-2010). 2012. 470 f. Tese (Curso de Pós-Graduação em História). PUC/SP, São Paulo, 2012.

¹⁵⁰ Deputado Duílio recebe Comenda do Pinheiro nesta segunda-feira. **Jornal do Oeste**. Toledo/PR. 16/12/2011. Disponível em: <http://www.jornaldooeste.com.br/cidade/estado/deputado-duilio-recebe-comenda-do-pinheiro-nesta-segunda-feira-14198/>. Acessado em: 20/07/2014.

¹⁵¹ LANGARO, J. F. Do Pouso Frio à vila Boa Esperança: Transformações urbanas nas memórias e narrativas orais de trabalhadores de Toledo-PR (décadas de 1970 e 1980). In: **XXVII Simpósio Nacional de História/ANPUH Brasil**. Conhecimento Histórico e diálogo social. 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363925246_ARQUIVO_TrabalhoCompletoJianiFernoLangaro_SNH2013_.pdf. Acessado em: 20/07/2014.

¹⁵² João nasceu no município de Alto Piquiri, próximo a Toledo, para onde seus pais se mudaram em 1961. Ali, inicialmente, compraram um terreno na Vila Operária, bairro de trabalhadores da cidade, surgido ainda na década de 1940, em princípios da formação urbana de Toledo. Após, sua família comprou um dos sítios que existiam no chamado Pouso Frio. Cf. LANGARO, J. F. Do Pouso Frio à vila Boa Esperança: Transformações urbanas nas memórias e narrativas orais de trabalhadores de Toledo-PR (décadas de 1970 e 1980). In: **XXVII Simpósio Nacional de História/ANPUH Brasil**. Conhecimento Histórico e diálogo social. 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363925246_ARQUIVO_TrabalhoCompletoJianiFernoLangaro_SNH2013_.pdf. Acessado em: 20/07/2014.

¹⁵³ João, pedreiro, morador do bairro Boa Esperança de Toledo-PR. A entrevista foi realizada em 20 de janeiro de 2010, quando ele possuía 49 anos de idade. Entrevista realizada por J. F. Langaro.

¹⁵⁴ LANGARO, J. F. **Do Pouso Frio à vila Boa Esperança: Transformações urbanas nas memórias e narrativas orais de trabalhadores de Toledo-PR (décadas de 1970 e 1980)**. op. cit.

Neto (PMDB) que tomou posse em 1983¹⁵⁵, após o fim do mandato do Duílio Genari, publicou até mesmo uma revista para divulgar a atuação do prefeito neste processo. A revista se intitulou “Toledo: Comunidade no Poder” e é composta por cinco números.

O primeiro número foi publicado em fevereiro de 1985 e se intitula: “Toledo: Comunidade no poder – Um balanço de dois anos de trabalho – Democracia: participação e emprego pleno”. O segundo número foi publicado em fevereiro de 1986, e já continha textos apontando para a “solução após mais de 30 anos” do Pouso Frio. O terceiro número foi publicado em fevereiro de 1987, intitulado “4 anos – Toledo: Comunidade no Poder – Participação e Democracia”. Também apresentou um extenso texto sobre as transformações iniciadas no Pouso Frio, indicando “a atuação política na defesa do social”, com o realinhamento de postes, extensão da rede de energia elétrica entre outros serviços. Na argumentação apresentada no texto, a atuação desta gestão se contrapõe à gestão anterior:

Situado na periferia da cidade, nas Vilas Brasil e Pioneira, onde moram mais de 22 mil toledanos, que até 1983, não tinham garantia de propriedade do imóvel onde residem e nenhuma infraestrutura sanitária. Graças ao trabalho conjunto desenvolvido, em que a Prefeitura assumiu a luta da comunidade residente naquela área e buscou os recursos necessários, a situação começa a mudar. Dos 2.281 lotes existentes, 382 já estão com escritura definitiva, 1.100 com contratos legais, fornecidos pela Prefeitura, e os restantes 800 em fase de elaboração de contratos.¹⁵⁶

Além destas ações, afirmam ter realizado o realinhamento, alargamento e abertura de ruas; extensão da rede de energia elétrica; relocação de postes e hidrômetros; relocação, rebaixamento e extensão da rede de água; realinhamento de cercas e muros; drenagem de áreas alagadiças, recuo e transporte de casas e prolongamento de bueiros e galerias. Isto feito na gestão do prefeito Albino Corazza Neto, sempre em contraposição a suposta pouca presença de intervenção da gestão municipal anterior a 1983.

As transformações realizadas aparecem como resultado do posicionamento do prefeito Albino Corazza Neto, disposto a mudar a realidade dos moradores do Pouso Frio e de todos os habitantes “carentes” da cidade. Contraditoriamente, em outro texto, publicado no primeiro número da revista, seu protagonismo pode ser questionado:

¹⁵⁵Albino Corazza Neto atuou como prefeito em Toledo entre 1983 e 1988 e novamente entre 1993 e 1996. No primeiro mandato representava o PMDB, e no segundo o PDT.

¹⁵⁶ PREFEITURA Municipal de Toledo. **Revista Toledo Comunidade no Poder: 4 anos – Participação e Democracia**. 1987. p. 44.

No decorrer da caminhada muitas coisas aconteceram, e também a equipe por sua vez pôde aprender muito já que as organizações de cima para baixo logo foram se afogando já que muitas lideranças um tanto despreparadas haviam tomado a frente, mas com o decorrer do tempo as associações e movimentos foram se solidificando e se tornando independentes, servindo até de estímulo para o surgimento de outras; já então as associações de moradores e movimentos populares de bairros passaram a exercer pressão na luta por melhorias nos distritos e bairros.

Podemos fazer lembrar da luta da população do BNH Parizotto que em comissões esteve por 6 vezes no Gabinete do Prefeito até conseguir o acesso, que há três anos vinha reivindicando.

A luta da união das associações da grande Vila Pioneira pela escola Boa Esperança, que hoje funciona com três turmas tendo doze salas de aula; inúmeras lutas nos distritos reivindicando pontes, bueiros, estradas e outras melhorias.¹⁵⁷

Aqui o protagonismo do prefeito não parece tão evidente. São os moradores dos bairros que se organizam e buscam melhorar suas condições de moradia e acesso à cidade por meio das pressões realizadas ao poder público municipal – muitas vezes insistentemente, tendo em vista as recusas dos gestores públicos. Cabe destacar que o trecho acima, apesar de evidenciar a atuação dos moradores dos bairros, enfatiza a criação, pelo prefeito Albino Corazza Neto, em fevereiro de 1984, da Assessoria de Assuntos Comunitários. Esta Assessoria teria participado de “centenas de reuniões e lutas com os moradores, sempre com a coordenação de líderes de bairros e líderes de classe.” Mesmo ao apontar para atuação dos moradores, enfatizam a atuação do prefeito, que teria tentado sempre contribuir para a construção de uma “gestão democrática”, em que a comunidade estaria no poder.

O quarto número da revista foi publicado em fevereiro de 1988, intitulado “Toledo, 35 anos. Uma explosão de progresso.” Nesta publicação foi realizado um balanço da gestão de Albino Corazza Neto. O próprio prefeito afirmou em um dos textos: “Nossa maior obra no contexto dessas comemorações [...] pode ser considerada a solução para o drama das 2.443 famílias carentes da área antes conhecida como Pouso Frio e que, finalmente, estão conseguindo legalizar seus terrenos”¹⁵⁸.

Por fim, o quinto e último número foi publicado no final desta gestão, em dezembro de 1988. O título é bastante sugestivo: “1983-1988 – 6 anos de participação,

¹⁵⁷ PREFEITURA Municipal de Toledo. **Revista Toledo Comunidade no Poder**: Um balanço de dois anos de trabalho – Democracia: participação e emprego pleno. 1985. p. 20.

¹⁵⁸ PREFEITURA Municipal de Toledo. **Revista Toledo Comunidade no Poder**: Toledo, 35 anos. Uma explosão de progresso. 1988.

obras e democracia – Urgente Administração Toledo Comunidade no poder comunica: Final do mandato prefeito Albino Corazza Neto, Missão Cumprida. Agora Toledo cem por cento. Saudações. Viva Toledo”. Nesta revista novamente o processo de transformações urbanas e escrituração dos terrenos no Pouso Frio foi explorado:

Legalizar o chamado Pouso Frio foi um das mais árduas tarefas abraçadas pela administração de Albino Corazza [...]. As pessoas que “moravam” no Pouso Frio, viviam uma situação crítica. As 49 casas de ribeirinhos, que a cada enchente viam-se invadidas pelas águas do Rio Toledo, foram as primeiras a serem removidas. Os ribeirinhos tiveram suas casas transportadas até a Vila Boa Esperança, hoje complementada com a construção de 168 casas e com a legalização de 2.443 lotes, cujos proprietários agora possuem documentação de seu imóvel e a segurança de que não mais serão desalojados pelas águas ou mesmo por pendengas judiciais que envolviam a área ilegal.¹⁵⁹

Além da escrituração dos lotes do Pouso Frio, repetidamente mencionada, também foi destacado no documento a intensificação das atividades do Centro Social Urbano, no novo loteamento Boa Esperança, que entre outras coisas, atendia mais de 492 crianças (de 7 a 18 anos) por dia e a criação de módulos sanitários anexos às casas dos moradores que não dispunham de banheiro. Foram construídas 139 unidades: 57 no Jardim Europa; 64 na Vila Boa Esperança e sete em outros bairros¹⁶⁰.

No passado ou no presente evidencia-se a tentativa de alguns políticos locais de se associarem ao planejamento das transformações urbanas que ocorreram ao longo da década de 1980 em Toledo. Esta associação parece ter importância em momentos eleitorais em que se torna necessária a aceitação popular e o angariamento de votos. Mas não só isso. O conjunto de textos publicados em diferentes jornais e revistas locais

¹⁵⁹ PREFEITURA Municipal de Toledo. **Revista Toledo Comunidade no Poder: 1983-1988** – 6 anos de participação, obras e democracia – Urgente Administração Toledo Comunidade no poder comunica: Final do mandato prefeito Albino Corazza Neto, Missão Cumprida. Agora Toledo cem por cento. Saudações. Viva Toledo. 1988. p. 11.

¹⁶⁰ Outro levantamento produzido pela Prefeitura Municipal de Toledo, em setembro de 1988, procura demonstrar que proporcionalmente, muito mais foi feito nesta gestão e por iniciativa própria. Não é a toa que o ano delimitado é 1983, o ano da posse de Corazza. Considerando estes interesses, podemos avaliar a credibilidade de tais números. Independente de sua exatidão, as transformações que ocorreram no Pouso Frio, permitindo mudanças nos modos de vida de seus moradores, não podem ser ignoradas, nem a atuação deles neste processo histórico. No levantamento constata-se que 46% das ruas da sede do Município estavam pavimentadas (1.728.268,00m²), enquanto que 54% permaneciam sem pavimentação (2.066.690,00m²). Do total de área pavimentada, 56% (970.000m²) dela foi realizada entre 1966 e janeiro de 1983. E 44% (758.268m²) da pavimentação foi realizada entre 1983 e setembro de 1988. Em relação à rede de esgoto existente, o levantamento indica que 11% dela (13.020,00m) foi instalada até 1983. Os outros 89% da rede de esgoto (99.410,00m) foi instalada entre 1983 e 1988. No momento em que estes dados estatísticos foram produzidos, os pesquisadores assinalaram que mais 100.590,00m de rede de esgoto estavam sendo implantados. Este levantamento foi encontrado junto com outros documentos durante a pesquisa realizada no arquivo do Departamento de Cadastro da Prefeitura Municipal de Toledo.

contribui na construção de uma memória que enfatiza a atuação dos prefeitos municipais e os benefícios “concedidos” por estes protagonistas aos moradores sem atuação do Pouso Frio. Nesta memória construída, não cabe nenhuma ação organizada pelos próprios moradores no sentido de reivindicar e pressionar o poder público ou mesmo resistir a determinadas mudanças.

Da mesma forma, as condições de moradia e de acesso à cidade vivenciadas pelos moradores do Pouso Frio são apresentados constantemente como uma questão já resolvida. Os governos locais, muitas vezes com apoio dos meios de comunicação da cidade, têm estabelecido como socialmente superados as tensões e os conflitos mais intensos que fazem parte da sua história. “O Pouso Frio não existe mais”¹⁶¹ e com ele supostamente foram aniquilados os problemas relacionados à moradia em Toledo. Os conflitos presentes no processo não são reconhecidos e ainda são decretados como superados. As movimentações dos trabalhadores e as lutas organizadas por eles, não só por melhorias urbanas, como também por melhores condições de trabalho, foram e são ocultadas em muitos espaços.

As Indicações e Projetos de Lei, postos em diálogo com as entrevistas produzidas, os Livro Tombo e Livro Ata, nos permitem perceber como as reivindicações de moradores do Pouso Frio eram direcionadas muitas vezes aos sujeitos eleitos por eles no sentido de pressioná-los a mediar seus conflitos. Transformações urbanas reconhecidas como necessidades e direitos que facilitavam o acesso ao trabalho, à educação dos filhos ou ao lazer foram reivindicadas nos espaços possíveis: na Câmara Municipal de Vereadores ou nas Associações de Moradores e Amigos do Bairro. Entre os recursos utilizados, a pressão eleitoral de um conjunto significativo de trabalhadores, que mostraram sua expressividade, por meio de abaixo-assinados, por exemplo, em várias situações.

No próximo capítulo, os conflitos e negociações que caracterizaram o processo de escrituração dos terrenos e de reformas urbanas do Pouso Frio serão problematizados, com ênfase nas resistências dos trabalhadores às arbitrariedades dos projetos dos gestores públicos. Será discutido desde o processo inicial de identificação dos proprietários legais dos terrenos que compunham o Pouso Frio (e a posterior compra ou desapropriação dos mesmos pela Prefeitura Municipal), até a “doação” aos

¹⁶¹ O Pouso Frio não existe mais. Em seu lugar nasce a Vila Boa Esperança. **Tribuna do Oeste**. 17 de outubro de 1981. Outros dados da publicação não foram encontrados. O texto foi encontrado no Museu Municipal Willy Barth, como recorte do jornal, contendo apenas uma data indicando o nome do jornal e data de publicação.

trabalhadores que lá viviam. A abertura de ruas, o transporte e recuo de casas, as remoções de famílias, os asfaltamentos, entre outras transformações no bairro serão temas abordados.

CAPÍTULO III
ESCRITURAÇÃO DOS TERRENOS E REFORMAS URBANAS NO POUSO
FRIO
(décadas de 1970 – 1990)

Em maio de 2014, a administração municipal de Toledo, na figura do Prefeito Municipal Beto Lunitti – anunciou sua intenção de iniciar um processo de verticalização das casas populares em Toledo. Paralelamente à construção de 104 casas no Conjunto “Nascer do Sol”, no Jardim Maracanã, estava sendo projetada, pela primeira vez, a construção de 226 apartamentos, no bairro São Francisco. Segundo o prefeito, a verticalização destas habitações foi a alternativa encontrada diante do grande número de famílias “interessadas na construção da casa própria” (aproximadamente 9,5 mil famílias estão inscritas no Programa Habitacional Municipal) e o aumento do custo dos terrenos no município. Ao comparar os novos apartamentos com as casas geminadas construídas nos últimos anos, menciona as reclamações dos moradores em relação à falta de privacidade nestas áreas pequenas edificadas lado a lado, “sem qualquer cuidado com relação à acústica e privacidade dos moradores”¹⁶².

A partir desta iniciativa do poder público municipal, podemos indicar alguns elementos pertinentes para a reflexão sobre o problema da moradia em Toledo. Primeiramente, se tomarmos o número de famílias cadastradas em programas como o “Minha Casa, Minha Vida” na cidade – aproximadamente 9.500 – e supormos que cada uma destas famílias seja composta por ao menos três pessoas, temos aproximadamente 21,9% da população toledana inscrita nos programas habitacionais municipais¹⁶³. Para além destas famílias, têm ainda as que não estão inscritas (por motivos diversos, desde desconhecimento desta possibilidade, até não enquadramento nos critérios estipulados para participar) e as centenas de famílias que moram nas casas construídas pelo poder público municipal nos últimos anos, e não estão satisfeitas (a área é pequena e insuficiente para as necessidades da família; “não há privacidade”).

¹⁶² BETO quer trocar casas populares por apartamentos. **Gazeta Toledo**. Toledo, 8 de maio de 2014. Disponível em: http://www.gazetatoledo.com.br/noticia/4140/beto_quer_trocar_casas_populares_por_apartamentos. Acesso em: 09/12/2014.

¹⁶³ Conforme estimativa do IBGE, em 2014, a população de Toledo é de 130.295 habitantes. In: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=412770&search=parana|toledo>. Acesso em: 25/03/2015.

Este panorama expressa não apenas as dificuldades que os trabalhadores têm em adquirir uma casa para moradia, como também evidencia a insuficiência das políticas públicas municipais, que não são recentes e datam de aproximadamente quatro décadas.

O Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Estado do Paraná (INOCOOP/PR) representado por Honório Petersen Hungria, Presidente da Comissão de Concorrência, por exemplo, publicou o Edital N° 05/73, em 15 de novembro de 1973, comunicando a construção de 120 casas na cidade de Toledo para a Cooperativa Habitacional de Toledo e a possibilidade de envio de propostas por parte das empresas interessadas em participar deste projeto. Anexado ao edital citado, outros documentos faziam referência ao processo de planejamento da construção destas casas. A preocupação presente em ofícios trocados entre Honório P. Hungria e o prefeito Egon Pudell no decorrer do ano de 1972, referia-se à necessidade de um estudo sobre o arreamento e loteamento, além da instalação de uma rede de distribuição de água no loteamento das chácaras 2, 3 e 4 da zona suburbana da cidade – situada nas proximidades do Frigorífico Pioneiro/S.A. e da Rua Dom Pedro II. Para construir as 120 casas nesta área, Waldemar Rossoni, proprietário desta área, foi desapropriado ¹⁶⁴.

As dinâmicas estabelecidas para a construção das habitações populares mantêm algumas similaridades. Entre elas, a separação entre o planejamento das construções e os desejos e expectativas dos trabalhadores sem moradia própria. A escolha do terreno, o planejamento do tamanho e disposição das casas, entre outros elementos importantes na construção dos modos de vida dos futuros moradores, compõe um projeto que é elaborado sem a participação destes sujeitos. O que de nenhum modo os impede de reclamar, protestar e reivindicar melhorias para as suas moradias e para o seu bairro.

Neste capítulo, especificamente os conflitos e negociações que caracterizaram o processo de escrituração dos terrenos e transformações urbanas no Pouso Frio serão analisados, com ênfase nas resistências dos trabalhadores às arbitrariedades dos projetos dos gestores públicos. Será discutido desde o processo inicial de identificação dos proprietários legais dos terrenos que compunham o Pouso Frio (e a posterior compra ou desapropriação dos mesmos pela Prefeitura Municipal), até a “doação” aos trabalhadores que lá viviam. A abertura de ruas, o transporte e recuo de casas, as

¹⁶⁴ INOCOOP. Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Estado do Paraná. C. n°887/72. 27 de junho de 1972; INOCOOP. Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Estado do Paraná. C. n°888/72. 27 de junho de 1972. Curitiba, 1972; TOLEDO (Município). Ofício n°368-2-72-A, 2 de agosto de 1972. Curitiba, 1972; INOCOOP. Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Estado do Paraná. C. n°1219/72. 23 de agosto de 1972. Curitiba, 1972; TOLEDO (Município). Ofício 336/72, de 26 de agosto de 1972; Curitiba, 1972.

remoções de famílias, os asfaltamentos, entre outras transformações no bairro serão temas abordados.

As tentativas de identificar os sujeitos que tinham as escrituras dos terrenos que compunham o Pouso Frio, acompanhadas da desapropriação e/ou compra de diversas áreas deste espaço pela Prefeitura Municipal de Toledo se iniciou na década de 1970 ¹⁶⁵.

Duílio Genari (ARENA), prefeito municipal de Toledo no período ¹⁶⁶, em 18 de novembro de 1980 escreveu ao Juiz de Direito da Vara Civil da Comarca de Toledo, informando o depósito do valor oferecido pela metade do Pouso Frio pertencente às Indústrias Lupion Ltda e David Wille Lupion: Cr\$100.000,00 ¹⁶⁷. No texto retoma alguns elementos que compõe o Decreto n° 90/75 de 18 de novembro de 1975 e argumenta que,

[...] como é do conhecimento público o imóvel em tela vem sendo ocupado a mais de vinte anos, mais de mil famílias que ali se localizaram, vivendo na mais completa promiscuidade e em consequência dado a aglomeração em que vegetam causam sérios problemas entre si bem como junto à sociedade a qual pertencem. 5. Que em consequência dessa situação calamitosa tornaram-se manchetes de jornais e programas policiais radiofônicos. [...] 7. Que, apesar de lá residirem mais de 1000 famílias nenhum cadastro no Departamento da Receita da Municipalidade existe, nada arrecadando o Município com referência a impostos ou taxas, pois como já foi dito, naquela área somente residem posseiros, e somente agora foi possível saber a quem a mesma foi escriturada. 8. Que, face ao exposto, procura o Poder Público Municipal através da presente medida colocar um paradeiro naquela situação angustiante, doando a terra aquele que efetivamente a ocupar, abrindo ruas, providenciando instalação de água e energia elétrica, fatores essenciais que contribuirão para a normalização da vida daqueles que lá residem, dando-lhes assim

¹⁶⁵ Parte das fontes citadas ao longo do texto foi pesquisada no Arquivo da Câmara Municipal de Toledo. Os documentos produzidos naquele espaço foram organizados da seguinte maneira: há dois blocos de armários móveis, com sensores que o fecham automaticamente e leitor de digitais, além de senha numérica. Cada bloco acopla quatro armários. Cada armário possui uma pequena placa contendo informações a respeito dos tipos de documentos que nele contém. Algumas das placas, por exemplo, indicam que naquele armário foram arquivados os “Ofícios Expedidos” entre 1952 e 2008; “Indicações”, entre 1955 e 2008; “Requerimentos”, entre 1953 e 2008 e “Moções”, entre 1997 e 2000; “Atas das Sessões”, entre 1952 e 2008; “Projetos de Lei” entre 1953 e 1997; “Projetos de Lei” entre 1998 e 2008; entre outras. Para consultar tais documentos, tive que solicitar tal acesso através de um requerimento formal enviado ao Presidente da Câmara dos Vereadores, na época Adriano Remonti. Neste requerimento, além de informações pessoais e profissionais, foi necessário que eu expusesse o objeto de pesquisa e os principais objetivos. Com o pedido deferido, tive alguns horários agendados por funcionários da Assessoria Jurídica. Durante o processo de pesquisa fui acompanhada por um assessor legislativo – Lucas Ricardo Teodoro, que com um sistema de busca encontrou alguns documentos referentes a regularização do Pouso Frio e a implementação de políticas públicas neste bairro.

¹⁶⁶ Tomou posse em 31/01/1977 e deixou o cargo em 1983. Disponível em: <http://www.e-prefeituras.pr.gov.br/sites/prefeitura/CMToledo/historia/prefeito.htm>.

¹⁶⁷ O equivalente a 17 salários mínimos aproximadamente. Em novembro de 1980 o salário mínimo era de 5.788,80 cruzeiros. Cf. <http://www.uel.br/proaf/informacoes/indices/salminimo.htm>.

melhores condições de vida, pois na verdade são seres humanos, que como nos outros necessitam de amparo das autoridades devidamente constituídas.¹⁶⁸

O ex-prefeito assinala a presença de moradores no Pouso Frio desde ao menos o início da década de 1950, alcançando um número expressivo de famílias duas décadas depois. Também indica sua interpretação em relação aos modos de viver destes sujeitos: “vivendo na mais completa promiscuidade”, sugerindo que a “aglomeração” seria responsável por problemas sociais que atingiam a cidade como um todo. Podemos presumir que a violência é um destes problemas, que colocou estes trabalhadores nas “manchetes de jornais e programas policiais radiofônicos”. Aparentemente, a preocupação em “colocar um paradeiro naquela situação angustiante”, posicionamento que concebe os trabalhadores como sujeitos passivos a esperar o “amparo das autoridades devidamente constituídas”, se deve muito ao temor em relação a algumas práticas cotidianas dos trabalhadores, que muitas vezes regulam as relações sociais por eles construídas.

Luíza Xavier Padilha, atualmente com 81 anos, ao interpretar um conflito vivenciado pela sua família, indica algumas destas práticas sociais construídas pelos trabalhadores e criminalizadas pelos gestores públicos. Vieram de Alto Piquiri¹⁶⁹ para Toledo em 1963. Na cidade, ela e seu esposo compraram o que denominou de “direito de posse” de uma “chácara” de um alqueire com plantação de mandioca, próxima da Rua dos Pioneiros, no Pouso Frio. Apesar de naquele momento terem produzido um comprovante de compra e venda do terreno, este foi roubado de dentro de casa. Posteriormente – e inesperadamente –, seu marido foi convocado a comparecer na Delegacia de Polícia. Preocupada, Luíza acompanhou seu marido “que nunca brigou, nunca aconteceu nada, porque hoje vai acontecer isso de eles chamarem meu marido na delegacia? Ele nunca foi de confusão”¹⁷⁰. Sobre o que aconteceu na delegacia Luíza afirma que

¹⁶⁸ TOLEDO (Município). M.M. Juiz de Direito da Vara Civil da Comarca de Toledo. 18 de novembro de 1980. p. 3-5.

¹⁶⁹ Alto Piquiri é um pequeno município localizado na Mesorregião do Noroeste do Paraná, Microrregião de Umuarama. In: IPARDES. Relação dos municípios do estado ordenados segundo as mesorregiões e as microrregiões geográficas do IBGE. Paraná, 2012. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_micros_mesos_parana.pdf. Acesso em: 25/03/2015.

¹⁷⁰ PADILHA, Luíza Xavier. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 02 de dezembro de 2014. Duração: 48:35 min.

A gente muitas das vezes... tem pessoas que matam o outro porque diz que é porque é bandido. Mas, às vezes, é por causa de um caso que acontece. Muitas vezes, o cara mata o outro sem sentido. Porque naquele tempo, se eu fosse um homem, eu tinha matado o homem dentro da delegacia. [...] O homem tomou a chácara nossa, rodeou tudo de arame, fincou palanque e depois foi na delegacia pra chamar meu marido, que meu marido tinha invadido a chácara dele. E perdeu tudo, porque eles deram cobertura pros vagabundos ¹⁷¹.

Ao ser acusado, Luíza afirma que seu marido se defendeu:

“Não, é muito engano! Eu estou nessa idade, mas nunca precisei pegar o que é dos outros, e nem tomar. Por isso eu trabalho, tenho minha família, tenho meus filhos que eu preciso tratar, mas eu trabalho. Não preciso de nada que é dos outros. A chácara é minha, eles que invadiram. Pegaram e rodearam tudo de arame. Cercaram tudo e agora tão me chamando aqui”. Daí meu marido falou, “isso aqui é Pouso Frio, eu tenho direito!” ¹⁷².

Luíza, ao recriar as falas de seu marido, interpreta a subjetividade dele e ao mesmo tempo constrói a sua própria. Alessandro Portelli, ao problematizar as narrativas construídas por diferentes personagens históricos no artigo “A filosofia e os fatos” ¹⁷³, indica que as narrações dos sujeitos apresentados – assim como a de Luíza – são histórias de construção da subjetividade pessoal através da interpretação da subjetividade de terceiros e da dimensão subjetiva das realidades históricas: no caso de Luíza, os conflitos por terrenos no Pouso Frio. Ao atribuir ao marido a indignação ao ser acusado de ter invadido uma propriedade, aponta elementos que compõem um conjunto de valores por ela reconhecido: o respeito à propriedade alheia e a dedicação ao trabalho e à família.

A entrevistada também aponta um complexo horizonte de possibilidades ao afirmar que – “se fosse um homem” – teria respondido de uma forma que podemos avaliar como violenta a uma situação constrangedora, difícil e também violenta. Ao indicar como agiria “se fosse um homem”, indiretamente questiona a atitude do marido ao perder o terreno. Sua fala e sua interpretação sobre aquela situação vivida sugerem que o encaminhamento do conflito poderia ter sido outro, inclusive criminalizado – este procedimento narrativo oferece, não um esquema de experiências comuns, mas um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. E certamente “entrar na

¹⁷¹ PADILHA, Luíza Xavier. op. cit.

¹⁷² PADILHA, Luíza Xavier. op. cit.

¹⁷³ PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro: vol. 1, n.º.2, 1996.

justiça”, por exemplo, não era uma possibilidade, até porque não havia “provas” a seu favor. Apesar disso, Luíza indica que “estava todo mundo de prova” e ainda menciona o carro de bois e o dinheiro dados pela terra. Mas a palavra de amigos e vizinhos não bastava para atestar a veracidade do que diziam. O julgamento do delegado se fazia em outros termos – injusto no parecer da família de Luíza, que sofreu para consegui-la e consideravam aquela posse como um direito!

A narrativa de Luíza indica também expedientes utilizados na grilagem e na disputa pelo solo urbano diante daquele "mercado de terras" não escrituradas que era o Pouso Frio, com as tradicionais associações espúrias e promíscuas entre agentes privados e a polícia¹⁷⁴. A impressão é que o delegado não se preocupou em investigar o caso ou mesmo considerar o testemunho de Luíza e seu marido, o que demonstra que, também no Pouso Frio, o aparato policial foi utilizado para expropriar os trabalhadores.

As causas que motivaram este homem de acusar o marido de Luíza injustamente de ter “invadido” a tal chácara, prejudicando este casal com 15 filhos, são para nós desconhecidas. Independente disto, Luíza avalia que a justiça foi feita, tendo em vista que este senhor morreu há aproximadamente 10 anos:

[...] eu graças a Deus estou aqui ainda. E as minhocas já comeu ele faz muito tempo. O que que ele levou? Tomar aquilo de nós? Que nós trabalhemos, sentimos falta das coisas em casa, não podia comprar um pedacinho de carne pra família, pra gente comer tudo junto. Tinha que deixar aquele dinheiro pra pagar. E graças a Deus toda a vida a gente foi honesta¹⁷⁵.

Para Luíza, a solução da questão da disputa pela terra e da dignidade familiar ferida poderia ter sido o assassinato de seu inimigo. Apresentava-se no seu horizonte de possibilidades, uma ação que mesmo criminalizada socialmente, regularia os conflitos vividos. A tentativa de “normatizar” a vida destas pessoas pode se apresentar como repressão e criminalização de determinadas práticas, desacompanhada de políticas que efetivamente contribuam para a melhoria da vida destes trabalhadores e permita a modificação e construção de novos valores.

¹⁷⁴ Vagner José Moreira ao investigar prontuários arquivados na Delegacia de Polícia de Fernandópolis/SP evidencia e problematiza a complexidade da questão fundiária, da disputa pela terra e da prática do despejo naquela região. Indica que o despejo de trabalhadores e a prática de grilagem de terra, muitas vezes com aval da polícia, foi utilizada intensamente em diversos Estados brasileiros, principalmente em regiões que passaram por valorização imobiliária. Cf. MOREIRA, V. J. **O levante comunista de 1949: memórias e histórias da luta pela terra e da criminalização dos movimentos sociais de trabalhadores no Noroeste paulista**. 1. ed. Cascavel-PR: Edunioeste, 2012.

¹⁷⁵ PADILHA, Luíza Xavier. op. cit.

Bertold Brecht, dramaturgo alemão, aborda sensivelmente esta questão na peça de teatro "A Santa Joana dos Matadouros", escrita no período entre guerras¹⁷⁶. Em uma das cenas, o corretor Sullivan Slift – personagem que representa na obra o *ethos* do capitalismo – se propõe mostrar a Joana Dark – a protagonista – a “maldade dos pobres”. Para isso, Slift provoca inúmeras situações em que trabalhadores agem com crueldade entre si em troca de algum benefício material. O posicionamento que Brecht atribui à Joana Dark ao final da jornada é tocante e coerente:

Se a maldade deles é infinita, infinita também
 É a sua pobreza. Não foi a maldade dos pobres
 O que você me mostrou, foi
 A pobreza dos pobres.
 Vocês me mostraram a maldade da gente pobre
 E eu lhes mostro o sofrimento da pobre gente má.
 Maldade, rumor infundado!
 És refutada pelo sofrimento no rosto.¹⁷⁷

Ao assinalar que o custo de um pouco de solidariedade muitas vezes pode ser muito alto para os trabalhadores, Joana Dark não está tentando justificar a “maldade dos pobres”, mas compreender estas práticas sem julgá-las. A malícia e a violência parecem estar, muitas vezes, intimamente relacionadas com as pressões e limites impostos pela própria organização social vigente. Certamente esta “maldade”, ou conjunto de práticas avaliadas por um grupo social como violentas e cruéis, não é inerente/natural a todo sujeito expropriado e explorado. Como na peça de Brecht, em que a “maldade dos pobres” é provocada e explorada por Slift, representante do *ethos* do capitalismo.

Cabe destacar que a violência não pode ser pensada apenas como fruto de “tensões” entre os trabalhadores, proveniente da necessidade de luta pela própria sobrevivência – competitividade causada e explorada pela classe dominante. Esta necessidade de garantir a reprodução material da existência traduz-se em situações aparentemente contraditórias. Sidney Chalhoub indicou que, se de um lado “temos um mundo do trabalho em geral conflituoso, onde os indivíduos competem com o intuito de garantir um meio de sobrevivência”, por outro lado, “esta necessidade de sobreviver se traduz também na construção de redes de solidariedade e ajuda mútua entre familiares, amigos e vizinhos, que visam viabilizar a reprodução da existência de todos”¹⁷⁸. Desta forma, as respostas construídas pelos trabalhadores frente às pressões vivenciadas são

¹⁷⁶ BRECHT, Bertold. **A Santa Joana dos Matadouros**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

¹⁷⁷ BRECHT, Bertold. **A Santa Joana dos Matadouros**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p 61.

¹⁷⁸ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. 3ª Ed. Campinas, SP: Unicamp, 2012. p. 150-151.

complexas, se revestindo ora de conteúdo de luta e de desagregação, mas também de solidariedade e de espírito comunitário.

As tensões manifestadas entre os trabalhadores, muitas vezes classificadas como violentas, podem ser também resultado da atitude de descrença dos trabalhadores de que as autoridades policiais e judiciárias possam arbitrar e mediar seus conflitos – “descrença esta nutrida por uma experiência cotidiana de arbitrariedades e violências das ditas autoridades”¹⁷⁹. A fala de Luíza aponta para outra possibilidade de resolução dos conflitos: a “privatização” destes conflitos, ou seja, a sua resolução a partir de ações promovidas pelos sujeitos envolvidos na disputa pelo terreno.

José Carlos Schiavinato, engenheiro civil, a convite do prefeito Duílio Genari em 1979, veio à Toledo participar da elaboração dos projetos que viabilizaram as transformações no Pouso Frio (alargamento de ruas, instalação de redes de esgoto e energia elétrica, remoções de casas, entre outras). Atualmente, Deputado Estadual no Estado do Paraná (pelo Partido Progressista/PP), foi prefeito da cidade de Toledo por dois mandatos (2005-2012). Sua atuação neste cargo foi marcada pela promoção de outras transformações urbanas na cidade: alargamento e asfaltamento de ruas, construção de avenidas e ciclovias, instalação de sinalizações de trânsito, etc. Segundo ele, “decisões técnicas” e “conciliações técnicas com as políticas”¹⁸⁰.

Em entrevista concedida a autora, Schiavinato descreve e interpreta o que viu “do outro lado do rio” quando visitou o bairro em companhia de um sociólogo chileno, que teria sido convidado a fazer “uma análise social do empreendimento”, o qual Schiavinato não recordou o nome no momento da entrevista:

Eu acompanhei ele [o sociólogo] na visitação do antigo Pouso Frio, onde existiam apenas vielas, não se passava carro no Pouso Frio. Existiam vielas para se andar a pé ou de bicicleta. Era de chão batido onde as pessoas caminhavam, entre as cercas aleatórias das edificações nada organizadas. E nós estivemos lá junto com esse sociólogo chileno, e nós observamos que muitas edificações nesse local, observamos em duas edificações de igrejas que lá existiam, as paredes frontais estavam cravadas de balas. Tiros de revólver. E ele comentou sobre essa peculiaridade que nós observamos naquele local. Uma vez que o local era confinado e não existia possibilidade de defesa, da polícia entrar no local, muitas pessoas de má índole se abrigavam naquele local. A comunidade era composta por pessoas

¹⁷⁹ CHALHOUB, Sidney. op. cit. p. 303.

¹⁸⁰ COM experiência de Executivo, Schiavinato assume Legislativo nesta quinta feira. **Gazeta de Toledo**. 31/12/2014. Disponível em: http://www.gazetatoledo.com.br/NOTICIA/12119/COM_EXPERIENCIA_DE_EXECUTIVO_SCHIAVINATO__ASSUME_LEGISLATIVO_NESTA_QUINTAFEIRA#.Vdh-w_IViko. Acessado em: 22/08/2015.

trabalhadoras, mas pessoas de má índole se abrigavam lá e causavam uma imagem negativa para aquele aglomerado de pessoas. E o sociólogo nos afirmou, com muita segurança, que no momento que nós iniciássemos a urbanização do espaço, isso tudo seria resolvido naturalmente. No momento que você fizesse as ruas, a polícia teria acesso e logicamente essas pessoas de má índole que se abrigavam lá, elas iam procurar outras localidades. E realmente isso aconteceu. Na medida em que se foi urbanizando o Pouso Frio, foi melhorando as condições de vida das pessoas, e logicamente só as pessoas de bem ficaram, permaneceram naquele espaço.¹⁸¹

Schiavinato, fazendo uma leitura do espaço que visitou – que não lhe era familiar – julgou-o como composto por sujeitos distintos: “pessoas de bem” e “pessoas de má índole”, construindo uma imagem sobre o Pouso Frio e seus moradores. Certamente, é uma interpretação equivocada, mas que orientou também as transformações urbanas que projetou para a cidade enquanto atuou como prefeito. As experiências dos trabalhadores indicam outros caminhos de análise. Suas experiências nos permitem identificarmos que agem diferentemente em situações distintas. Luíza, que usa a morte do inimigo como símbolo de justiça, certamente se considera uma “pessoa de bem”. As condições vividas pelos trabalhadores no Pouso Frio, somadas as experiências de exploração no trabalho e espoliação urbana¹⁸² vividas naquele lugar e em outros ainda, permitiram a construção de determinados modos de agir, valores e expectativas, em relação ao viver em comunidade que podem ter sido julgadas pelos outros moradores da cidade, como hábitos violentos. Quando a “civildade” de engendrar um processo judicial não é possível (por descrédito a esta possibilidade ou por falta de informação e/ou condições econômicas), por exemplo, a agressão ou o assassinato permitem a solução de conflitos, como a disputa pela terra – o que será interpretado pelos que assistem, como um ato selvagem e bárbaro, destituído de um sentido social. Em relação à mudança percebida pelo engenheiro civil no Pouso Frio antes e depois das transformações urbanas, cabe destacar que, o acesso da polícia ao bairro pode ter permitido maior repressão aos sujeitos que apresentavam comportamentos tidos como violentos.

¹⁸¹ SCHIAVINATO, José Carlos. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 12 de agosto de 2014. Duração: 25:45 min.

¹⁸² A espoliação urbana é uma noção que se refere, inicialmente, à ausência ou precariedade de serviços de consumo coletivo (como água encanada, ruas pavimentadas, escolas, postos de saúde) que, junto com o acesso à terra, se mostram socialmente necessários à reprodução urbana dos trabalhadores. É uma produção histórica que, ao se alimentar de um sentimento de exclusão, produz uma percepção de que algo (bem material ou cultural) está faltando e é socialmente necessário. Cf. KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 107.

Retornando ao texto de Duílio Genari, outra preocupação presente, além da exposta acima, é a não arrecadação de impostos e taxas pela Prefeitura Municipal, tendo em vista que os moradores do Pouso Frio não tinham nenhum cadastro no Departamento da Receita da Municipalidade. Todos estes argumentos parecem ter pesado na decisão do Juiz de Direito da Vara Civil da Comarca de Toledo, que deu parecer favorável às desapropriações necessárias para a dita “regularização” da área do Pouso Frio ¹⁸³.

Em 23 de novembro de 1981 foi aprovado o Projeto de Lei 37/81 ¹⁸⁴. Transformada em lei em 04 de dezembro do mesmo ano, os vereadores autorizavam por meio dela, o Poder Executivo Municipal a proceder à aquisição de duas áreas (28.000m² e 46.400m²¹⁸⁵) situadas no denominado Pouso n° 5 (Pouso Toledo), uma de propriedade de Lotário Bracht e outra de Ivo Zenni e Natalino Vendramin. Tais áreas seriam loteadas e “destinar-se-ão ao deslocamento de casas que serão atingidas para abertura de ruas no Pouso n°5, quando da implantação do Projeto CURA” ¹⁸⁶.

O Projeto Cura (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada) foi criado em 1972 pelo BNH (Banco Nacional da Habitação). Ermínia Maricato, ao pesquisar as políticas habitacionais implantadas durante a ditadura civil militar ¹⁸⁷, identificou que a partir da década de 1970 o BNH, que anteriormente priorizou a construção de habitações, passou sistematicamente a orientar seus recursos para o financiamento de governos estaduais e municipais na produção de obras de infraestrutura urbana –

¹⁸³ O processo se estendeu ainda por alguns anos, devido ao desacerto em relação aos valores a serem pagos por alguns terrenos. TOLEDO (Município). Autos n° 1313/80. Gabinete do Juiz de Direito da Vara Civil da Comarca de Toledo. 27 de dezembro de 1985; TOLEDO (Município). Apelação Cível n°877/86 da Comarca de Toledo – Vara Cível. Curitiba, 2 de dezembro de 1986. Arquivos do Departamento de Cadastro da Prefeitura Municipal de Toledo.

¹⁸⁴ Já havia o Projeto de Resolução n° 007/80 de 15 de outubro de 1980, transformado na Resolução n°5 de 16 de outubro de 1980, que criou uma Comissão Especial para viajar a Curitiba e Brasília para tratar de assuntos específicos. Na capital federal, um dos objetivos era “verificar, junto ao INCRA e ao Ministério da Agricultura, a situação de processo de desapropriação do Pouso Frio e solicitar apressamento do seu despacho final.” A Comissão foi composta por três vereadores: Luís Fritzen (PDS), Wilmo Barcellos Marcondes (PMDB) e Jair Frasson (PDS).

¹⁸⁵ Situada na Avenida Maripá, 982, Vila Pioneira.

¹⁸⁶ Várias áreas foram desapropriadas. Algumas são citadas no decorrer do texto. Uma delas, por exemplo, foi desapropriada legalmente pelo Decreto N° 084/85, de 6 de novembro de 1985, que “declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel localizado na cidade de Toledo e dá outras providências”. O imóvel tinha uma área de 216 m² e localizava-se nos lotes n° 493, 667 e 685, da quadra n° 053, do loteamento Boa Esperança I, e foi “atingido pela abertura da Rua Laurindo Salvador”. A área do imóvel se destinou a “abertura e melhoramentos em via pública, bem como a execução de planos de urbanização”. TOLEDO (Município). Decreto n° 084/85, de 6 de novembro de 1985. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel localizado na cidade de Toledo e dá outras providências. **Leis diversas**. p.1-2, 1985. Arquivo do Departamento de Cadastro da Prefeitura Municipal de Toledo.

¹⁸⁷ MARICATO, Ermínia. **Política Habitacional no Regime Militar**. Do milagre brasileiro à crise econômica. Editora Vozes. Petrópolis, 1987.

implantação ou melhoria do sistema de abastecimento de água e esgoto sanitário, sistema viário e pavimentação, rede de distribuição de energia elétrica, transporte, comunicação, educação e cultura, serviços públicos, entre outros. Essa tendência crescente de financiar o desenvolvimento urbano atingiu seu auge em 1976, o que consolidou o BNH como maior agente nacional de política urbana ¹⁸⁸.

Aparentemente, o que justificou esta investida foram as inúmeras críticas e fracassos dos empreendimentos populares realizados pelo BNH até aquele momento ¹⁸⁹. Para isso o BNH buscou agentes com capacidade para fazer frente às dívidas corrigidas com juros e correção monetárias fixadas pelo banco: os governos estaduais e municipais. Maricato aponta algumas medidas que permitiram a estrutura do Banco adequar-se às novas funções ¹⁹⁰. Entre elas a criação, em 1968, do Sistema Financeiro de Saneamento – SFS – que tinha o BNH como órgão central e a instituição do Financiamento de Saneamento (FINANSA) com subprogramas voltados para implantação ou melhoria de sistemas de abastecimento de água, de esgotos ou de drenagem e poluição hídrica. Em 1969 o BNH foi autorizado a aplicar recursos do FGTS nos sistemas de abastecimento de água e esgotos, e em 1971 foi criado o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) elaborado para regular e dinamizar os planos e obras. Também neste ano o BNH passou a funcionar como empresa pública vinculada ao Ministério do Interior, o que lhe permitiu desenvolver uma política voltada para obras urbanas. Neste sentido, criou projetos como o CURA, em 1972, já mencionado. Segundo Maricato, o projeto CURA,

[...] em suas justificativas plenas de boas intenções traz o estímulo ao adensamento da população urbana até níveis tecnicamente satisfatórios, assim como eliminar a capacidade ociosa dos investimentos urbanos e reduzir os efeitos negativos da especulação imobiliária urbano capitalista, ou seja, a geração da renda imobiliária devido à localização de imóvel em área beneficiada por investimentos públicos. Nem sempre (ou quase nunca) o efeito conseguido é o que preconizam as “boas intenções” dos técnicos, mas nesse caso, por exemplo, pode-se obter o efeito contrário, ou seja, de alimentar a especulação imobiliária ¹⁹¹.

¹⁸⁸ Uma política que, segundo Maricato, certamente foi traçada pelo interesse das empresas de construção pesada e de algumas empresas internacionais fornecedoras de equipamentos para transportes, energia, saneamento, entre outros agentes. In: MARICATO, Ermínia. op. cit. p. 39.

¹⁸⁹ Maricato indica que a inadimplência (3 meses de atraso nas prestações) atingiu aproximadamente 30% do total de mutuários entre 1971 e 1974. In: MARICATO, Ermínia. op. cit. p. 38.

¹⁹⁰ MARICATO, Ermínia. op. cit. p. 34.

¹⁹¹ MARICATO, Ermínia. **Política Habitacional no Regime Militar**. Do milagre brasileiro à crise econômica. Editora Vozes. Petrópolis, 1987. p. 35.

Maricato aponta, como exemplo, o caso da cidade de Londrina, onde a aplicação do Projeto CURA constituiu num incentivo à especulação imobiliária. O Projeto favoreceu aos proprietários privados que já moravam na área ou aos que adquiriram terreno nela durante o período de elaboração do plano. Na cidade de Toledo, a abertura e pavimentação de ruas no Pouso Frio, a instalação de redes de água, energia elétrica e esgoto, além do acesso a outros serviços públicos, aumentou significativamente os valores dos terrenos na área anteriormente desvalorizada, estigmatizada e desprovida de qualquer infraestrutura, que era o Pouso Frio.

A implementação do Projeto CURA em Toledo também sanou outras preocupações dos gestores públicos e dos grupos que representavam. José Carlos Schiavinato, sobre o Projeto Cura, interpreta que

[...] foi o maior projeto assinado pelo BNH – o extinto BNH – com municípios do interior do Brasil. Luís Antônio Parigot de Souza, filho do ex-governador Parigot de Souza, é quem assinou e liberou esse recurso pro município de Toledo, pra poder fazer a urbanização de toda essa área – que na ocasião era tida como um grande aglomerado urbano desordenado – que existia em Toledo e chama-se Pouso Frio. Era oriundo do Pouso Número 5, pela ocupação sem título de propriedade por famílias naquela época. Por isso esse programa foi implantado e foi aceito pelo BNH – Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada – pela necessidade de urbanização de uma área que era ocupada por trabalhadores que atendiam o município de Toledo. Principalmente atendiam a Sadia. E dentro dessa área tinha o conjunto habitacional. Que era o Conjunto Habitacional Atílio Fontana. Tinha escola, tinha unidade de saúde. Era uma área urbanizada inicialmente pela prefeitura, com alguns equipamentos, mas carente de muitas ações públicas e carentes da urbanização por inteiro. Fizemos todos os projetos técnicos, esses projetos foram assinados. O prefeito da época era o Duílio Genari, contou com o apoio do deputado federal Mazurek, e do deputado estadual Egon Pudell. O projeto foi muito difícil de assinar porque era um financiamento com 20 anos de prazo pra pagar oferecidos à municípios que tinham realmente a necessidade de fazer a implantação de programas como aqueles. E nesse contexto englobava também a unidade da Sadia. Porque ela não tinha urbanização. A rua São João era de pedra irregular, um trecho bem estreito. Nós tínhamos problema de inundação no rio Toledo... Uma série de problemas nessa área. Tinha um problema de escoamento de águas pluviais muito sério. Quando chovia a comunidade que morava muito próximo da Sadia, não conseguia chegar na Sadia. Dificilmente conseguia ir a pé, porque não tinha estrada. Não tinha rua, era tudo lama. O Pouso Frio não tinha malheamento urbano, era um aglomerado de casas desordenado. Fizemos todos os projetos, obedecendo essa ordenação,

pra que se tirasse o menor número possível de habitações no momento de implantarmos as ruas ¹⁹².

José Carlos Schiavinato constrói uma interpretação que explica este processo histórico a partir da decisão e ação de poucos personagens – deputados e outros gestores públicos – estes desvinculados de quaisquer relações efetivas com o Pouso Frio e as expectativas de seus moradores. Omite os processos de reivindicação e luta por melhorias no bairro e oculta a atuação de tantos trabalhadores. Ainda cala sobre os conflitos e dificuldades que tais decisões políticas, camufladas como “técnicas”, provocaram entre os trabalhadores e demais sujeitos envolvidos naquele processo.

Ao interpretar a forma como os trabalhadores do Pouso Frio organizaram suas habitações no Pouso Frio, como um “aglomerado desordenado”, interpreta a implementação do Projeto CURA como benéfica ao conjunto dos moradores da região, principalmente os que trabalhavam na Sadia. Logicamente, as modificações no bairro, como o alargamento e asfaltamento das ruas favoreceu também o frigorífico presente nas proximidades. Certamente, os interesses pelas transformações no Pouso Frio – próximo a maior fábrica da cidade e onde moravam os trabalhadores – não se restringiam a intenção de melhorias nas condições de moradia destes sujeitos. Se assim o fosse, eles teriam sido consultados. Também era interesse disciplinar (por meio da repressão, como já indicado) e garantir que estes trabalhadores pudessem chegar ao trabalho, todos os dias, no horário determinado ¹⁹³.

O Projeto de Lei N° 37/81, mencionado acima, é acompanhado da Mensagem N° 033/81, de 23 de novembro de 1981, de autoria do prefeito Duílio Genari que se refere ao Projeto CURA novamente. Na Mensagem, indica a importância da aprovação deste Projeto de Lei para o Município, em especial para os moradores do Pouso N° 5, tendo em vista que “diversas casas residenciais, e mesmo comerciais, deverão ser atingidas com a abertura das referidas vias”. Também enfatiza que

Nossa intenção, desde que nos propusemos a regularizar aquela região, foi a de que lá mesmo permanecesse **a população que seria obrigada a se deslocar por causa da abertura das vias** necessárias. Por esse motivo é que estamos propondo a aquisição dessas áreas a

¹⁹² SCHIAVINATO, José Carlos. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 12 de agosto de 2014. Duração: 25:45 min.

¹⁹³ É pertinente investigar a construção do Conjunto Habitacional Atílio Fontana, pesquisa não realizada para compor esta dissertação. Ao que tudo indica, este loteamento foi planejado pelos gestores da Sadia para vender, em prestações, para os trabalhadores de suas fábricas. As casas foram entregues, após sorteios, aproximadamente em 1980.

fim de que, após escrituradas, possamos começar a receber recursos do Projeto CURA.¹⁹⁴

A narrativa do ex-prefeito Duílio Genari permite a identificação de alguns elementos que fizeram parte do processo de escrituração dos terrenos e transformações urbanas no Pouso Frio. Um deles diz respeito aos interesses do gestor público com a regularização desta área: receber recursos do Projeto CURA. Em Toledo, a possibilidade de efetivar contratos e convênios relacionados com os empréstimos, garantias e obrigações do Município, com o Banco Nacional de Habitação e seus agentes, foi aprovada por meio da lei nº 995/80 (Projeto de Lei nº 09/80), de 2 de junho de 1980.

Outro elemento evidenciado na Mensagem elaborada por Duílio Genari, diz respeito ao deslocamento de famílias para outros espaços do bairro, sem a participação destes sujeitos na escolha do novo local de moradia. Da mesma forma, o projeto de arreamento do Pouso, elaborado pela Divisão de Topografia, parece não ter considerado a disposição dos moradores em mudar-se, “população que seria obrigada a se deslocar por causa da abertura de vias”. A mudança de um lugar para o outro pode interferir significativamente nas redes de sociabilidades construídas, nas distâncias em relação aos lugares frequentados – trabalho, mercado, escola, entre outros.

A imagem a seguir, encontrada nos arquivos do Departamento de Cadastro da Prefeitura Municipal de Toledo, indica os locais para onde estas famílias estavam sendo deslocadas (região 5 e 6, mais escuras). Independente da região em que moravam, estavam sendo expulsas para os locais mais distantes do centro da cidade e dos acessos aos outros bairros.

¹⁹⁴ TOLEDO (Município). Mensagem Nº 033/81, de 23 de novembro de 1981. Duílio Genari. 1981. Arquivo do Departamento de Cadastro da Prefeitura Municipal de Toledo.

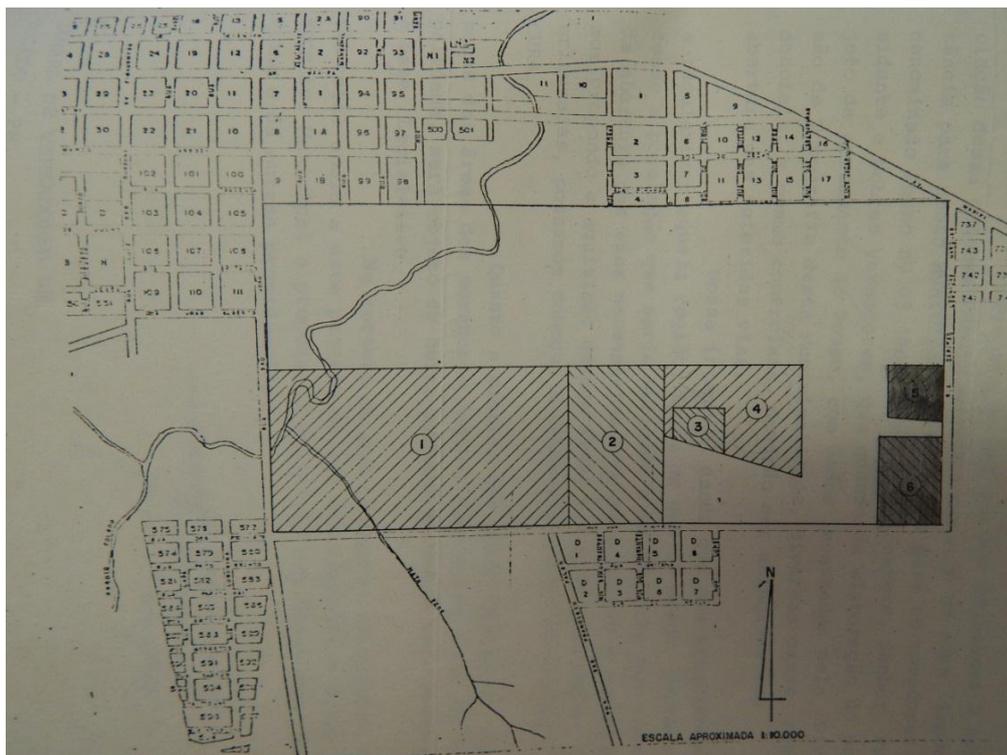


Figura 4: Mapa do Pouso Frio com algumas áreas em destaque. [1981?].

Fonte: Arquivo do Departamento de Cadastro da Prefeitura Municipal de Toledo¹⁹⁵.

O retângulo maior é a área total do Pouso Frio, chamado pelos gestores municipais, de Pouso N° 5 (Pouso Toledo). Este mapa, se por um lado indica as quadras e ruas de algumas regiões da cidade, por outro lado oculta os espaços construídos e as ruelas no interior do Pouso Frio, que aparece “em branco”. Dentro desta grande área, o retângulo n°1 representa os terrenos escriturados em nome da Frigobrás-CIA Brasileira de Frigoríficos. A área n°2 corresponde a Cooperativa Habitacional de Toledo. A área n°3 estava escriturada em nome da própria Prefeitura Municipal e a área n°4, à Olívio Michelin. A parte do Pouso Frio que está em branco no mapa estava escriturada em nomes de sujeitos diversos. Se imaginarmos uma divisória no retângulo maior, dividindo-o em dois, podemos identificar na metade de cima a área com escritura pertencente às Indústrias Lupion Ltda. A imagem abaixo facilita a identificação destes espaços.

¹⁹⁵ Esta imagem e a seguinte não estavam acompanhadas de identificação da data ou de quem as produziu.

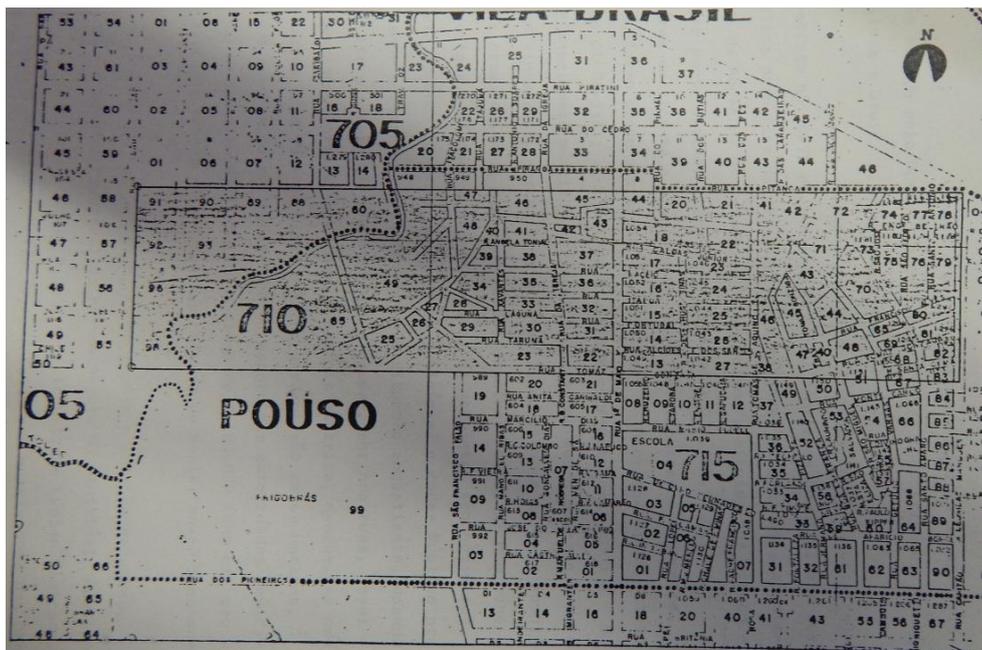


Figura 5: Mapa do Pouso Frio com quadras e ruas em evidência. [1981?]

Fonte: Arquivo do Departamento de Cadastro da Prefeitura Municipal de Toledo.

Nesta imagem os diferentes espaços do interior do Pouso Frio aparecem: quadras, ruas e a escola. Através da Lei nº 1070/82 foi autorizada a aquisição e posterior doação das áreas do “Pouso Toledo” que estão em branco no primeiro mapa. O Poder Executivo Municipal, por meio desta Lei, foi autorizado a proceder à aquisição, mediante escritura de compra e venda, destas áreas de terra, num total de 1.183.190,50m² – escrituradas em nome das Indústrias Lupion Ltda, Theodoro Mateos Soldatti e Henrique Jorge Isernhagen, pelo preço de Cr\$22.000.000,00¹⁹⁶. Após a aquisição da área, o Poder Executivo Municipal ficou também autorizado a lotear (ou re-lotear) a área, subdividindo-a em lotes urbanos, e a “transferir os mesmos aos proprietários, a qualquer título, possuidores de qualquer documento comprobatório de posse sobre as áreas [...]”¹⁹⁷.

Chama à atenção o aumento exorbitante do valor dos terrenos. No mesmo mandato, em novembro de 1980, Duílio Genari ofereceu Cr\$ 100.000,00 pela área escriturada em nome das Indústrias Lupion Ltda (1.000.872,50 m²). Dezesete meses depois oferece, por uma área pouco maior, um valor 220 vezes mais alto. E não é apenas uma questão de inflação, mas de especulação imobiliária. Enquanto a primeira

¹⁹⁶ Aproximadamente 1.844 salários mínimos. Em abril de 1982 o salário mínimo era de 11.928 cruzeiros. Cf. <http://www.uel.br/proaf/informacoes/indices/salminimo.htm>. Acessado em: 22/08/2015.

¹⁹⁷ TOLEDO (Município). Lei 1070/82, de 27 de abril de 1982. Autoriza a aquisição e posterior doação de áreas do Pouso Toledo e dá outras providências. **Leis diversas.** Prefeito Municipal Duílio Genari, 1982.

oferta equivalia a aproximadamente 17 salários mínimos, em abril de 1982 foi proposto o pagamento de mais de 1800 salários mínimos. E as transformações urbanas planejadas para Pouso Frio, paralelamente às remoções de trabalhadores e suas moradias estavam apenas no começo.

Cabe ressaltar que à esquerda do Pouso Frio encontrava-se o centro da cidade e o acesso aos outros bairros (antes do rio, como é perceptível no mapa). À direita, nos locais para onde as famílias mencionadas acima seriam removidas, o acesso à cidade e aos seus serviços, certamente se tornaria mais difícil, independente do lugar em que moravam anteriormente no Pouso Frio. Assim como a remoção dos “ribeirinhos”, moradores que viviam nas proximidades do Rio Toledo (à direita do mapa), estas ações reconstruíram o espaço do bairro com a intenção consciente de viabilizar a abertura de lojas comerciais nas proximidades do centro da cidade, implantar alguns serviços públicos e assim aumentar significativamente o valor dos terrenos.

Com intenções desconectadas das expectativas dos trabalhadores do bairro, os gestores públicos não conseguiram (apesar das tentativas) ocultar totalmente as disputas e conflitos que permearam este processo histórico. Percebe-se, por exemplo, na elaboração da Lei acima mencionada, como também em outras, “faíscas” que provocaram divergências e embates.

O Artigo n. 2 refere-se regularização dos lotes aos proprietários “possuidores de qualquer documento comprobatório de posse sobre as áreas”. Esta exigência provocou situações conflituosas, não só na década de 1980, como na década seguinte, como a vivida por Eduardo Flávio de Souza e sua família. Parte das experiências deste trabalhador e de seu genro foi registrada em alguns documentos arquivados no Departamento de Cadastro da Prefeitura Municipal de Toledo. Um dos documentos é um requerimento protocolado em 21 de agosto de 1989, destinado ao Prefeito Municipal Luiz Alberto Araújo, informando que Eduardo Flávio possuía um lote às margens do Rio Toledo, na Vila Operária (próxima ao Pouso Frio). No ano de 1988 ele requisitou autorização dos gestores públicos para construir sua residência no referido lote e não foi autorizado. A alegação para a recusa foi de que as margens do Rio Toledo foram reservadas para reflorestamento, e inclusive as casas que já estavam construídas foram removidas¹⁹⁸.

¹⁹⁸ Num relatório datado de 9 de agosto de 1988, intitulado “Legalização do Pouso Frio: Situação Geral dos Serviços Realizados”, consta que 48 casas foram reconstruídas “para socorro dos Ribeirinhos”. Além

Neste requerimento, datilografado, aparentemente redigido apenas com orientação do trabalhador, mas não por ele (tendo em vista o linguajar jurídico utilizado), há indicação que para solucionar o impasse os gestores públicos propuseram a permuta deste lote com outro da Prefeitura Municipal, localizado na Boa Esperança, antigo Pouso Frio. O que o trabalhador requeria, neste momento, era a legalização da permuta, tendo em vista que havia construído sua casa e necessitava de autorização para instalar água e luz – serviços públicos que neste momento passaram a ser visualizados por Eduardo Flávio como um direito e uma necessidade.

No verso do documento, uma anotação também datilografada, assinada por Eliane Rotta, datada de 10 de abril de 1990, segue transcrita abaixo:

O Departamento de Cadastro informa que conforme declaração dos vizinhos o Sr. Eduardo Flávio de Souza realmente morava nas margens do Rio Toledo local destinado a reflorestamento, sendo assim a Prefeitura o permutou com o lote nº323, Quadra nº52 Setor 710.¹⁹⁹

O requerimento de Eduardo Flávio parece não ter sido suficiente para comprovar a posse do terreno, sendo seus vizinhos consultados – autenticação que efetivamente não alterou a situação deste trabalhador. Abaixo, datado do mesmo dia, uma anotação manuscrita informa que para outorgar a escritura, há necessidade também de documentos que provem que houve permuta dos lotes descritos. Outra anotação, agora datada de 24 de abril de 1990, declara que

Considerando que o requerente não apresenta nenhuma documentação comprobatória de que era possuidor de imóvel denominado “pouso frio” ou “ribeirinho”; considerando as informações acima, nosso parecer é pelo indeferimento do requerido até que decorra o prazo prescricional aquisitivo do usucapião especial (5 anos).²⁰⁰

Se por um lado, serviços públicos como água e luz, passaram a ser considerados pela família de Eduardo Flávio como um direito e uma necessidade, o acesso a tais serviços estava restrito às condições colocadas pelo poder público municipal, provocando conflitos entre as partes. O Art.2, da Lei 1.070/82, ao permitir a

delas, mais 150 casas foram reconstruídas “para concretizar a legalização”. Arquivo do Departamento de Cadastro da Prefeitura Municipal de Toledo.

¹⁹⁹ TOLEDO (Município). Protocolo N° 10910, de 21 de agosto de 1989. Responsável: Noeuma. Destinada ao prefeito Luiz Alberto Araújo. Assinada por Eduardo Flávio de Souza. Anotações no verso do documento.

²⁰⁰ TOLEDO (Município). Protocolo N° 10910, de 21 de agosto de 1989. op. cit.

regularização dos lotes apenas aos proprietários “possuidores de qualquer documento comprobatório de posse sobre as áreas”, impediu que outros moradores que ocuparam terrenos sem adquiri-los de outro proprietário anteriormente e/ou ter produzido um contrato de compra e venda, não tivesse os mesmos regularizados, ou que tivessem dificuldades para isso.

No caso da família de Eduardo Flávio, foi apenas em 12 de março de 1992, que o Departamento de Cadastro informou que segundo pesquisas realizadas, “o lote do requerente era ribeirinho e que na época da regularização do Pouso nº5 foi removido todos os ribeirinhos e colocamos em lotes do município”. Na anotação abaixo, assinada pelo assessor jurídico João Carlos Poletto, datada do mesmo dia e também manuscrita, indica-se que

- 1) Entendemos que o requerente devia receber o mesmo tratamento dos demais que encontravam-se na mesma situação.
- 2) Se preencher os requisitos e as condições dos demais, nosso parecer é pelo deferimento.²⁰¹

Neste momento, o poder público municipal se posicionou diferentemente em relação ao conflito. Não se pode esperar que as diferentes gestões do poder público, compostas por sujeitos distintos, com experiências e projetos singulares, sejam homogêneas e dialoguem com os trabalhadores da mesma maneira. As relações sociais construídas pelos diferentes sujeitos que vivem na cidade são complexas, e as decisões tomadas pelo poder público municipal variam de acordo com os dirigentes e com as pressões sociais. Certamente, também não se resumem a conjunturas locais²⁰².

A situação deste morador e de sua família se mostra ainda mais complexa e conflituosa em uma declaração escrita a próprio punho por Antônio Graciani, genro de Eduardo Flávio de Souza, em quatro folhas arrancadas de um caderno pequeno. Antônio inicia a declaração informando que uma vez o terreno de seu sogro foi atingido por uma enchente e que a casa foi alagada. Sem articular com este primeiro trecho da declaração, informa que o terreno teria sido comprado pelo sogro, de um cunhado dele, e um contrato de compra e venda havia sido feito na época, mas não tinha escritura.

²⁰¹ TOLEDO (Município). Protocolo N° 10910, de 21 de agosto de 1989. Responsável: Noeuma. Destinada ao prefeito Luiz Alberto Araújo. Assinada por Eduardo Flávio de Souza. Anotações no verso do documento.

²⁰²LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001, p.97-98.

Aparentemente, Antônio avaliou que informar as condições e perigos daquela moradia poderia sensibilizar seu leitor para sua causa.

Na sequência, Antônio indica que no final de 1989, no fim do mandato do prefeito municipal Albino Corazza Neto, haviam pedido a ele para construir uma casa no terreno – pedido que foi negado, tendo em vista a possibilidade de novas enchentes no local. Recém-casado com a filha de Eduardo Flávio e morando de aluguel, havia comprado o terreno de seu sogro para construir uma casa. A negociação com o poder público municipal, representado pelo prefeito Albino Corazza Neto resultou em uma permuta: recebeu um lote na Vila Paulista (parte do antigo Pouso Frio). O candidato a vereador Irineu Recker intermediou as negociações, tendo “encaminhado os papéis” para a família de Antônio Graciani e Eduardo Flávio de Souza.

Como já foi evidenciado nesta dissertação, buscar a mediação de vereadores para a solução de conflitos relacionados à moradia e a infraestrutura urbana (transportes, saneamento, pavimentação, iluminação pública, equipamentos de educação e saúde), foi um elemento presente no repertório de organização e ação, individual ou coletiva, dos trabalhadores que viviam no Pouso Frio. O processo de permuta intermediado pelo vereador Irineu Recker, foi minimamente descrito por Antônio Graciani:

Trouxeram o desenho do mapa do terreno na casa de meu sogro levaram ele para ver o terreno que foi trocado. Nós gostamos deste terreno apesar de ser mais pequeno do que o outro. Para nós está bom porque não é beira rio. Mas o contrato outro terreno ficou na prefeitura ou sei lá para onde está só sei que o contrato do antigo terreno tem sim está aí. Eu preciso muito da documentação deste novo terreno porque meu valor está todo empatado aqui, meus anos de trabalho sofrido para construir um lugar para morar. Agora que tenho onde morar falta escritura. Tem asfalto para pagar sem documento não têm condições de pagar. Por isso peço a vocês que regularize para mim estes documentos deste terreno. Por que eu sou uma pessoa que gosto da coisa certa.²⁰³

Antônio, apesar de indicar que o terreno recebido é menor que o outro, afirma ter gostado da troca, por não ser à beira do rio. Cabe destacar a intenção específica que orientou a construção deste texto: declarar a importância e necessidade da escrituração de seu terreno para os gestores públicos. Tendo isto em vista, Antônio afirma estrategicamente o contentamento com a troca e afirma que o terreno antigo tinha sim um contrato de compra e venda que estaria na prefeitura municipal. Independente disto,

²⁰³ GRACIANI, Antônio. Declaração. Texto manuscrito. 4 p.

Antônio ressalta a importância da escritura do seu novo terreno: **o seu valor**, e não o do imóvel em si, mas os **seus anos de trabalho sofrido para construir um lugar para morar** estavam **empatados** ali. E ao afirmar que **seu valor** está **empatado**, Antônio expressa a angústia de um conjunto maior de trabalhadores que investem tempo e trabalho na melhoria de suas moradias, mas sem melhorias paralelas na infraestrutura do bairro e sem possibilidade de acesso a determinados serviços públicos, como água e luz, restritos aos terrenos escriturados.

Para concluir seu texto, Antônio aponta, cautelosamente, a cobrança injusta do asfalto, e adverte num tom de ameaça, que **sem documento não tem condições de pagar**. Como uma pessoa que gosta da “coisa certa”, percebe a escrituração do seu terreno como algo necessário, para que assim as “coisas estejam certas”. A legitimidade da escrituração do seu terreno não é avaliada nos mesmos termos que os gestores públicos. Se estes últimos esperavam que Antônio apresentasse um documento comprobatório do antigo terreno e/ou um documento comprobatório da permuta, este ressaltou suas experiências de **trabalho sofrido** na construção da sua moradia. Neste sentido, é o seu trabalho e a sua necessidade da moradia que legitimam a posse do terreno e a escrituração.

Outro requerimento endereçado ao prefeito municipal, datado de 8 de dezembro de 1994, indica que Wilson Pinto e Cleuza Pereira Pinto solicitavam também escritura de um terreno na Vila Boa Esperança IV (parte do antigo Pouso Frio). No verso do requerimento, como no de Eduardo Flávio, têm algumas anotações. Uma delas é a informação do Departamento de Finanças, de que havia pendências em nome dos requerentes de dois anos de IPTU e um ano de asfalto. Abaixo desta anotação, o parecer do Departamento de Cadastro é datado de 12 de dezembro de 1994, (portanto, um processo muito mais rápido do que o de Eduardo Flávio, que aparentemente durou mais de dois anos) e orienta que se proceda “da mesma forma ou critério adotado com os demais possuidores de imóveis do então “Pouso Frio””, além de “diligenciar com os vizinhos para obter informações seguras”. Anexado a este documento, outras três declarações de vizinhos registradas em cartório informando que o casal acima citado morava no referido terreno há mais de 6 anos – justamente um ano a mais do que o necessário para também conseguir a escritura do imóvel pela Lei de Usucapião²⁰⁴.

²⁰⁴ Usucapião urbana é uma das modalidades de aquisição da propriedade imóvel. Atualmente, aquele que possuir como sua área urbana até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o

A mensagem nº011/82, de 19 de abril de 1982, encaminhada à Câmara Municipal juntamente com o Projeto de Lei citado anteriormente, de autoria do prefeito Duílio Genari, possibilita o levantamento ainda de outras questões pertinentes:

Conhecido é dos Nobres Vereadores toledanos, como, ademais, de nossa população em geral, o problema da legalização da área urbana ora em questão. Também é conhecido sobremaneira o esforço das lideranças municipais, durante as últimas administrações, no sentido de abrir condições de solução para o impasse.

Amparados no esforço de tantos toledanos, em passado recente inclusive, vimos propor a presente solução como justa e viável, além de intensamente esperada por uma significativa população hoje residente no Pouso Toledo.

Além disso, devem os Poderes Municipais Constituídos considerar não somente os benefícios imediatos da legalização dos terrenos mencionados e sua doação aos proprietários a qualquer título, mas também as imediatas obras públicas a serem lá instaladas, tais como rede de água, de energia elétrica e iluminação pública conforme a demanda, o asfaltamento das vias e o inteiro direcionamento daquela área do perímetro urbano para a perfeita integração urbana.

Quaisquer impasses na solução ora proposta parecem-nos inteiramente prejudiciais, diante das perspectivas de melhora de vida à população lá instalada que traz o PROJETO CURA, ou diante simplesmente da cessão dos títulos de propriedade aos respectivos proprietários. Até porque as questões de ocupação de terra são hoje discutidas e legisladas a nível estadual e federal, com a intermediação de autoridades políticas, religiosas, sindicais e outras. Segue-se que tanto Legisladores quanto Administradores de nosso Município certamente não de sentir-se orgulhosos diante de uma solução, sempre que venha a beneficiar imediatamente a legalidade e a tranquilidade de usufruto da propriedade pelos cidadãos de competente direito.

Assim cremos inteiramente na pronta apreciação desse Projeto de Lei por V. Exa. E por seus Nobres Pares nessa Câmara Municipal, na certeza de uma concordância na aprovação do mesmo.

As últimas administrações as quais Duílio Genari se refere é a de Wilson Carlos Kuhn ²⁰⁵ e Egon Pudell ²⁰⁶, ambos de seu partido político. Em relação ao “esforço de tantos toledanos” na proposição desta “solução”, possivelmente o ex-prefeito se referia a estes e outros sujeitos ligados à política institucional. Acompanhando a narrativa, percebe-se o intento de implantação, paralelamente a escrituração dos lotes, de serviços

domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Art. 183 da Constituição Federal e a Lei nº 10.257/01 - Estatuto da Cidade. In: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/26413519/usucapiao>. Acessado em 12/12/2014. O terreno de Vilson e Cleuza tinha 319,37m². Se o critério de 250m² já existia em 1994, o casal de trabalhadores não poderia recorrer à esta Lei.

²⁰⁵ Tomou posse em 31/01/1973 e deixou o cargo em 1977. Disponível em: <http://www.e-prefeituras.pr.gov.br/sites/prefeitura/CMToledo/historia/prefeito.htm>

²⁰⁶ Tomou posse em 31/01/1969 e deixou o cargo em 1973. Disponível em: <http://www.e-prefeituras.pr.gov.br/sites/prefeitura/CMToledo/historia/prefeito.htm>

públicos como rede de água, de energia elétrica, iluminação pública e asfaltamento das vias. Tal intenção não é meramente boa vontade, mas proveniente de pressões populares anteriores. Da mesma forma, o “inteiro direcionamento daquela área do perímetro urbano para a perfeita integração urbana” parece ser uma resposta a lutas por direito à cidade, em parte evidenciadas nesta dissertação.

Na segunda metade da citação, o prefeito indica que qualquer impasse nesta “solução”, seria prejudicial, e pede a pronta apreciação do Projeto de Lei que acompanhava a Mensagem. Além de novamente indicar seus interesses no Projeto Cura, também lembra os vereadores que “as questões de ocupação de terra” estavam sendo amplamente discutidas naquele momento, com “a intermediação de autoridades políticas, religiosas, sindicais e outras”. Por isso o grande afã na “solução”, beneficiando “imediatamente a legalidade e a tranquilidade”. Parece-me que o surgimento de movimentos sociais múltiplos na década de 1980 por todo o país ²⁰⁷, que ganharam visibilidade também a partir de “autoridades políticas, religiosas, sindicais e outras”, exerceu pressões na forma como o poder público municipal de Toledo (e talvez de outras cidades) atuou em relação aos trabalhadores pobres. A preocupação com a imediata “solução” sugere se não a existência de movimentos sociais na cidade, ao menos o receio de possíveis conflitos.

Outro Projeto de Lei n. 035/83, de 10 de outubro de 1983, no mandato do prefeito Albino Corazza Neto (PMDB) ²⁰⁸, permite identificarmos a forma como a “solução” implantada na gestão anterior foi interpretada. Este Projeto de Lei, transformado na Lei n. 1150/83, estabeleceu critérios para a cobrança de tributo incidente sobre obras do Projeto CURA I. O Município ficou responsável por arcar com 40% das despesas decorrentes das obras de pavimentação. Os moradores, por sua vez, poderiam optar entre três formas de pagamento: a vista, com 10% de desconto; em quatro parcelas (uma entrada) sem alterar o valor total; ou em até cinco anos, com juros.

Na Mensagem que acompanhou o Projeto de Lei (Mensagem n° 027/83, de 10 de outubro de 1983), Albino Corazza Neto transcreveu parte do texto elaborado pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação quando foi autorizado o Município a participar do Projeto CURA, no primeiro semestre de 1980. Segue o trecho, com os grifos contidos no texto original:

²⁰⁷ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

²⁰⁸ Tomou posse em 01/02/1983 e deixou o cargo em 1988. Disponível em: <http://www.e-prefeituras.pr.gov.br/sites/prefeitura/CMToledo/historia/prefeito.htm>

O Projeto CURA representa, para a comunidade toledana que reside no chamado Pouso Frio, uma esperança de urbanização que atenda as aspirações e interesses desses toledanos, até agora, marginalizados dos frutos de um desenvolvimento que ainda discrimina. Essa urbanização, que não deve ser imposta nem paternalista, deve ter – como uma de suas finalidades sociais – a fixação do homem a seu meio.

Na implantação do Projeto CURA, a comunidade do chamado Pouso Frio deve ser ouvida e participar ativamente na definição das metas dessa iniciativa que visa ao aprimoramento das condições de vida dos toledanos que lá assistem.

Segundo Albino Corazza Neto, as indicações mencionadas acima pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação à administração municipal que o antecedeu, não foram efetivadas: “A comunidade envolvida no CURA I não foi ouvida. Não participou na definição de prioridades. Impuseram-lhes obras totalmente divorciadas do interesse comunitário”. O prefeito enfatiza a falta de participação dos moradores no planejamento do processo de escrituração dos terrenos do Pouso Frio e transformações urbanas decorrentes, além das consequências negativas desta ausência no momento em que escrevia, já que estava impondo justamente uma medida que considerava “antipopular”: os tributos incidentes sobre as obras do Projeto CURA I, “que não nasceram da escolha dos interessados”. E se alguns moradores, posteriormente, reivindicaram a legalização de seus terrenos, é porque visavam acessar determinados serviços públicos (energia elétrica, por exemplo), como Antonio Graciani.

Devido ao fato supracitado, propõe ao Município arcar com 40% dos custos (que correspondia a 800 milhões de cruzeiros)²⁰⁹, possibilitando aos moradores o pagamento do que lhes foi exigido. Ressalta ainda a participação da comunidade, através de reuniões, nesta nova decisão. Cabe destacar a forma como Albino Corazza Neto constrói sua narrativa. Ao culpar a gestão pública anterior pelos efeitos negativos da implantação do Projeto CURA e ao enfatizar a participação popular apenas em sua própria gestão, está não só justificando suas medidas consideradas “antipopulares”, como também está disputando a construção de uma memória sobre as reformas urbanas no Pouso Frio. Certamente, nesta disputa também devem ser consideradas as perspectivas e expectativas dos próprios trabalhadores que lá viviam. Mas voltemos

²⁰⁹ Estes 800 milhões de cruzeiros equivaliam a aproximadamente a 23 mil salários mínimos. O valor empregado no Projeto Cura foi de 1 bilhão e 800 milhões de cruzeiros. Inicialmente o Município deveria participar com 500 milhões de cruzeiros.

mais adiante a esta Mensagem. No parecer da Comissão de Justiça e Redação sobre este Projeto de Lei (Parecer nº49/83), apontam que,

Quando se anunciou a urbanização do chamado Pouso Frio, através do Projeto CURA, alardeou-se que aquele povo seria o grande beneficiado pelas obras integrantes daquele Projeto.

Apesar deste Legislativo, através da então Comissão de Justiça e Redação, ter alertado sobre a necessidade de que a comunidade a ser beneficiada participasse na elaboração do Projeto, na definição das prioridades e na análise das possibilidades de pagamentos das obras, a Administração Municipal só fez jogar as obras para a população, sem medir as consequências, mesmo porque se avizinhava o pleito eleitoral. Houve, ainda, quem dissesse que as obras de pavimentação seriam gratuitas.

As consequências, então, vieram a aparecer para a atual Administração, que está pagando por um erro que não cometeu.

Cabe destacar que a “urbanização” proposta não deixa de ser uma intervenção do poder público municipal investida de uma ideologia que pode não condizer com a concepção de cidade e de urbano dos trabalhadores que moram em bairros pobres, como o Pouso Frio. Neste sentido, Lefebvre afirma que,

A urbanização é ideologia. [...] Declarar que a cidade se define como rede de circulação e de consumo, como centro de informações e de decisões é uma ideologia absoluta. [...] Leva ao urbanismo dos canos, da limpeza pública, dos medidores, que se pretende impor em nome da ciência e do rigor científico.²¹⁰

Desta forma, os espaços urbanos “legais” representariam um poder centralizado, assentados sobre bases impessoais e racionais, sendo exercido por uma burocracia técnica. No polo oposto – os loteamentos construídos por trabalhadores, na maioria das vezes em situações de emergência – ficariam situadas a informalidade e a ilegalidade²¹¹.

Raquel Rolnik, ao discutir sobre política urbana²¹², enfatiza que os projetos de intervenção no espaço expressam tensões entre um movimento de singularização e de expressão territorial e um padrão de homogeneização/alisamento de um território. Esta

²¹⁰ LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001, p.48-49.

²¹¹ ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha. Limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil. In: **Estudos Urbanos e Regionais**. v.11, n 2. Nov. 2009. p. 38. Disponível em: <http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/2194063PB.pdf>. Acessado em: 22/04/2015.

²¹² ROLNIK, Raquel. História urbana: História na cidade? In: **Cidade e História**. v.2, n.1, 1993. p. 27-29. Disponível em: <http://unuhostpedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/324/300>. Acessado em: 22/04/2015.

homogeneização representa a retirada de códigos de significação específicos, marcas da territorialização. Reconhecendo que as relações que os indivíduos estabelecem entre si configuram-se espacialmente, podemos inferir que a constituição espacial do Pouso Frio estava também marcada por significados, histórias, memórias e experiências pertencentes aos sujeitos e grupos que lá viviam, que podem ter sofrido com a intervenção do poder público municipal.

Este descompasso conflituoso entre os interesses do poder público municipal e dos trabalhadores, resultou no Pouso Frio, numa resistência em relação ao pagamento do Projeto CURA. Estes trabalhadores, que não puderam participar do processo de elaboração e implantação do Projeto CURA I não pagaram como previsto os encargos tributários e outras despesas decorrentes daquelas obras (entre as despesas, estão não apenas os tributos relativos ao Projeto CURA, como também impostos, como o IPTU; taxa de coleta de lixo; taxa de iluminação pública; esgoto, entre outros; e também o próprio pagamento do asfalto). Frente a este posicionamento dos moradores do Pouso Frio, demonstrado nas reuniões realizadas pela gestão do prefeito Albino C. Neto no próprio bairro, os administradores obrigaram-se a alterar os critérios para a cobrança dos tributos incidentes sobre as obras.

A interpretação dos vereadores que compunham a Comissão de Justiça e Redação, responsável pelo parecer destacado acima, é de que o Projeto CURA I foi usado pela Administração Municipal anterior como meio de arregimentar votos. Para isso, “houve, ainda, quem dissesse que as obras de pavimentação seriam gratuitas”. Se o interesse foi efetivamente esse, me parece que não lograram êxito. Afinal, o partido de oposição ganhou a eleição seguinte. E os numerosos trabalhadores do Pouso Frio atuaram em prol de seus próprios interesses: “as consequências, então, vieram a aparecer para a atual Administração, que está pagando por um erro que não cometeu”.

O posicionamento destes trabalhadores em relação ao pagamento dos encargos que lhes foram atribuídos parece não ter mudado até pelo menos o ano seguinte, talvez por falta de condições materiais, ou também por resistência diante do já exposto. Em 7 de março de 1984 foi transformado em Lei o Projeto de Lei nº001/84, que alterou os critérios para cobrança de tributo incidente sobre as obras do Projeto CURA I. Se até aquele momento o pagamento a vista oferecia 10% de desconto, passou a 30%. O pagamento em quatro parcelas sem alterar o valor, modificou-se para seis parcelas. E por fim, se antes poderiam pagar em até 5 anos com juros, agora poderiam pagar em até

20 anos com o valor da mensalidade sendo reajustado semestralmente como base na variação INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Na Mensagem nº 001/84, de 21 de fevereiro de 1984, que acompanhou este Projeto de Lei, mais uma vez o prefeito Albino Corazza Neto atribui à gestão anterior a implantação das obras “sem que a população a ser por elas beneficiada participasse da definição de metas e prioridades” e admite que,

O Projeto CURA I trouxe inegavelmente melhorias para as comunidades por ele alcançadas. Pela falta, porém, de diálogo, quando de sua implantação, desabam, agora, as consequências de medidas impostas, de decisões que não tiveram a participação popular. Por isso, mais uma vez, para resolver problemas que tiveram origem na administração anterior, estamos retornando a essa Casa de Leis [...].

A gestão do PMDB na Prefeitura Municipal admitia estar enfrentando problemas, sem, contudo, declarar abertamente quais eram esses problemas. É evidente que estejam relacionados com a insatisfação dos trabalhadores do Pouso Frio, que não participaram do planejamento do Projeto de transformação do seu bairro e agora eram pressionados a arcar com os custos de tal empreitada. A recusa destes sujeitos, influenciada ou não pelas suas condições materiais, forçou o poder público municipal a rever as condições de pagamento destes custos por duas vezes. Na última Mensagem citada, inclusive, o prefeito menciona que a proposta de pagamento em até 20 anos estava “atendendo as reivindicações dos próprios interessados”, manifestadas provavelmente na reuniões realizadas no bairro. E para este prefeito era importante mencionar esta participação popular justamente para contrapor-se a antiga gestão.

Numa mensagem encaminhada à Câmara Municipal (nº34/88), em 26 de julho de 1988, no fim de seu mandato, o prefeito Albino Corazza Neto descreve as transformações urbanas em Toledo positivamente. Ainda atribui à sua própria administração, e apenas a ela, a elaboração dos projetos que teriam permitido estas transformações. Mantive os grifos do autor.

Toledo não se cansa de proclamar sua pujança, seu desenvolvimento. Isto é uma realidade. A administração “**Toledo: Comunidade no poder**”, no entanto, comprometeu-se em dar a tal desenvolvimento um conteúdo social. No passado, era o **Pouso Frio**. No meio de tanta apreensão, um sonho. E o sonho, com a participação de todos, tornou-se certeza, marcando o fim de uma era em que o ser humano era deixado de lado. Nasceu, no

lugar das incertezas, a **Vila Boa Esperança**. Foram **2.443** terrenos legalizados e entregues aos seus donos de fato: os trabalhadores, construtores de um presente de afirmação. **150** casas foram ou estão sendo construídas e o governo, juntamente com a comunidade, investiu **15 milhões e 500 cruzados** num verdadeiro mutirão de resgate de uma antiga dívida social de Toledo para com uma importante parcela de sua população urbana.

Boa Esperança aparece hoje, no mapa da cidade de Toledo, não como um marco de dúvidas, mas como uma Vila de homens e mulheres, velhos, jovens e crianças, lutando, no presente, por um futuro melhor para todos.

A lei nº1.070/82, de 27 de abril de 1982, autoriza o Município “a proceder o loteamento da áreas, subdividindo-as em lotes urbanos, e a transferir os mesmos aos proprietários, a qualquer título, possuidores de qualquer documento comprobatório de posse sobre as áreas” no então chamado **Pouso Frio**.

A execução dos preceitos legais acima descritos iniciou-se em novembro de 1983, com conclusão prevista para novembro de 1988.

Numa narrativa quase poética, o processo histórico de escrituração dos terrenos e transformações urbanas no Pouso Frio parece ter transcorrido sem conflitos, de forma harmoniosa. Os limites temporais deste processo também aparecem bem definidos: de 1983 a 1988. Curiosamente no ano do início e término do mandato deste prefeito na cidade. As palavras grifadas não divergem do sentido geral que se tenta dar ao texto: o slogan de sua gestão, “Toledo: Comunidade no Poder”; o nome do bairro de que se trata – o antigo Pouso Frio, posteriormente Boa Esperança; e os números relativos aos investimentos, número de habitações construídas e de loteamentos regularizados, numa tentativa de convencer o leitor da grandiosidade do projeto supostamente iniciado em sua gestão e por sua iniciativa.

Cartazes também foram produzidos e distribuídos pelo bairro, como o que se destaca na fotografia abaixo:



Figura 3: [s.n.] Fotografia de residentes do “Pouso Frio” em 1987.

Fonte: Arquivo do Museu Histórico Willy Barth, de Toledo²¹³.

A fotografia, arquivada no Departamento de Cadastro, sem registro de data ou fotógrafo, é composta por alguns moradores do Pouso Frio. Ao fundo está um cartaz com os dizeres “Pouso Frio deu lugar à Boa Esperança: A justiça Social. Viva Toledo: 35 anos”. No canto inferior direito, está o logotipo da gestão “Toledo Comunidade no Poder”. Pela frase “Viva Toledo: 35 anos”, podemos deduzir que a fotografia foi produzida em dezembro de 1987, quando é comemorado o aniversário do município, que empossou o primeiro prefeito em 14 de dezembro de 1952²¹⁴.

²¹³As fotografias e mapas apresentados neste capítulo pertencem ao arquivo do Departamento de Cadastro da Prefeitura Municipal de Toledo, com exceção da primeira fotografia, que pertence ao Arquivo do Museu Histórico Willy Barth, de Toledo. Tais imagens não estavam acompanhadas de identificação da data ou de quem as produziu. As legendas foram produzidas pela autora.

²¹⁴Lúcio Kowarick atribui ao Estado a intenção de aparecer como “agente ecumênico”, “que zela pelo interesse de todos”. Paralelamente à exploração constante no trabalho, a concessão de determinados benefícios urbanos, frente a reivindicações populares ou não, pode proporcionar rendimentos políticos que frequentemente se situam numa escala muito superior ao realmente realizado. Kowarick argumenta que não é por acaso que o “urbano” está tão presente nos discursos governamentais, “traduzindo um esforço que visa criar uma imagem em que o Estado apareça como uma espécie de entranha geradora do bem comum”. Desta forma, as melhorias urbanas podem se tornar uma possibilidade de manter, ou até mesmo ampliar a legitimidade de uma dominação que pouco ou nada concede em termos econômicos ou mesmo nas condições de trabalho. Ou seja, “o aparato de dominação procura manter tanto quanto possível as modalidades de exploração do trabalho, apresentando maior flexibilidade em relação aos assim chamados problemas urbanos”. Cf. KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 63.

As transformações no Pouso Frio e as melhorias no acesso a determinados serviços públicos não acompanharam melhorias nas condições de trabalho vivenciadas por estes mesmos trabalhadores no frigorífico da Sadia, por exemplo. Pelo contrário, a luta organizada a partir dos espaços de moradia para criar um sindicato ou conquistar espaço quando este já existia, resultou na demissão de dezenas de trabalhadores. Após a construção coletiva de diversificadas práticas sociais de resistência, os moradores do Pouso Frio conquistaram melhorias significativas em suas condições de moradia, mas não de trabalho. Os aprendizados de organização coletiva no bairro parecem ter contribuído para dinamizar os movimentos de luta também no interior da fábrica e em outras relações de trabalho, como as vivenciadas pelos boias-frias.

Além de mencionar a Lei 1.070/82 já tratada neste texto, na narrativa elaborada por Albino Corazza Neto, ele afirma que “no processo de implantação do plano de urbanização do Pouso n°5”,

[...] ocorreram apenas sete situações em que o município de Toledo, em comum acordo com proprietários de lotes desapropriados, localizados nesse bairro da cidade, teve de utilizar-se de imóveis de sua propriedade, situados fora da área de abrangência do mencionado plano, para assentamento de tais proprietários. [...] A proposição anexa, se aprovada por essa egrégia Câmara Municipal, possibilitará outorga de “escritura pública de imóveis a ele pertencentes a proprietários de lotes localizados na área” do referido Pouso, “utilizados em sua urbanização, como forma de indenização, **respeitando o princípio de equivalência do valor venal**”.²¹⁵

Mais uma vez mantive os grifos do autor, como possibilidade de perceber o que o próprio autor buscou enfatizar. Aqui a escrita atribuída ao ex-prefeito me pareceu menos poética. As sete situações mencionadas parecem se referir a sujeitos que comprovaram a propriedade de seus terrenos, mas foram desapropriados devido à utilização dos tais terrenos no “projeto de urbanização”. Como forma de indenização, “respeitando o princípio de equivalência do valor venal”, como enfatizou A. C. Neto, estes moradores foram deslocados para outros espaços da cidade. Albino Corazza Neto não esclarece para quais bairros estas famílias tiveram que se mudar, se a mudança foi conveniente para estes sujeitos, e qual a participação deles na escolha do novo local de moradia (se houve). E não foram apenas estas sete famílias que tiveram que se mudar.

²¹⁵ TOLEDO (Município). **Mensagem n° 34/88**. Autoria: Albino Corazza Neto. 26 de julho de 1988.

Foram apontadas neste texto outras situações de moradores que tiveram que mudar seu local de moradia e as implicações destas mudanças ²¹⁶.

Ainda naquele dia (26/07/88), o Projeto de Lei n° 41/88, transformado posteriormente na Lei N° 1.437 de 04/08/1988, propõe alterações na Lei N° 1.070/82 anteriormente citada. Cria-se um artigo que transfere os sete lotes urbanos de uso especial, para uso dominical ²¹⁷. Neste documento consta a localização de cada um dos lotes urbanos transferidos a estes sujeitos: seis no loteamento Paraíso II e um no loteamento Formighieri. Os imóveis utilizados como indenização foram:

I-Lote Urbano n°8 da quadra n°12, do Loteamento Paraíso II, nesta cidade, com área de 350 m² (...) [Rua dos Ipês]; II- Lote Urbano n°10 da quadra n°12, do Loteamento Paraíso II, nesta cidade, com área de 400m² (...) [Rua dos Ipês]; III- Lote Urbano n°11 da quadra n°12, do loteamento Paraíso II, nesta cidade, com área de 300m² (...) [Rua dos Ipês]; IV- Lote Urbano n°12 da quadra n°12, do Loteamento Paraíso II, nesta cidade, com área de 300m² (...) [Rua dos Ipês]; V- Lote Urbano n°18 da quadra n°12, do Loteamento Paraíso II, nesta cidade, com área de 300m² (...) [Rua dos Butiás]; VI- Lote Urbano n°19 da quadra n°12, do Loteamento Paraíso II, nesta cidade, com área de 400m² (...) [Rua dos Butiás]; VII- Lote Urbano n°9 da quadra 1.280 do Loteamento Formighieri, nesta cidade, com área de 360m² (...) [Rua Travessa I]. ²¹⁸

Ainda outros trabalhadores vivenciaram transformações em seu local de moradia. A Lei n°1.415/88 (Projeto de Lei 19/87) autorizou o Poder Executivo Municipal a proceder à indenização justamente a outras seis famílias que moravam nas divisas do Pouso Frio e tiveram parte dos seus terrenos transformados na Rua Travessa (entre as ruas Almirante Tamandaré e Garibaldi). O Município de Toledo pagou a cada proprietário uma indenização de Cz\$250.000,00 ²¹⁹. As parcelas dos terrenos não ocupadas para construção da rua foram doadas aos proprietários dos lotes a elas

²¹⁶ Nos arquivados do Departamento de Cadastro da Prefeitura Municipal de Toledo foram encontrados pela pesquisadora relatórios – não datados – que informam que no loteamento Boa Esperança I, 1 casa foi recuada. No loteamento Boa Esperança II, 5 casas foram transportadas e 2 casas foram recuadas. No loteamento Boa Esperança III, 18 casas foram transportadas e 10 casas foram recuadas. No loteamento Boa Esperança IV, 19 casas foram transportadas e 9 casas foram recuadas. Em um relatório técnico produzido em Dezembro de 1988, consta que 89 casas foram mudadas e 59 casas foram recuadas na administração do prefeito Albino Corazza Neto.

²¹⁷ Bens públicos de uso especial são aqueles nos quais são prestados serviços públicos, tais como hospitais públicos, escolas e aeroportos. Bens dominicais são bens públicos que não possuem uma destinação definida, como prédios públicos desativados e não utilizados pelo poder público. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Bens_p%C3%BAblicos. Acessado em: 21/01/2015.

²¹⁸ TOLEDO (Município). Lei n° 1437/88, de 4 de agosto de 1988. Altera dispositivos da Lei n°1070/82 e dá outras providências. **Leis diversas**. p. 1-4. 1988.

²¹⁹ Para dimensionar o significado deste valor no período, o salário mínimo em janeiro de 1988 era Cz\$4.500,00; em dezembro de 1988 era Cz\$ 40.425,00.

lindeiros, com a condição de que construíssem muros e calçadas, além de assumir os encargos tributários incidentes sobre a área.

Mas os moradores não parecem ter aceitado estas intervenções passivamente. Schiavinato, o engenheiro civil que acompanhou as negociações com estes trabalhadores assinalou que:

Tivemos algumas dificuldades na relocação das casas, por que você tinha que fazer a negociação um por um e algumas pessoas eram resistentes: no valor da venda, no valor da retirada da sua habitação né? E foi muito difícil. Nós tivemos muitas dificuldades para poder convencer as pessoas e fazer com que essas ações acontecessem. Mas todas elas aconteceram sem nenhum tipo de intriga, com muita cordialidade entre as partes: prefeitura e morador.

Estes trabalhadores, expropriados, resistiram e dificultaram a aplicação deste projeto do qual não participaram do planejamento. A resistência se deu de diferentes formas: não pagamento dos tributos e oposição nas negociações, como fez Aline, citada.

Também parece confuso, naquele momento (e não só), o reconhecimento social e institucional de uma desapropriação como ação legal ou ilegal (e não necessariamente legítima e não legítima). No início deste texto destacou-se Projeto de Lei 37/81, de 23 de novembro de 1981, transformado em lei em 04 de dezembro do mesmo ano. Por meio dele os vereadores autorizaram o Poder Executivo Municipal a proceder a aquisição de duas áreas (28.000m² e 46.400m² ²²⁰) situadas no denominado Pouso n° 5 (Pouso Toledo), uma de propriedade de Lotário Bracht e outra de Ivo Zenni e Natalino Vendramin. No parecer da Comissão de Justiça e Redação a respeito deste Projeto de Lei, ressaltaram a legalidade de tal intento,

Tal proposição acha-se perfeitamente amparada pela Lei Orgânica dos Municípios e pelo Decreto Lei 200/67:

Lei Orgânica dos Municípios:

“Art.18 – Ao Município compete prover a tudo que respeite ao seu peculiar interesse e ao bem-estar da população cabendo-lhe privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

III - ...

IV – Adquirir bens, inclusive através de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, observadas as leis e praxes da União que regem a concorrência e a desapropriação;”

²²⁰ Situada na Avenida Maripá, 982, Vila Pioneira.

A legislação vigente naquele momento autorizava os gestores públicos municipais a desapropriarem quando avaliassem ser tal ação de “utilidade pública” ou “interesse social”. Tal avaliação se fez, em Toledo, mesmo sem consulta direta a “população”, a quem supostamente visava-se o “bem estar” promovido por tais medidas. Enquanto isto, milhares de trabalhadores em busca de melhores condições de vida, ocuparam/desapropriaram terrenos abandonados – o Pouso Frio – os quais nem mesmo a Prefeitura Municipal, num primeiro momento, sabia a quem pertenciam. Estes sujeitos, desamparados pela legislação e sem participar diretamente no processo de formulação e aprovação desta, sofreram experiências de desapropriação, realocação e interferências diretas em suas redes de sociabilidade e acesso a cidade.

Cabe destacar a importância dos trabalhadores e suas experiências nesta investigação. Contraponho-me aos pesquisadores que, ao tematizar a cidade, priorizam a atuação de urbanistas, administradores e políticos que são apresentados como protagonistas da história – colocada como a uma única possível, que aponta um suposto progresso, caracterizado pela harmonia e pelo consenso. Esta rejeição implica, como indicaram Heloísa F. Cruz, Maria do Rosário Peixoto e Yara Aun Khoury, notar “outros viveres e sujeitos que a normatização e a regulação buscam silenciar, negando suas práticas, tratando-os como atrasadas, inadequadas ou obstáculos ao progresso das cidades”²²¹. Neste sentido, os trabalhadores que ocuparam o Pouso Frio e ali construíram suas moradias, não atenderam a um “modelo ideal” de cidade e “urbanização”, sofrendo, por isso, tentativas de intervenções significativas, como as discutidas neste capítulo.

²²¹ CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. do R.; KHOURY, Y. A. Introdução. In: ALMEIDA, Paulo R; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura A. (Orgs.) **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'água, 2006. p. 14.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, nos últimos anos, criou uma série de normativas e legislações em consonância com os tratados e convenções internacionais para garantir os direitos humanos e consolidá-los como política pública. A moradia adequada é um dos direitos humanos garantidos a todos pela legislação internacional e também pela Constituição brasileira ²²².

Apesar do amparo legal, a 6ª edição dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) Brasil 2015, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indica que aproximadamente 31,2% das moradias no Paraná são inadequadas, ou seja, não cumprem os pré-requisitos básicos como: abrigar até dois moradores por dormitório, existência de rede geral de esgoto ou fossa séptica, coleta de lixo direta ou indireta e rede geral de água ²²³. Estas moradias inadequadas ainda representavam 38,3% dos domicílios brasileiros em 2012.

Uma moradia adequada, desconhecida ainda para milhares de trabalhadores é, segundo a definição formulada por Raquel Rolnik ²²⁴, não só uma estrutura física de quatro paredes e/ou um meio de obtenção de uma rede de serviços (água, esgoto, coleta de lixo, etc.). É uma possibilidade também, de acesso efetivo à cidade, permitindo o desenvolvimento econômico e social de seus moradores. Neste sentido, o direito à moradia é também um direito à cidade.

E, infelizmente, “não é apenas com moradia inadequada que sofre o homem”. Muitas vezes os trabalhadores precisam pagar para morar nestas habitações pequenas e sem saneamento básico, que ainda dificultam que exerçam outros direitos na cidade. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), um dos principais problemas habitacionais do país é o valor gasto com aluguel, sendo que mais de 5

²²² Além da Constituição Federal de 1988, foi redigida e aprovada a Lei nº 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade), Lei nº 11.124, de 2005 (dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui o Conselho Gestor do FNHIS para garantir o direito à habitação para a população de baixa renda) e Lei nº 11.481, de 2007 (prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União).

²²³ O levantamento mostra grandes diferenças regionais, o que também ocorre com outros indicadores sociais. As regiões com a maior proporção de moradias inadequadas são Norte (71,8%), Nordeste (54%) e Centro-Oeste (50,3%). Enquanto isso, os menores percentuais são verificados no Sul (30,6%) e no Sudeste (23,9%). Os três estados da Região Sul possuem índices parecidos, mas o Paraná aparece pouco à frente, com 31,2% de moradias inadequadas, seguido por Rio Grande do Sul (30,3%) e Santa Catarina (29,7%). Cf. UM terço das moradias do PR é inadequada. **Folha Web**. 20/06/2015. Disponível em: http://www.folhawe.com.br/?id_folha=2-1--2087-20150620. Acessado em: 18/01/2016.

²²⁴ Cf. ROLNIK R. Moradia é mais que um objeto físico de quatro paredes. In: **Emetropolis**: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais. N°5, junho de 2011.

milhões de pessoas comprometem mais de 30% da renda com o pagamento da moradia²²⁵, afetando também a obtenção de alimentação, vestuário, transporte, entre outros.

Na área das Ciências Humanas, são muitas as pesquisas que têm indicado que a melhoria destas condições é resultado principalmente das lutas e pressões dos trabalhadores, articulados em diferentes espaços, no campo e na cidade. Transformações pontuais, mas significativas. Por um lado, conquistas que contribuem para uma vida mais digna e saudável. Mas que também se constituem como referencial para a organização e luta, na memória e nas práticas sociais dos trabalhadores. Daí a importância de contribuímos para tornar visíveis estas experiências, como as promovidas pelos moradores do Pouso Frio. Ao fazer isto, nos colocamos num espaço de disputas em que políticos, meios de comunicação e outros pesquisadores, insistem em ocultar e/ou minimizar a atuação dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que enfatizam o desempenho do Estado e da iniciativa privada, apresentado erroneamente como positivo para todos.

Na região Oeste do Paraná, são recorrentes as declarações sobre os benefícios do crescimento econômico proporcionado pelas agroindústrias na região, principalmente a partir da década de 1970. Entretanto, mesmo que este crescimento tenha sido efetivo, não se discute a distribuição das rendas obtidas, que não foi igualitária. Pelo contrário. A maioria dos trabalhadores permaneceu, no campo ou na cidade, vivendo num nível próximo da mera subsistência.

A peculiaridade das décadas de 1970 e 1980 foi que os trabalhadores criaram novas expectativas em relação ao viver na cidade. Isto principalmente pela maior visibilidade, também geograficamente, das desigualdades sociais. O contraste entre as moradias construídas nos diferentes bairros da cidade e os serviços públicos que se restringiam a apenas alguns deles são elementos importantes que compõem este processo histórico. Esta situação equivalia a um declínio no padrão de vida, mesmo que em condições reais as dificuldades cotidianas não tenham se intensificado.

A ausência de serviços públicos e as condições de moradia experimentadas nos primeiros anos em que viveram na cidade de Toledo parecem ser similares às situações vivências no campo. Entretanto, podemos inferir que o padrão de vida se deteriorou,

²²⁵ Os outros dois problemas habitacionais apontados são o adensamento excessivo, com mais de três pessoas dormindo em um único cômodo e a proliferação de assentamentos precários, como as favelas, que quase dobraram de tamanho nos últimos quinze anos. Cf. PAÍS tem um terço de moradias inadequadas. **Gazeta do Povo**. 21/10/2008. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/pais-tem-um-terco-de-moradias-inadequadas-b8kqpfu576v38fdzeuswy2jwu>. Acessado em: 18/01/2016.

tendo em vista não só a maior visibilidade das crescentes desigualdades sociais, mas também a intensificação da disciplina no trabalho, da crescente exploração na fábrica ou no campo (no caso dos boias-frias), e ainda a insegurança do loteamento dito “irregular” – outros temas com pouca visibilidade nos meios de comunicação e nos discursos dos políticos locais.

Muitos trabalhadores passaram a avaliar de formas distintas estas condições de vida e elaboraram coletivamente estratégias políticas de contestação e reivindicação que ultrapassaram os limites do bairro. No caso dos trabalhadores das fábricas da Sadia, mesmo com um aumento do poder de consumo em relação aos outros trabalhadores, a avaliação de que precisavam se organizar por meio de um sindicato, predominou²²⁶.

Neste sentido, uma das propostas desta dissertação foi justamente tratar este processo histórico como construído e modificado por sujeitos capazes de agir segundo seus próprios valores, mesmo que pressionados pela agência de outros. Tentei trazer para a cena histórica, por meio das entrevistas realizadas e demais fontes, agentes sociais por vezes relegados, ocultos na maioria das pesquisas que tratam da “colonização” de Toledo e/ou de seu suposto “desenvolvimento”.

Em relação à questão da moradia na cidade de Toledo (mas não só), é importante destacar também que os trabalhadores, apesar do histórico de luta e organização, ainda sofrem com a especulação imobiliária e a falta de atendimento público em diferentes setores. Por mais pressionados que sejam os gestores públicos municipais, parece que o flagelo da falta de moradia (ou distribuição desigual), a existência de habitações precárias e o acesso limitado aos serviços públicos, são características intrínsecas ao modo de produção e organização social capitalista.

Por isso, apesar da necessidade imediata da ampliação das políticas públicas que facilitam a obtenção e/ou melhoria das habitações, devemos considerar que se entendemos a moradia como um direito humano (e não simplesmente uma mercadoria ou um problema individualizado), ela dificilmente se efetivará no capitalismo. Os Estados e municípios mesmo utilizando os recursos do programa federal para financiar unidades habitacionais, acabam favorecendo à lógica do próprio capital, dos domínios de terra e das empreiteiras.

²²⁶ Estas reflexões resultam do diálogo com as formulações produzidas por E. P. Thompson ao investigar a ligeira melhoria nos padrões materiais médios dos trabalhadores ingleses entre 1790 e 1840. No mesmo período o historiador observou a intensificação da exploração e maior insegurança dos trabalhadores, o que contribuiu para que sentissem a ligeira melhoria como uma experiência catastrófica. Cf. THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa II: A maldição de Adão**. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

Numa reportagem do *Jornal do Oeste*, de dezembro de 2014, a expansão habitacional na cidade de Toledo é apontada. Naquele ano, tal expansão foi 20% superior ao do ano anterior, maior até que o crescimento populacional (10% entre 2010 e 2014). O secretário em exercício da Secretaria de Planejamento Estratégico Neuroci Antonio Frizzo explicou que “embora o ano tenha sido menos propício para alguns setores, a construção civil continuou crescendo, principalmente, a edificação de novas moradias”, entre elas as promovidas pela Prefeitura Municipal. Contraditoriamente, mesmo com a construção constante, é indicado que “a cada ano a procura por moradias tem aumentado na cidade”²²⁷.

A crise econômica assinalada não freou a construção civil, que também não diminuiu a procura por habitação, certamente por parte de trabalhadores não proprietários. A construção das chamadas “casas populares” não atende a demanda e as imobiliárias locais têm expandido suas propriedades para locação. Dimensionando coletiva e socialmente a moradia reconhecemos que a organização social vigente é incapaz de proporcionar habitação para todos e igualdade de direitos e acesso a cidade.

E ao identificarmos limites e pressões colocados pelos próprios princípios que orientam a organização da nossa sociedade (como a propriedade privada e acumulação de capitais), podemos refletir sobre nossos horizontes de atuação e ampliá-los. Desta forma, é pertinente o diálogo com F. Engels. Para ele, “não é a solução da questão da moradia que leva simultaneamente à solução da questão social, mas é pela questão da solução social, isto é, pela abolição do modo de produção capitalista que se viabiliza concomitantemente a solução da questão da moradia”²²⁸.

²²⁷ CRESCIMENTO habitacional em Toledo é 20% superior ao ano passado. **Jornal do Oeste**. 21/12/2014. Disponível em: <http://www.jornaldooeste.com.br/cidade/2014/12/crescimento-habitacional-em-toledo-e-20-superior-ao-ano-passado/1249027/>. Acessado em 20/01/2016.

²²⁸ Cf. ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015. p.80.

FONTES

Fontes orais

AMORIM, Leandro; AMORIM, Inês. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 22 de dezembro de 2014. Duração: 44:37 min.

GONÇALVES, Maria Madalena. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 20 de novembro de 2014. Duração: 47:27 min.

PADILHA, Luíza Xavier. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 02 de dezembro de 2014. Duração: 48:35 min.

RECH, Betoldo; RECH, Narcisa. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 22 de dezembro de 2014. Duração: 1:03:00 hora.

REIS, Bernardino da Silva. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 18/12/2014. Duração: 54:50 min.

SCHIAVINATO, José Carlos. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 12 de agosto de 2014. Duração: 25:45 min.

SILVA, Aline da. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia 03 de novembro de 2014. Duração: 56:34 min.

SILVA, Maria Aparecida. Entrevista realizada por Maria Cristina de Castro Pereira. Dia. 16 de março de 2014. Duração: 43:38 min.

Fontes escritas

4 ANOS: participação e democracia. **Toledo: Comunidade no poder**. N° 03. Fev. 1987. p. 12; 44. Esta publicação faz um balanço das transformações urbanísticas realizadas na gestão “Toledo: Comunidade no Poder”.

BETO quer trocar casas populares por apartamentos. **Gazeta Toledo**. Toledo, 8 de maio de 2014. Disponível em: http://www.gazetatoledo.com.br/noticia/4140/beto_quer_trocar_casas_populares_por_apartamentos. Acesso em: 09/12/2014.

CRESCIMENTO habitacional em Toledo é 20% superior ao ano passado. **Jornal do Oeste**. 21/12/2014. Disponível em: <http://www.jornaldoeste.com.br/cidade/2014/12/crescimento-habitacional-em-toledo-e-20-superior-ao-ano-passado/1249027/>. Acessado em 20/01/2016.

CURITIBA (Município). Certidão n°16/78. Instituto de Terras e Cartografia. Curitiba, 23 de janeiro de 1978.

INOCOOP. Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Estado do Paraná. C. n°887/72. 27 de junho de 1972.

INOCOOP. Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Estado do Paraná. C. n°888/72. 27 de junho de 1972. Curitiba, 1972

INOCOOP. Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Estado do Paraná. C. nº1219/72. 23 de agosto de 1972. Curitiba, 1972.

PAÍS tem um terço de moradias inadequadas. **Gazeta do Povo**. 21/10/2008. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/pais-tem-um-terco-de-moradias-inadequadas-b8kqpfu576v38fdzeuswy2jwu>. Acessado em: 18/01/2016.

PARANÁ (Estado). Comarca de Foz do Iguaçu. Certidão. Menotti F. Cademartori. Oficial do Registro Civil e Títulos e Documentos. 21 de maio de 1947.

PARANÁ (Estado). Comarca de Toledo. Registro de Imóveis. Talão nº 43. Página 164. Haroldo L. Hamilton. Oficial Vitalício. 6 de fevereiro de 1965.

PARANÁ (Estado). Comarca de Toledo. Registro de Imóveis. Talão nº120. Página 167. Haroldo L. Hamilton. Oficial Vitalício. 23 de agosto de 1972.

PARANÁ (Estado). Comarca de Toledo. Registro de Imóveis. Talão nº65. Página 35. Haroldo L. Hamilton. Oficial Vitalício. 3 de agosto de 1967.

TOLEDO (Município). Ao Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Toledo/PR. 1º de julho de 1987.

TOLEDO (Município). Certidão nº69/63. Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis. Cascavel, 28 de junho de 1963. Arquivo do Departamento de Cadastro da Prefeitura Municipal de Toledo.

TOLEDO (Município). Escritura pública de compra e venda em que figuram como outorgantes vendedores “Lotario Antonio Bracht”, e sua esposa, e de outro lado como outorgada compradora a Prefeitura Municipal de Toledo. Livro nº87. Folha nº081. 7 de janeiro de 1982.

TOLEDO (Município). Escritura pública de compra e venda em que figuram como outorgantes vendedores “Natalino Vendramin”, e outros, e de outro lado como outorgada compradora a Prefeitura Municipal de Toledo. Livro nº87. Folha nº083. 7 de janeiro de 1982.

TOLEDO (Município). Escritura pública de doação em que figuram como outorgantes doadores “Henrique Jorge Isernhagem”, e sua esposa, e como donatária a Prefeitura Municipal de Toledo. Livro nº95. Folha nº023. 10 de maio de 1982.

TOLEDO (Município). Escritura pública de doação em que figuram como outorgantes doadores “Teodoro M. Soldatti”, e de outro lado como outorgada donatária a Prefeitura Municipal de Toledo. Livro nº95. Folha nº027. 11 de maio de 1982.

TOLEDO (Município). **Indicação 420/89**. Indica medidas que visem à permanência do Módulo Policial da Vila Pioneiro. Vereador Sérgio Ricardo Almeida da Luz. 17 de agosto de 1989.

TOLEDO (Município). **Indicação 427/89**. Indica gestões do Senhor Prefeito Municipal junto aos órgãos competentes para a implantação de um curso supletivo de 2º grau. Vereador Dario Genari. 18 de agosto de 1989.

TOLEDO (Município). **Indicação n° 140/1978.** Sugere regularização de situação de ruas no Pouso Frio, para efeito de iluminação pública pela COPEL. Vereador João Leonardi. 5 de outubro de 1978.

TOLEDO (Município). **Indicação n° 503/89.** Indica providências para a instalação de telefone público junto ao Bar e Merceria do Tio Oscar, no Jardim Boa Esperança. Vereador Lino Gotardo Pizzatto. 9 de novembro de 1989.

TOLEDO (Município). **Indicação n°28/84.** Indica construção de abrigo para usuários de transporte coletivo. Vereador Hermínio de Conto. 7 de novembro de 1984.

TOLEDO (Município). **Indicação n°397/89.** Indica a colocação de veículos do transporte coletivo urbano, nos finais de semana, para a Vila Paulista e adjacências. Vereador Lúcio de Marchi. 3 de agosto de 1989.

TOLEDO (Município). **Indicação n°480/89.** Indica a implantação de redutor de velocidade na Rua dos Pioneiros, proximidades do Bar Alvorada, na Vila Pioneiro. Vereador Jorge Luiz Tatim Brum. 5 de outubro de 1989.

TOLEDO (Município). **Indicação n°53/83.** Indica destinação de carga de terra para construção do pavilhão da Igreja da Vila Boa Esperança. Vereador José Pedro Brum. 21 de novembro de 1983.

TOLEDO (Município). Lei 1070/82, de 27 de abril de 1982. Autoriza a aquisição e posterior doação de áreas do Pouso Toledo e dá outras providências. **Leis diversas.** Prefeito Municipal Duílio Genari, 1982.

TOLEDO (Município). M.M. Juiz de Direito da Vara Civil da Comarca de Toledo. 18 de novembro de 1980.

TOLEDO (Município). Ofício 336/72, de 26 de agosto de 1972; Curitiba, 1972.

TOLEDO (Município). Ofício n°368-2-72-A, 2 de agosto de 1972. Curitiba. 1972.

TOLEDO (Município). POUSO Frio: Breve Roteiro. **Toledo: Comunidade no Poder.** Toledo, 35 anos. Uma explosão de progresso. Fev. 1988.

TOLEDO (Município). **Projeto de Lei n°46/93.** Dispõe sobre a criação da Região Administrativa da Grande Vila Pioneiro e da respectiva Administração Regional. 24 de maio de 1993.

TOLEDO (Município). Protocolo N° 10910, de 21 de agosto de 1989. Responsável: Noeuma. Destinada ao prefeito Luiz Alberto Araújo. Assinada por Eduardo Flávio de Souza. Anotações no verso do documento.

TOLEDO (Município). Protocolo N° 10910, de 21 de agosto de 1989. Responsável: Noeuma. Destinada ao prefeito Luiz Alberto Araújo. Assinada por Eduardo Flávio de Souza. Anotações no verso do documento.

TOLEDO (Município). **Toledo: Comunidade no Poder.** Um balanço de 2 anos de trabalho. Democracia: participação e emprego pleno. Fev. 1985.

TOLEDO e sua gente. **Recado.** Toledo/PR, ano XII, n°7, p. 11. Out. 1984.

TOLEDO. Certidão. Registro de Imóveis. Toledo, 1 de novembro de 1976. Arquivo do Departamento de Cadastro da Prefeitura Municipal de Toledo.

UM terço das moradias do PR é inadequada. **Folha Web**. 20/06/2015. Disponível em: http://www.folhaweб.com.br/?id_folha=2-1--2087-20150620. Acessado em: 18/01/2016.

4. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Paulo R; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura A. (Orgs.) **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'água, 2006.

BRECHT, Bertold. **A Santa Joana dos Matadouros**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. 3ª Ed. Campinas, SP: Unicamp, 2012.

CHIBA, Ariça; SOUZA, Ivanor Mann de. **Práticas e representações na urbanização de Toledo – PR**. 1994. 210 f. Monografia (Curso de Pós-graduação em História do Brasil). UNIOESTE/FACITOL, Toledo, 1994.

COLOGNESE, Silvio Antônio. (org.). **Ruas de Toledo: Identidades que se cruzam**. Cascavel: Edunioeste, 2011.

CORAZZA NETO, A. (org.) **As indústrias comunitárias de Toledo**. Sua história e implantação. Toledo, Prefeitura Municipal; MIC; ACIT; FACITOL, 1985.

DALLA COSTA, Armando João. **O grupo Sadia e a produção integrada: o lugar do agricultor no complexo agroindustrial**. 1993. 265 f. Dissertação (mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.

DONASSOLO, Geni Maria. **O processo de seleção social no município de Toledo-PR**. 1994. 82 f. Monografia (Curso de Pós-graduação em História do Brasil). UNIOESTE/FACITOL, Toledo, 1994.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. In: **Cidades**. 1. Pesquisa em História. Programa de Estudos Pós-Graduados em História PUC/SP. Olho d'água. 2000.

GRASSIOLLI, Isabel. **Programa bolsa-família: concepção e limites da proposta de erradicação da pobreza no governo Lula (2013-2010)**. 142f. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Unioeste. Marechal Cândido Rondon, 2012

GRECO, Silvia Cristina Bender. **Análise da tendência à redução do número de boias frias em Toledo/PR, a partir de 1970, redução influenciada pela modernização agrícola e pelas alterações nas culturas produzidas**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). 2007. 110f. Unioeste, Toledo/PR, 2007.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HERRMANN NETO, João. **Democracia feita em casa**. Brasília, 1984.

JACOBI, Pedro. **Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura nos Anos 70 e 80**. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 23. 1987.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LANGARO, Jiani Fernando. **Quando o futuro é inscrito no passado: “Colonização” e “Pioneirismo” nas memórias públicas de Toledo-PR (1950-2010)**. 2012. 470 f. Tese (Curso de Pós-Graduação em História). PUC/SP, São Paulo, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Política Habitacional no Regime Militar**. Editora Vozes, Petrópolis, 1987.

MATTOS, Marcelo B. **Novos e velhos sindicalismos: Rio de Janeiro (1955-1988)**. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1998.

MOREIRA, Vagner J. **História da avicultura no Oeste do Paraná: trabalhadores e o processo industrial de produção de frangos (1970-2013)**. 77f. 2014. Relatório de Estágio Pós-Doutorado (História Social do Trabalho). Universidade Estadual de Campinas. 2014.

MUNAKATA, Kazumi. O lugar do movimento operário. O lugar e o tempo de “O lugar do movimento operário”, 30 anos depois. In: **História e Perspectivas**. Uberlândia (43): 9-40, jul. dez. 2010.

OLIVEIRA, Rosemari Aparecida. **O pouso-frio e sua legalização. 2005**. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Sociais). UNIOESTE, Toledo, 2005.

PEREIRA, Maria Cristina de Castro. **Trabalhadores da Sadia de Toledo: Relações de Trabalho e Sindicalismo (Décadas de 1960 a 1980)**. 87f. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Unioeste. Marechal Cândido Rondon, 2013.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro: vol. 1, n.º.2, 1996.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, Educ, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

RIBEIRO, Ivan de Otero; CESAR, Paulo Bastos.; BESNOSIK, Roberto Iazlovitch. **Modernização e diferenciação social na agricultura brasileira: um estudo no Extremo-Oeste do Paraná**. Relatório Final Extremo-Oeste Paranaense. Projeto de evolução recente e situação atual da agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Fundação Getúlio Vargas, 1981.

ROLNIK, Raquel. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país – avanços e desafios. **IPEA: políticas sociais – acompanhamento e análise**. 12. Fev. 2006 (p.199-210).

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha. Limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil. In: **Estudos Urbanos e Regionais**. v.11, n. 2. Nov. 2009. Disponível em: <http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/2194063PB.pdf>. Acessado em: 22/04/2015.

ROLNIK, Raquel. História urbana: História na cidade? In: **Cidade e História**. v.2, n.1, 1993. p. 27-29. Disponível em:

<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/324/300>.
Acessado em: 22/04/2015.

ROLNIK R. Moradia é mais que um objeto físico de quatro paredes. In: **Emetropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**. N°5, junho de 2011.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SANDOVAL, Francielle. **Projeto CURA no Jornal Folha de Londrina: 1973-1977**. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/PDF/francielllesandoval.pdf>.
Acessado em: 14/11/2014.

SANTOS, Carlos Meneses Souza. **Democracia participativa e tensão social em Uberlândia**: Experiências de moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças. 112f. 2006. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Uberlândia. 2006.

SILVA, José Graziano. A estrutura agrária do Estado do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Número 87, 1996. p. 175-195.

SILVA, Rosane M. **Trabalhadores e programas assistencialistas**: o bolsa-família em Santa Helena/PR. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Unioeste. Marechal Cândido Rondon. 2008.

SOUZA, João Carlos de. **Na luta por habitação: a construção de novos valores**. São Paulo: EDUC, 1995.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa II**: A maldição de Adão. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.